



VOCÊ NA
DEFENSORIA

SIMULADO DPE-MT COMENTADO

GABARITO COMENTADO

GABARITO									
1	E	21	C	41	B	61	C	81	D
2	B	22	A	42	B	62	B	82	D
3	A	23	E	43	A	63	B	83	D
4	C	24	C	44	D	64	B	84	E
5	D	25	A	45	A	65	A	85	C
6	E	26	B	46	D	66	E	86	B
7	B	27	E	47	B	67	B	87	D
8	E	28	C	48	B	68	C	88	E
9	E	29	C	49	B	69	D	89	D
10	C	30	B	50	D	70	A	90	C
11	E	31	D	51	B	71	E	91	A
12	B	32	E	52	D	72	B	92	D
13	A	33	C	53	C	73	D	93	B
14	C	34	E	54	B	74	C	94	A
15	B	35	B	55	C	75	C	95	C
16	D	36	C	56	C	76	A	96	A
17	C	37	C	57	B	77	B	97	C
18	C	38	A	58	B	78	E	98	C
19	A	39	D	59	B	79	E	99	D
20	C	40	D	60	C	80	D	100	D

DIREITO CIVIL

1. Fica excluído da garantia legal da impenhorabilidade do bem de família:

- a) o imóvel que esteja incluído em ação de inventário, ainda que seja qualificado como bem de família;
- b) o imóvel que se qualifica como bem de família, mas foi doado aos filhos em fraude à execução, mantendo-se o seu uso para servir de moradia à entidade familiar;
- c) o imóvel do devedor solidário em contrato de locação;
- d) o imóvel pertencente a pessoa jurídica que sirva de residência ao sócio, mas no qual não haja confusão entre a moradia da entidade familiar com o local de funcionamento da empresa;
- e) o imóvel residencial oferecido como garantia real, em favor de terceiros, pelo casal, quando o proveito se reverteu em favor da entidade familiar.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

Encontra-se abrangido pela proteção da impenhorabilidade do bem de família. Neste sentido: **Na hipótese em que o bem imóvel for qualificado como bem de família, ainda que esteja incluído em ação de inventário, deve ser assegurada a sua impenhorabilidade no processo executivo fiscal.** STJ, AgInt no REsp 2.168.820-RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 18/8/2025, DJEN 22/8/2025. (Informativo 861).

b) Incorreta.

Encontra-se abrangido pela proteção da impenhorabilidade do bem de família. Neste sentido: **É possível o reconhecimento da manutenção da proteção do bem de família que, apesar de ter sido doado em fraude à execução aos seus filhos, ainda é utilizado pela família como moradia.** STJ, Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, por unanimidade, julgado em 6/2/2025, DJEN 13/2/2025. (Informativo 840).

c) Incorreta.

Encontra-se abrangido pela proteção da impenhorabilidade do bem de família. Neste sentido: **As hipóteses permissivas da penhora do bem de família devem receber interpretação restritiva, não havendo possibilidade de incidência da exceção à impenhorabilidade do bem de família do fiador ao devedor solidário.** A posição jurídica de devedor solidário não se confunde com a figura do fiador de contrato de locação, não podendo receber o mesmo tratamento jurídico, notadamente para a incidência de norma restritiva de direitos. STJ, AgInt no AREsp 2.118.730-PR, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 14/11/2022, DJe 21/11/2022. (Informativo 763).

d) Incorreta.

Encontra-se abrangido pela proteção da impenhorabilidade do bem de família. Neste sentido: A lei, estabelecida em razão da proteção à dignidade da pessoa humana, é norma cogente, que contém princípio de ordem pública, não se admitindo, assim, interpretações extensivas às exceções à garantia legal da impenhorabilidade. **Assim, a simples comprovação de que o imóvel constitui moradia é suficiente para lhe conferir a proteção legal. A confusão entre a moradia de entidade familiar com o local de funcionamento de empresa não constitui requisito para o reconhecimento da proteção de imóvel como bem de família.** STJ, AgInt no AREsp 2.360.631-RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 8/4/2024, DJe 2/5/2024. (Informativo 811).

e) Correta.

Neste caso, o imóvel não goza da proteção legal. Nesse sentido, é a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça: **I) A exceção à impenhorabilidade do bem de família nos casos de execução de hipoteca sobre o imóvel, oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, prevista no art. 3º, V, da Lei n. 8.009/1990, restringe-se às hipóteses em que a dívida foi constituída em benefício da entidade familiar;** II) Em relação ao ônus da prova, a) se o bem for dado em garantia real por um dos sócios de pessoa jurídica, é, em regra, impenhorável, cabendo ao credor o ônus de comprovar que o débito da pessoa jurídica se reverteu em benefício da entidade familiar; e b) caso os únicos sócios da sociedade sejam os titulares do imóvel hipotecado, a regra é da penhorabilidade do bem de família, competindo aos proprietários demonstrar que o débito da pessoa jurídica não se reverteu em benefício da entidade familiar. STJ, REsp 2.093.929-MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, por unanimidade, julgado em 5/6/2025, DJEN 13/6/2025. (Tema 1261) (Informativo 855).

2. No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam na partilha:

- a) o imóvel doado por programa habitacional durante o casamento, registrado em nome de apenas um dos cônjuges;
- b) a dívida oriunda do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) contraída por um dos cônjuges;
- c) o prêmio de loteria;
- d) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;
- e) os valores depositados em planos abertos de previdência privada durante a vida em comum do casal.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

Neste sentido: **O imóvel doado pelo Poder Público em sede de programa habitacional, ainda que escriturado em nome de apenas um dos cônjuges, entende-se como destinado à entidade familiar, comunicando-se na partilha de bens de indivíduos casados sob o regime da comunhão parcial.** A aquisição de imóvel por meio de

política pública habitacional e de regularização fundiária excetua-se da regra contida no art. 1.659, I, do Código Civil, tendo em vista que se destina a garantir o direito social à moradia da família. Uma vez considerada a renda familiar e o número de dependentes para a concessão do benefício, reconhece-se o esforço comum do casal, devendo o bem imóvel ser igualmente partilhado, por ocasião do divórcio ou dissolução de união estável. STJ. 3ª Turma. REsp 2.204.798-TO, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 10/6/2025 (Info 26 - Edição Extraordinária).

b) Correta.

Neste sentido: **A dívida oriunda do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, possui natureza personalíssima e não deve ser objeto de partilha por ocasião da dissolução do vínculo conjugal ou convivencial.** STJ, Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 5/11/2024, DJe 8/11/2024. (Info. 23 - Ed. Extraordinária).

c) Incorreta. Neste sentido: **O prêmio de loteria é bem adquirido por fato eventual (CC/2002, art. 1.660, II), reconhecido como patrimônio comum do casal, devendo ser partilhado segundo os valores existentes na data do falecimento, independentemente da avaliação sobre esforço comum.** STJ. 4ª Turma. REsp 2.097.324-SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 24/9/2024 (Info 827).

d) Incorreta.

CC, art. 1.660. Entram na comunhão: IV - as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

e) Incorreta.

Neste sentido: **Os valores depositados em planos de previdência complementar aberta equiparam-se a investimentos financeiros como outro qualquer. Deste modo, rompida a sociedade conjugal, tais valores devem ser partilhados conforme o regime de bens.** Por outro lado, as contribuições feitas para plano de previdência fechado, em percentual do salário do empregado, aportadas pelo beneficiário e pelo patrocinador, conforme definido pelo estatuto da entidade, não integram o patrimônio sujeito à comunhão de bens a ser partilhado quando da extinção do vínculo conjugal. STJ. 4ª Turma. REsp 1545217-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. Acd. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 07/12/2021 (Info 723).

3. No tocante à disciplina do direito a alimentos gravídicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ação de alimentos gravídicos perde seu objeto com o nascimento da criança.
- b) Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.
- c) Os alimentos gravídicos compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto.
- d) Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança.

e) Os alimentos gravídicos referem-se à parte das despesas que deverá ser custeada pelo futuro pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela mulher grávida, na proporção dos recursos de ambos.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

Neste sentido: **A ação de alimentos gravídicos não se extingue ou perde seu objeto com o nascimento da criança, pois os referidos alimentos ficam convertidos em pensão alimentícia até eventual ação revisional em que se solicite a exoneração, redução ou majoração de seu valor ou até mesmo eventual resultado em ação de investigação ou negatória de paternidade.** STJ. 3ª Turma. REsp 1629423-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 6/6/2017 (Info 606).

b) Correta.

Lei nº 11.804/2008, art. 6º, parágrafo único: Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.

c) Correta.

Lei nº 11.804/2008, art. 2º, caput: Os alimentos de que trata esta Lei compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.

d) Correta.

Lei nº 11.804/2008, art. 6º: Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.

e) Correta.

Lei nº 11.804/2008, art. 2º, parágrafo único: Os alimentos de que trata este artigo referem-se à parte das despesas que deverá ser custeada pelo futuro pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela mulher grávida, na proporção dos recursos de ambos.

4. Acerca da tomada de decisão apoiada, assinale a alternativa INCORRETA, considerando-se as disposições do Código Civil Brasileiro:

a) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

- b) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.
- c) O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pelo Ministério Público, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio.
- d) A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.
- e) Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

GABARITO: LETRA C**COMENTÁRIOS:****a) Correta**

Nos termos do art. 1.783-A, caput, CC.

b) Correta

Nos termos do art. 1.783-A, § 1º, CC.

c) Incorreta.

CC, art. 1.783-A, § 2º: O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

d) Correta

Nos termos do art. 1.783-A, § 4º, CC.

e) Correta

Nos termos do art. 1.783-A, § 7º, CC.

5. Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se:

- a) lesão;
- b) erro;
- c) estado de necessidade;
- d) estado de perigo;
- e) coação.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

b) Incorreta.

c) Incorreta.

d) Correta.

CC, art. 156: **Configura-se o estado de perigo** quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

e) Incorreta.

6. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. Entende-se por confusão patrimonial ou desvio de finalidade, EXCETO:

- a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;
- b) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;
- c) atos de descumprimento da autonomia patrimonial;
- d) a extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica;
- e) a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

a) Correta.

Nos termos do art. 50, §2º, inciso I, CC.

b) Correta.

Nos termos do art. 50, §2º, inciso II, CC.

c) Correta.

Nos termos do art. 50, §2º, inciso III, CC.

d) Correta.

Nos termos do art. 50, §3º, CC.

e) Incorreta.

Nos termos do art. 50, §5º, CC: **Não constitui desvio de finalidade** a mera expansão ou **a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.**

7. O Código Civil elenca as associações como pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, inciso I).

Considerando-se o regramento legal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- b) há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos;
- c) a qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário;
- d) a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto;
- e) os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

a) Correta.

Nos termos do art. 53, caput, CC.

b) Incorreta.

CC, art. 53, parágrafo único: Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

c) Correta.

Nos termos do art. 56, CC.

d) Correta.

Nos termos do art. 57, CC.

e) Correta.

Nos termos do art. 55, CC.

8. Prescreve em 03 (três) anos:

- a) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;
- b) a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas;
- c) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;
- d) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo;
- e) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

CC, art. 206. Prescreve: §2º. **Em dois anos**, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;

b) Incorreta.

CC, art. 206. Prescreve: §4º **Em quatro anos**, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

c) Incorreta.

CC, art. 206. Prescreve: §5º **Em cinco anos**: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

d) Incorreta.

CC, art. 206. Prescreve: §5º **Em cinco anos**: III - a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

e) Correta.

CC, art. 206. Prescreve: §3º **Em três anos**: IV - a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. Poderão ser partes nos Juizados Especiais Cíveis, na qualidade de autores, nos termos da Lei nº 9.099/1995, EXCETO:

- a) os microempreendedores individuais;
- b) as microempresas e empresas de pequeno porte;
- c) as pessoas jurídicas qualificadas como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- d) as sociedades de crédito ao microempreendedor;
- e) as pessoas físicas incapazes.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

a) Correta.

Lei 9.099/1995, art. 8º, §1º, Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

b) Correta.

Lei 9.099/1995, art. 8º, §1º, Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

c) Correta.

Lei 9.099/1995, art. 8º, §1º, Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

d) Correta.

Lei 9.099/1995, art. 8º, §1º, Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.

e) incorreta.

Lei 9.099/1995, art. 8º. Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

10. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Considerando-se as disposições processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo;
- b) A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- c) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada extingue-se após 05 (cinco) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- d) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- e) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) Correta.

Nos termos do art. 303, caput, CPC.

b) Correta

Nos termos do art. 303 c/c 304, caput, ambos do CPC.

c) Incorreta.

CPC, art. 304, §5º. O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no §2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º.

d) Correta

Nos termos do art. 299, CPC.

e) Correta

Nos termos do art. 296, CPC.

11. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. O valor da causa será:

- a) na ação de alimentos, a soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor;
- b) na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente ao de maior valor;
- c) na ação em que houver pedidos subsidiários, o valor correspondente à soma dos valores de todos eles;
- d) na ação em que os pedidos são alternativos, o valor do pedido principal;
- e) na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

CPC, art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: inciso III: na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor;

b) Incorreta.

CPC, art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: inciso VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles;

c) Incorreta.

CPC, art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal.

d) Incorreta.

CPC, art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor;

e) Correta.

Nos termos do art. 292, inciso V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

12. Os requisitos da petição inicial encontram-se dispostos no art. 319 do Código de Processo Civil, dentre os quais o pedido com as suas especificações. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pedido deve ser determinado, porém, é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão;
- c) A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

- d) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
- e) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

a) Correta

Nos termos do art. 324, §1º, inciso II, CPC.

b) Incorreta.

CPC, art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

c) Correta

Nos termos do art. 322, §2º, CPC.

d) Correta

Nos termos do art. 329, inciso I, CPC.

e) Correta

Nos termos do art. 323, CPC.

13. Nos termos do art. 1º da Lei n. 4.717/1965, a ação popular será proposta por qualquer cidadão para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, de forma abrangente. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É cabível o ajuizamento de ação popular para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário.
- b) Declarações públicas ou opiniões de agentes políticos, desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos, não podem ser questionadas via ação popular.
- c) Consideram-se patrimônio público, para os fins de ação popular, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- d) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- e) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

GABARITO: LETRA A**COMENTÁRIOS:****a) Incorreta.**

Neste sentido: **Não é cabível o ajuizamento de ação popular para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário.** STJ, REsp 2.167.861-SE, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 11/3/2025, DJEN 18/3/2025. (Informativo 852). Informações do inteiro teor: O Superior Tribunal de Justiça entende que a lei da ação popular tem aplicação estendida às ações civis públicas diante das funções assemelhadas a que se destinam a proteção do patrimônio público no sentido *lato*, bem como por ambas pertencerem ao microsistema processual da tutela coletiva. Nesse contexto, a Primeira Seção do STJ entendeu que é inviável o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público para discutir a relação jurídico-tributária (EREsp n. 1.428.611/SE, rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 9/2/2022, DJe de 29/3/2022). O Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do Ministro Luiz Fux, analisou questão semelhante no ARE 694.294, Tema n. 645 da repercussão geral, e entendeu que o Ministério Público não possui legitimidade ativa para, em ação civil pública, ajuizar pretensão tributária em defesa dos contribuintes, buscando questionar a constitucionalidade ou legalidade do tributo. Dessa forma, na linha da jurisprudência do STJ e do STF, é possível estender a interpretação para a ação popular, que faz parte do microsistema das ações coletivas, no sentido de que não cabe o ajuizamento da ação para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário.

b) Correta.

Neste sentido: Para o cabimento da ação popular, exige-se a indicação de ato administrativo ou a ele equiparado, dotado de efeitos concretos e potencial lesivo aos bens jurídicos tutelados, pelo que declarações públicas ou opiniões de agentes políticos, desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos, não configuram atos ilegais e lesivos para fins de admissibilidade da ação popular. STJ, REsp 2.141.693-MG, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 11/2/2025, DJEN 19/2/2025. (Informativo 842).

c) Correta

Nos termos do art. 1º, §1º, Lei nº 4.717/65.

d) Correta

Nos termos do art. 18, Lei nº 4.717/65.

e) Correta

Nos termos do art. 19, caput, Lei nº 4.717/65.

14. O fiador, na ação em que for réu, poderá pleitear a citação do afiançado, através da hipótese de intervenção de terceiros denominada:

- a) assistência simples;
- b) assistência litisconsorcial;

- c) chamamento ao processo;
- d) denúncia da lide;
- e) oposição.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

b) Incorreta.

c) Correta

Nos termos do CPC, art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu.

d) Incorreta.

e) Incorreta.

15. Considerando-se as disposições do Código de Processo Civil e o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) A prerrogativa de prazo em dobro para a Defensoria Pública não se aplica aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) Os honorários sucumbenciais devidos à Defensoria Pública são de sua livre gestão, não cabendo ao Judiciário, ante eventual ausência ou pendência de regulamentação do Fundo de Aparentamento da Instituição, determinar sejam depositados em conta judicial vinculada ao processo.
- d) A Defensoria Pública não possui legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.
- e) A intimação por aplicativo de mensagens viola a prerrogativa da Defensoria Pública de intimação pessoal.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

a) Correta

Nos termos do art. 186, caput, CPC.

b) Incorreta.

Neste sentido: **A prerrogativa de prazo em dobro para a Defensoria Pública aplica-se aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.** STJ, Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 27/10/2025, DJEN 3/11/2025. (Informativo 870).

c) Correta.

STJ, REsp 2.180.416-MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 9/12/2025. (Informativo 874).

d) Correta.

STJ, Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por maioria, julgado em 19/8/2025. (Informativo 859).

e) Correta.

A intimação por aplicativo de mensagens viola a prerrogativa da Defensoria Pública de intimação pessoal, uma vez que impossibilita a análise dos autos e o controle dos prazos processuais. STJ, EDcl no AgRg no AREsp 2.300.987-PR, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 2/4/2024, DJe 11/4/2024. (Informativo Edição Extraordinária nº 21).

16. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Estão excluídos desta regra, EXCETO:

- a) as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
- b) o julgamento de recursos repetitivos;
- c) o julgamento de embargos de declaração;
- d) o julgamento de agravo de instrumento;
- e) o julgamento de agravo interno.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

a) Correta

Nos termos do art. 12, §2º, inciso I, CPC.

b) Correta

Nos termos do art. 12, §2º, inciso III, CPC.

c) Correta

Nos termos do art. 12, §2º, inciso V, CPC.

d) Incorreta

Hipótese não prevista no rol do art. 12, §2º, CPC.

e) Correta

Nos termos do art. 12, §2º, inciso VI, CPC.

17. A regra processual segundo a qual “o juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício” corresponde ao princípio:

- a) da boa-fé;
- b) da cooperação processual;
- c) da vedação à decisão surpresa;
- d) do impulso oficial;
- e) da inércia jurisdicional.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) Nos termos do Art. 5º, CPC, **“aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”**. A boa-fé pode ser reconduzida à segurança jurídica, na medida em que é possível reduzi-la dogmaticamente à necessidade de proteção à confiança legítima – que constitui um dos elementos do princípio da segurança jurídica – e de prevalência da materialidade no tráfego jurídico. Como elemento que impõe tutela da confiança e dever de aderência à realidade, a boa-fé que é exigida no processo civil é tanto a boa-fé subjetiva como a boa-fé objetiva. Ao vedar o comportamento contrário à boa-fé, o art. 5º, CPC, impõe especificamente a necessidade de boa-fé objetiva.

b) Nos termos do art. 6º, CPC, **“todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”**. A colaboração no processo é um princípio jurídico. Ela impõe um estado de coisas que tem de ser promovido. O fim da colaboração está em servir de elemento para organização de um processo justo idôneo a alcançar uma decisão de mérito justa e efetiva.

c) Princípio previsto no art. 10, CPC: vedação à decisão surpresa. Por força da compreensão do contraditório como direito de influência, a regra está em que todas as decisões definitivas do juízo se apoiem tão somente em questões previamente debatidas pelas partes, isto é, sobre matéria debatida anteriormente pelas partes. Em outras palavras, veda-se o juízo de *terza via*.

d) Nos termos do art. 2º, CPC, **“o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”**. Duas ideias básicas encontram-se aí enunciadas: o aforismo *nemo iudex sine actore* traduz a necessidade de pedido da parte para que se inicie o processo; o *ne procedat iudex ex officio* concerne à amplitude que se deve outorgar aos poderes do juiz uma vez já instaurado o processo. Quanto à marcha do processo, o impulso processual pode se dar pelas partes ou pelo juiz. O direito brasileiro adotou a segunda opção. O processo desenvolve-se por impulso oficial, não sendo necessária a previsão de normas tópicas e expressas para que se passe dessa para aquela fase do procedimento.

e) Ao lado dos arts. 141, 490 e 492, CPC, o artigo 2º forma o conteúdo daquilo que a doutrina costuma chamar de princípio da demanda (ou princípio dispositivo em sentido material). Prestigia-se, nessa senda, o valor autonomia individual na construção do procedimento.

18. Acerca da jurisdição e ação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- c) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- e) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) Correta

Nos termos do art. 17, CPC.

b) Correta

Nos termos do art. 18, CPC.

c) Incorreta.

CPC, art. 18, parágrafo único. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

d) Correta

Nos termos do art. 20, CPC.

e) Correta

Nos termos do art. 19, II, CPC.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. A Lei nº 13.431/17 normatiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Sobre os procedimentos de escuta especializada e depoimento especial previstos na referida Lei, julgue as assertivas a seguir:

- I. Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência realizado perante autoridade policial ou judiciária, limitado o relato estritamente ao necessário para a proteção integral.
- II. A criança ou o adolescente será ouvido sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial, e na hipótese de revelação espontânea da violência, estes serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada, salvo em caso de intervenções de saúde.

III. O depoimento especial deve ser regido por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, sendo este rito cautelar de antecipação de prova obrigatório apenas em caso de violência sexual.

IV. O depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, sendo vedado o contato, ainda que visual, da criança ou adolescente com o suposto autor, e a gravação do depoimento será realizada em áudio e vídeo, tramitando o procedimento em segredo de justiça.

A) II e IV.

B) I, II e III.

C) II, III e IV.

D) I e III.

E) I e IV.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

I. INCORRETA.

A Escuta Especializada é o procedimento de entrevista realizado perante órgão da rede de proteção (ex: assistência social), e não perante autoridade policial ou judiciária. O procedimento perante autoridade policial ou judiciária denomina-se Depoimento Especial.

II. CORRETA. A criança e o adolescente são ouvidos por meio de escuta especializada e depoimento especial. No caso de revelação espontânea, eles serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada (§ 1º), salvo em caso de intervenções de saúde.

Art. 4º, § 1º Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.

§ 3º Na hipótese de revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada no § 1º deste artigo, salvo em caso de intervenções de saúde.

III. INCORRETA. O depoimento especial deve ser realizado, sempre que possível, uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial. O rito cautelar de antecipação de prova é obrigatório quando a criança ou adolescente tiver MENOS DE 7 (sete) anos OU em caso de violência sexual. A assertiva falha ao dizer que é apenas em caso de violência sexual.

IV. CORRETA. O depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, com sigilo preservado, e a criança/adolescente deve ser resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor. O depoimento será gravado em áudio e vídeo e o procedimento tramitará em segredo de justiça.

20. Com relação aos procedimentos e às regras processuais aplicáveis à Justiça da Infância e da Juventude, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a jurisprudência correlata do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as afirmações abaixo:

I. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, os prazos são contados em dias corridos e há vedação expressa ao prazo em dobro para a Fazenda Pública, o Ministério Público e a Defensoria Pública, em razão da prioridade absoluta da tramitação.

II. O Juiz da Infância e da Juventude pode expedir portaria para disciplinar a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais, em bailes ou promoções dançantes, desde que as determinações sejam fundamentadas caso a caso, sendo vedadas as de caráter geral.

III. O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, salvo em situações de urgência, é de competência exclusiva da autoridade judiciária e deve importar na deflagração de procedimento judicial contencioso, garantindo-se aos pais o contraditório e a ampla defesa.

IV. Na ausência de previsão de procedimento específico no ECA, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público; tal regra aplica-se para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e III.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

I. **INCORRETA.** Embora os prazos sejam contados em dias corridos, o § 2º do Art. 152 do ECA veda o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou entendimento de que **a prerrogativa de prazo em dobro para a Defensoria Pública subsiste**, pois a vedação do ECA não a mencionou.

II. **CORRETA.** Compete à autoridade judiciária disciplinar, por portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em locais como bailes ou promoções dançantes. As medidas adotadas devem ser **fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.**

III. **CORRETA.** O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de **competência exclusiva da autoridade judiciária** e importará na deflagração de procedimento judicial **contencioso**, no qual se garanta aos pais ou responsável o exercício do **contraditório e da ampla defesa**.

IV. **INCORRETA.** A autoridade judiciária, na ausência de procedimento previsto em lei, pode **investigar os fatos e ordenar de ofício as providências** necessárias, ouvido o Ministério Público. No entanto, o parágrafo único do art. 153 do ECA estabelece que o disposto neste artigo **não se aplica** para o fim de **afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem** e em outros procedimentos **necessariamente contenciosos**. Estes últimos exigem provocação (MP ou quem tenha legítimo interesse) e respeito ao contraditório.

Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos.

21. A Lei nº 15.211/25 estabelece a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, impondo deveres específicos aos fornecedores de produtos e serviços de tecnologia da informação.

A respeito dos deveres e vedações previstos na lei, assinale a opção INCORRETA:

A) Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças ou de acesso provável por elas deverão, desde a concepção, garantir, por padrão, a configuração no modelo mais protetivo disponível em relação à privacidade e à proteção de dados pessoais, sendo vedado abster-se de realizar o tratamento de dados de forma que cause, facilite ou contribua para a violação de direitos.

B) É vedada a utilização de técnicas de perfilamento para direcionamento de publicidade comercial a crianças e a adolescentes, e também é proibido o emprego de análise emocional, de realidade aumentada ou virtual para esse fim.

C) Os fornecedores de redes sociais deverão garantir que usuários de até 14 (quatorze) anos de idade estejam vinculados ao usuário ou à conta de um de seus responsáveis legais.

D) Os jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que incluam funcionalidades de interação entre usuários por mensagens, áudio ou vídeo deverão, por padrão, limitar as funcionalidades de interação a usuários, de modo a assegurar o consentimento dos pais ou responsáveis legais.

E) É dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter

ofensivo pela vítima ou pelo Ministério Público, independentemente de ordem judicial, salvo se forem conteúdos jornalísticos ou submetidos a controle editorial.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) **INCORRETA.**

A assertiva está CORRETA e, por isso, não deve ser assinalada. Os fornecedores devem garantir a configuração-padrão no modelo mais protetivo disponível para a privacidade e proteção de dados. Além disso, devem se abster de realizar o tratamento dos dados pessoais de forma que cause, facilite ou contribua para a violação de sua privacidade ou de quaisquer outros direitos.

Art. 7º Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles deverão, desde a concepção de seus produtos e serviços, garantir, por padrão, a configuração no modelo mais protetivo disponível em relação à privacidade e à proteção de dados pessoais, considerados a autonomia e o desenvolvimento progressivo do indivíduo e justificado o melhor interesse da criança e do adolescente.

§ 2º Os fornecedores de que trata o caput deste artigo deverão abster-se de realizar o tratamento dos dados pessoais de crianças e de adolescentes de forma que cause, facilite ou contribua para a violação de sua privacidade ou de quaisquer outros direitos a eles assegurados em lei, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e o melhor interesse da criança e do adolescente.

b) **INCORRETA**

A assertiva está CORRETA e, por isso, não deve ser assinalada. A lei veda a utilização de técnicas de perfilamento (definição de perfil do usuário) para direcionamento de publicidade comercial a crianças e adolescentes, incluindo o emprego de análise emocional, realidade aumentada ou virtual.

Art. 22. Para além das demais disposições desta Lei, é vedada a utilização de técnicas de perfilamento para direcionamento de publicidade comercial a crianças e a adolescentes, bem como o emprego de análise emocional, de realidade aumentada, de realidade estendida e de realidade virtual para esse fim.

c) **CORRETA**

A assertiva está INCORRETA e, por isso, deve ser assinalada. Os provedores de redes sociais deverão garantir que usuários ou contas de crianças e de adolescentes de **até 16 (dezesseis) anos de idade** estejam vinculados ao usuário ou à conta de um de seus responsáveis legais.

Art. 24. No âmbito de seus serviços, os provedores de produtos ou serviços direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles deverão garantir que usuários ou contas de crianças e de

adolescentes de até 16 (dezesesseis) anos de idade estejam vinculados ao usuário ou à conta de um de seus responsáveis legais.

D) INCORRETA

A assertiva está CORRETA e, por isso, não deve ser assinalada.

Art. 21. Os jogos eletrônicos direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles que incluam funcionalidades de interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio ou vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona, deverão observar integralmente as salvaguardas previstas no art. 16 da Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024, especialmente no que se refere à moderação de conteúdos, à proteção contra contatos prejudiciais e à atuação parental sobre os mecanismos de comunicação.

Parágrafo único. Os jogos de que trata o caput deste artigo deverão, por padrão, limitar as funcionalidades de interação a usuários, de modo a assegurar o consentimento dos pais ou responsáveis legais.

E) INCORRETA

A assertiva está CORRETA e, por isso, não deve ser assinalada.

Art. 29. Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, independentemente de ordem judicial.

§ 4º Não estarão sujeitos ao procedimento de retirada de que trata o caput deste artigo os conteúdos jornalísticos e os submetidos a controle editorial.

22. A Lei nº 12.594/12 (SINASE) estabelece o conjunto de princípios e regras para a execução das medidas socioeducativas, distribuindo responsabilidades entre os entes federados e regulamentando o Plano Individual de Atendimento (PIA).

Com base nas disposições do SINASE, assinale a alternativa CORRETA:

A) Compete à União formular e coordenar a execução da política nacional de atendimento socioeducativo, sendo, contudo, vedado o desenvolvimento e a oferta de programas próprios de atendimento de qualquer natureza, inclusive em meio aberto.

B) Aos Municípios compete, prioritariamente, criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de Semiliberdade e Internação, cabendo aos Estados a responsabilidade pela criação e manutenção dos programas em meio aberto.

C) Para o cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Plano Individual de Atendimento (PIA) será elaborado sob responsabilidade da equipe técnica do programa no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente, com participação obrigatória de seus pais ou responsável.

D) A decisão judicial relativa à execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida será proferida após manifestação do defensor e do Ministério Público, e a medida deverá ser reavaliada no máximo a cada 3 (três) meses.

E) A revisão judicial de qualquer sanção disciplinar aplicada deve ser solicitada pelo defensor ou pelo Ministério Público, sendo vedado que o adolescente ou seus pais postulem diretamente a revisão, cabendo ao Juiz da Execução suspender a sanção se houver perigo de dano irreparável.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

a) **CORRETA.**

Compete à **União formular e coordenar** a execução da política nacional de atendimento socioeducativo. Contudo, é **vedado à União** o desenvolvimento e a **oferta de programas próprios de atendimento** (art. 3, §1º).

b) **INCORRETA**

A competência para **criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de SEMILIBERDADE e INTERNAÇÃO** é dos **Estados**, cabendo aos **Municípios** criar e manter programas para a execução das medidas socioeducativas em **meio aberto** (PSC e LA).

c) **INCORRETA**

Para o cumprimento das medidas de **Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)** e de **Liberdade Assistida (LA)**, o PIA será elaborado no prazo de até **15 (quinze) dias** do ingresso do adolescente no programa de atendimento. O prazo de 45 dias é reservado para as medidas de **Semiliberdade e Internação**.

d) **INCORRETA**

A decisão judicial sobre a execução de Liberdade Assistida será proferida após manifestação do defensor e do Ministério Público. No entanto, esta e as demais medidas de privação de liberdade (Semiliberdade e Internação) devem ser reavaliadas no máximo a cada **6 (seis) meses**.

e) **INCORRETA**

O Art. 48 do SINASE estabelece que o **defensor, o Ministério Público, o adolescente e seus pais ou responsável** poderão postular a revisão judicial de qualquer sanção disciplinar aplicada. A assertiva está incorreta ao vedar que o adolescente ou seus pais postulem diretamente essa revisão. A suspensão da execução da sanção até a decisão final é facultada à autoridade judiciária.

23. No contexto da proteção integral e das medidas aplicáveis à criança ou ao adolescente em situação de ameaça ou violação de direitos (Art. 98 do ECA), analise as seguintes afirmações:

I. O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e não se aplica o princípio da intervenção mínima (Art. 100, VII), devendo o Juiz ordenar de ofício o afastamento, a fim de garantir a intervenção precoce.

II. A inclusão de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

III. O Juiz da Infância e da Juventude, constatando a impossibilidade de reintegração familiar após encaminhamento a programas de orientação e apoio social, deve receber um relatório fundamentado do programa de acolhimento e terá o prazo de 5 (cinco) dias para ingressar com a ação de destituição do poder familiar, ouvidos o Ministério Público.

IV. A medida de proteção de requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, será aplicada somente à criança ou ao adolescente, sendo vedada sua extensão aos pais ou responsáveis, exceto em caso de vitimização em crime contra a dignidade sexual.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) Apenas II.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

I. INCORRETA. O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é, de fato, de **competência exclusiva da autoridade judiciária**. No entanto, o princípio da **intervenção mínima** deve ser observado. Além disso, a autoridade judiciária **não pode ordenar de ofício** o afastamento, pois o Art. 153, parágrafo único, do ECA estabelece que a regra de "investigar os fatos e ordenar de ofício as providências" **não se**

aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos.

II. **CORRETA.** A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional **não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses)**, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

III. **INCORRETA.** Em caso de impossibilidade de reintegração familiar, o programa de acolhimento envia um relatório fundamentado ao Ministério Público, recomendando a destituição do poder familiar. Recebido o relatório, o Ministério Público tem o prazo de **15 (quinze) dias** para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, e **não o Juiz** (art. 101, §9º e § 10 do ECA).

IV. **INCORRETA.** A medida de proteção de requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico é **extensiva às famílias, se for o caso**, especialmente em caso de vitimização em crime contra a dignidade sexual (art. 101, V do ECA), e não apenas ao adolescente.

Portanto, apenas a assertiva II está correta.

DIREITO DO CONSUMIDOR

24. O Código de Defesa do Consumidor NÃO é aplicável:

- a) aos contratos de plano de saúde;
- b) aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas;
- c) aos contratos interempresariais celebrados entre os sujeitos integrantes do arranjo de pagamentos com cartões;
- d) às entidades abertas de previdência complementar;
- e) às instituições financeiras.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

a) **Incorreta**

Súmula 608, STJ: Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.

b) **Incorreta**

Súmula 602-STJ: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

c) **Correta.**

O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos interempresariais celebrados entre os sujeitos integrantes do arranjo de pagamentos com cartões. STJ, REsp 2.212.357-RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 16/9/2025, DJEN 19/9/2025. (Informativo 865).

d) Incorreta

Súmula 563, STJ: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

e) Incorreta

Súmula 297, STJ: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

25. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando-se o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A glotoplastia para feminilização de voz, no contexto do processo transexualizador, não é procedimento de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, por ausência de previsão expressa no rol da ANS e, portanto, não enseja indenização por danos morais a sua negativa.
- b) A recusa indevida de internação de paciente em situação de emergência, sob alegação de carência contratual, configura dano moral.
- c) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.
- d) O plano de saúde não é obrigado a fornecer medicamento de uso domiciliar, não incluído no rol da ANS, para gestante com trombofilia.
- e) Não é possível ao hospital denunciar a lide aos médicos responsáveis pelos atendimentos a paciente, aos quais é imputada a prática de erro médico.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta.

Neste sentido: A glotoplastia para feminilização de voz, no contexto do processo transexualizador, é procedimento de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, mesmo sem previsão expressa no rol da ANS, ensejando indenização por danos morais a sua negativa. STJ, Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 22/9/2025. (Informativo 864).

b) Correta.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça reconhece que a recusa indevida de cobertura por plano de saúde em situações de urgência ou emergência enseja danos morais, em virtude do agravamento do sofrimento físico e emocional do paciente e de seus familiares. Além disso, a jurisprudência do STJ é pacífica ao reconhecer que

a existência de cláusula de carência contratual não justifica a negativa de atendimento em casos de urgência. STJ, REsp 2.198.561-SE, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 23/6/2025, DJEN 26/6/2025. (Informativo Edição Extraordinária nº 26).

c) Correta

Nos termos da Súmula 597, STJ.

d) Correta.

Neste sentido: O plano de saúde não é obrigado a fornecer medicamento de uso domiciliar, não incluído no rol da ANS, para gestante com trombofilia. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, "é lícita a exclusão, na Saúde Suplementar, do fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, isto é, aqueles prescritos pelo médico assistente para administração em ambiente externo ao de unidade de saúde, salvo os antineoplásicos orais (e correlacionados), a medicação assistida (home care) e os incluídos no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para esse fim. STJ, REsp 2.224.187-SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 15/9/2025, DJEN 19/9/2025. (Informativo 864).

e) Correta.

Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível ao hospital denunciar a lide aos médicos responsáveis pelo atendimento da paciente, em razão da incidência dos arts. 12, 14 e 88 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). STJ, REsp 2.160.516-CE, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. para acórdão Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, por maioria, julgado em 1º/4/2025. (Informativo 846).

26. A Lei nº 14.181/2021 alterou o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Neste sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.
- b) No âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a vinte e cinco por cento do salário mínimo vigente na data de publicação do Decreto que regulamenta a matéria (Decreto nº 11.150/2022).
- c) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor;

- d) Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá, entre outras condutas, avaliar, de forma responsável, as condições de crédito do consumidor, mediante análise das informações disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito.
- e) São conexos, coligados ou interdependentes, entre outros, o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e os contratos acessórios de crédito que lhe garantam o financiamento quando o fornecedor de crédito oferecer o crédito no local da atividade empresarial do fornecedor de produto ou serviço financiado ou onde o contrato principal for celebrado.

GABARITO: LETRA B**COMENTÁRIOS:****a) Correta**

Nos termos do art. 54-A, §1º, CDC.

b) Incorreta.

O Decreto nº 11.150/2022, que regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de superendividamento em dívidas de consumo, sofreu modificação legislativa, passando a prever em seu art. 3º: **No âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a R\$600,00 (seiscentos reais)**. (Redação dada pelo Decreto nº 11.567, de 2023).

c) Correta

Nos termos do art. 54-C, inciso II, CDC.

d) Correta

Nos termos do art. 54-D, inciso II, CDC.

e) Correta

Nos termos do art. 54-F, inciso II, CDC.

27. A respeito da conciliação no superendividamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.
- b) Na audiência preliminar referente à repactuação de dívidas por superendividamento, não há obrigação legal para o credor apresentar contraproposta ou aderir ao plano de pagamento pelo devedor, sendo inaplicáveis as sanções do art. 104-A, § 2º, do CDC.

- c) Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural.
- d) O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória.
- e) O pedido do consumidor superendividado, para instaurar-se processo de repactuação de dívidas, acarretará a declaração de insolvência civil.

GABARITO: LETRA E**COMENTÁRIOS:****a) Correta**

Nos termos do art. 104-A, CDC.

b) Correta.

Neste sentido: Na audiência preliminar referente à repactuação de dívidas por superendividamento, embora recomendável à luz dos princípios da boa-fé e da cooperação entre os litigantes, não há obrigação legal para o credor apresentar contraproposta ou aderir ao plano de pagamento formulado pelo devedor, sendo inaplicável as sanções do art. 104-A, § 2º, do CDC. STJ, REsp 2.188.689-RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 17/6/2025. (Informativo 855).

c) Correta

Nos termos do art. 104-A, § 1º, CDC.

d) Correta

Nos termos do art. 104-A, § 2º, CDC.

e) Incorreta

Nos termos do art. 104-A, § 5º, CDC: O pedido do consumidor a que se refere o caput deste artigo **não importará em declaração de insolvência civil** e poderá ser repetido somente após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contado da liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento homologado, sem prejuízo de eventual repactuação.

28. O consumidor poderá reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação:

- a) no prazo decadencial de sessenta dias, tratando-se de serviço e de produto não durável;

- b) no prazo prescricional de trinta dias, tratando-se de serviço e de produto não durável;
- c) no prazo decadencial de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto durável;
- d) no prazo prescricional de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto durável;
- e) no prazo decadencial de sessenta dias, tratando-se de serviço e de produto durável.

GABARITO: LETRA C**COMENTÁRIOS:**

a) Incorreta.

b) Incorreta.

c) Correta.

O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação sujeita-se a prazo decadencial, sendo de 30 dias em relação aos bens não duráveis, e 90 dias em relação aos bens duráveis. Neste sentido: CDC, art. 26.

O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

d) Incorreta.

e) Incorreta.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

29. Uma comunidade composta por 50 famílias de baixa renda ocupa, desde janeiro de 2013, uma área de 10.000 m² pertencente à Companhia de Águas e Esgotos (sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial). No local, as famílias construíram moradias de alvenaria e consolidaram uma estrutura comunitária, embora não possuam título de propriedade. Em 2024, diante de uma ameaça de remoção, a Associação de Moradores, devidamente constituída e representada por advogado particular, buscou a regularização da área. Com base no caso, assinale a alternativa correta:

A) A defesa técnica poderá pleitear a usucapião especial urbana coletiva sobre a área total, uma vez que a destinação habitacional consolidada por mais de 5 anos se sobrepõe à natureza jurídica da proprietária, permitindo a prescrição aquisitiva sobre bens de sociedade de economia mista, independentemente de sua afetação ao serviço público.

B) É cabível a instauração de Reurb de Interesse Social (Reurb-S) para a regularização do núcleo, sendo, todavia, requisito indispensável para o início do procedimento administrativo que a área ocupada tenha sido previamente demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor do Município.

- C)** Considerando que a ocupação se consolidou em 2013 e incide sobre imóvel de entidade da administração indireta com características urbanas, os ocupantes possuem direito subjetivo à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), título que pode ser obtido via administrativa ou judicial.
- D)** Na eventual ação possessória multitudinária ajuizada pela Companhia, a atuação da Defensoria Pública será dispensável caso a Associação de Moradores já tenha constituído advogado particular nos autos, visto que a intervenção *custos vulnerabilis* tem caráter subsidiário e visa apenas suprir a ausência de defesa técnica.
- E)** A regularização fundiária poderá se dar por meio da Legitimação de Posse, título conferido por ato do poder público que garante a aquisição imediata do direito real de propriedade aos ocupantes, aplicando-se indistintamente a imóveis situados em áreas públicas ou privadas.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

Embora a tese da função social seja defensável institucionalmente, a jurisprudência consolidada do STJ entende que bens integrantes do acervo de sociedade de economia mista prestadora de serviço público são insuscetíveis de usucapião. O Tribunal considera que tais bens estão sujeitos a uma "destinação pública" que abrange inclusive imóveis momentaneamente inutilizados, mas com potencial de afetação.

B) INCORRETA:

A demarcação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é um importante instrumento de política urbana, mas não é pré-requisito obrigatório para a realização da Reurb-S. A Lei nº 13.465/2017 permite o processamento da regularização de interesse social independentemente de prévia definição da área como ZEIS

C) CORRETA:

A alternativa está correta pois preenche os requisitos atualizados da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM). A legislação atual (MP 2.220/01 com redação dada pela Lei nº 13.465/17) estabelece o marco temporal de 22 de dezembro de 2016 para a posse. Como a ocupação data de 2013 e envolve imóvel público (ou equiparado) com características urbanas, os ocupantes preenchem os requisitos. Uma vez cumpridas as exigências legais, a concessão configura um direito subjetivo do possuidor, devendo ser concedida administrativa ou judicialmente

Bônus para quem também está estudando para a DPE/SP: TESE INSTITUCIONAL DA DPE-SP:

A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, como instrumento jurídico da política urbana (art. 183, § 1º, da CF/88, c/c art. 4º, inc. V, letra "h" da Lei 10.257/01 c/c MP 2.220/01) é, mais do que um direito do cidadão, um

dever do Estado, eis que está vinculada a uma política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem estar de seus habitantes (182 da CF/88 c/c art. 2º, inc. I, da Lei 10.257/01 - Estatuto da Cidade).

Assim, na medida em que se coloca como instrumento da política de desenvolvimento urbano, de fundamento constitucional e legal, sua aplicação não depende de previsão em leis municipais (nem mesmo no Plano Diretor) ou estaduais de regularização fundiária e urbanística, eis que decorre diretamente da disciplina constitucional específica, que nada mais é do que uma consequência do reconhecimento da função social da propriedade pública (art. 5º, inc. XXIII c/c art. 170, inc. III, da CF/88). A sua aplicação, portanto, deve se resolver no esforço de superar as limitações e dificuldades da disciplina legal a fim de, enfrentados aspectos polêmicos, servir efetivamente como instrumento de promoção do direito à cidade sustentável, especialmente em relação à função do direito à terra e a moradia (art. 6º da CF/88).

D) INCORRETA:

Incorreto. Nas ações possessórias que figurem no polo passivo grande número de pessoas (multitudinárias) envolvendo hipossuficientes, a intimação da Defensoria Pública é obrigatória, independentemente da constituição de advogado particular. A instituição atua na qualidade de *custos vulnerabilis* (guardião dos vulneráveis), fiscalizando a regularidade do processo e garantindo os direitos humanos dos afetados. A ausência dessa intimação gera nulidade processual

E) INCORRETA:

A alternativa confunde os institutos. A Legitimação de Posse não confere propriedade imediata (ela é conversível após 5 anos) e, conforme a lei, aplica-se apenas a imóveis privados, não se aplicando a imóveis de titularidade do poder público. O instrumento que confere aquisição originária imediata do direito real de propriedade é a Legitimação Fundiária

LEGITIMAÇÃO DE POSSE	LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA
Posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em direito real de propriedade. Aquele em cujo favor for expedido título de legitimação de posse, decorrido o prazo de cinco anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade.	Forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público.
Não se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do poder público. Somente em áreas privadas.	Área pública ou privada.
A legitimação de posse poderá ser transferida por causa mortis ou por ato inter vivos .	Integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.
Após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana	O ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de

regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário.	quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições.
	<p>Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições:</p> <p>Não seja concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural;</p> <p>Não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e</p> <p>Em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação.</p>

30. Uma associação de consumidores ajuizou uma Ação Civil Pública, atuando como substituta processual, e obteve sentença favorável, transitada em julgado. Para iniciar a execução individualizada em nome dos beneficiários, a associação deverá:

- A)** Apresentar a relação nominal dos beneficiários, mas estará dispensada de procurações individuais, pois sua legitimidade para atuar como substituta processual se estende automaticamente a todas as fases do processo
- B)** Apresentar procurações individuais específicas de cada beneficiário, pois, ao promover a execução individualizada, a associação civil passa a exercer função representativa, e não mais substitutiva.
- C)** Apenas comprovar que os beneficiários eram filiados à associação na data da propositura da ACP, sendo dispensada qualquer autorização para a execução
- D)** Estar dispensada da apresentação de qualquer documento ou autorização, dada a sua legitimação genérica prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC)
- E)** Promover a execução em nome próprio e em defesa de direito alheio, bastando indicar o CPF dos beneficiários no polo ativo da demanda.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

A condição de substituta processual, que dispensa procuração, não se estende automaticamente para a execução individualizada, onde a natureza da atuação muda para representativa, exigindo procurações

B) CORRETA:

A questão trata da distinção entre a natureza jurídica da atuação da associação na fase de conhecimento (substituição processual) e na fase de execução individualizada (representação processual).

1. Fase de Conhecimento: Na Ação Civil Pública (ACP), a associação atua como substituta processual na defesa de direitos individuais homogêneos, com legitimidade ampla, dispensando-se a procuração dos beneficiários.

2. Fase de Execução Individualizada: Quando a associação promove o cumprimento de sentença de forma coletivizada, em nome dos terceiros (os beneficiários), ela deixa de atuar como substituta processual e passa a exercer função representativa.

3. Exigência Documental: Nessa atuação de natureza representativa, é imprescindível que o nome dos beneficiários conste na autuação e que seja apresentada procuração específica autorizando a prática dos atos de execução, que envolvem disposição de direitos e individualização de créditos. A exigência de procurações individualizadas não entra em conflito com a legitimidade genérica que as associações possuem para promover a execução de sentenças coletivas, conforme os arts. 97 e 98 do CDC

C) INCORRETA:

O Tema 499 do STF (que exige filiação anterior à propositura da demanda) aplica-se exclusivamente às ações coletivas de rito ordinário (hipótese de representação processual), e não às Ações Civil Públicas (hipótese de substituição processual), como é o caso do enunciado

D) INCORRETA:

Embora os artigos 97 e 98 do CDC confirmem legitimação genérica às associações para promover a execução de sentenças coletivas, essa legitimação não dispensa a apresentação de procurações individuais na fase de execução coletivizada, em que a associação atua como representante

E) INCORRETA:

A condição de substituta processual, que dispensa procuração, não se estende automaticamente para a execução individualizada, onde a natureza da atuação muda para representativa, exigindo procurações.

FASE DO PROCESSO	NATUREZA DA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO (ACP)	REQUISITO DE PROCURAÇÃO
Conhecimento	Substituição Processual (Age em nome próprio, defendendo direito alheio).	Dispensada (A legitimidade decorre dos Arts. 81/82 do CDC).
Execução Individualizada	Representação Processual (Age em nome dos beneficiários, individualizando o crédito).	Obrigatória (Necessita de procurações individuais de cada beneficiário).

31. Acerca da proteção dos direitos da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003) e do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- A)** A criação de instituições de longa permanência constitui ato discricionário do administrador, que deve ponderar a conveniência e a oportunidade.
- B)** Nos contratos de seguro de vida em grupo, a cláusula de majoração do prêmio por faixa etária é considerada abusiva quando o segurado completar 60 anos e contar com mais de 10 anos de vínculo contratual, aplicando-se, por analogia, o Art. 15, parágrafo único, da Lei de Planos de Saúde.
- C)** O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar em razão da mudança de faixa etária do beneficiário é, em regra, válido, desde que haja previsão contratual e os percentuais aplicados não sejam desarrazoados ou discriminatórios, sendo esse entendimento inaplicável aos planos de saúde coletivos.
- D)** A competência para processar e julgar causas, individuais ou coletivas, que versem sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência ou limitação incapacitante é absoluta, sendo fixada no foro do domicílio do idoso.
- E)** Para a obtenção da superpreferência no pagamento de precatórios, nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, o único requisito necessário é que o credor seja pessoa idosa, sendo irrelevante a natureza alimentar ou não da dívida.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

A proteção da pessoa idosa é uma obrigação constitucional e legal irrenunciável, e o dever do Estado, da coletividade e da família de proteger o idoso (hipervulnerável) não se insere na órbita da discricionariedade do administrador. O STJ já decidiu que a criação de instituições de longa permanência (abrigos públicos) é imperiosa e não pode ser considerada uma postura de favor ou altruísmo do Estado

B) INCORRETA:

O STJ já decidiu que se mostra abusiva cláusula que prevê fatores de aumento diferenciados por faixa etária uma vez que oneram de forma desproporcional os segurados na velhice (após completarem 60 anos) e possuem, como objetivo precípuo, compelir o idoso à quebra do vínculo contratual, afrontando, dessa maneira, a boa-fé que deve perdurar durante toda a relação contratual, notadamente uma relação que já perdura por vários anos (mais de 10 anos de vínculo contratual). STJ. 3ª Turma. REsp 1.376.550-RS, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 28/4/2015 (Info 561). Assim, para o STJ, nos contratos de seguro

de vida, a cláusula contratual que estipula a majoração do prêmio segundo a faixa etária do consumidor somente é abusiva quando: - o segurado completar 60 (sessenta) anos de idade e - tem mais de 10 (dez) anos de vínculo contratual, - por aplicação analógica do art. 15, parágrafo único, da Lei de Planos de Saúde. No mesmo sentido: STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1.428.005/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, julgado em 12/4/2016; e STJ, 3ª Turma, AgInt no AREsp n. 1.766.958/GO, Rel. Ministro Moura Ribeiro, julgado em 26/9/2022

Entretanto, este entendimento não se aplica aos contratos de seguro de vida em grupo, pois estes possuem regime financeiro distinto (repartição simples), e a regra do Art. 15, parágrafo único, da Lei de Planos de Saúde não é aplicada por analogia aos seguros em grupo.

C) INCORRETA:

O reajuste por mudança de faixa etária (Tema 952/STJ) é válido para planos individuais e familiares, desde que (i) haja previsão contratual; (ii) sejam observadas as normas reguladoras; e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou que discriminem o idoso. Contudo, o STJ firmou que as teses do Tema 952 se aplicam, por analogia, também aos planos coletivos.

Aplicabilidade das teses firmadas no Tema 952/STJ aos planos coletivos, ressalvando-se, quanto às entidades de autogestão, a inaplicabilidade do CDC. STJ. 2ª Seção. REsp 1716113-DF, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 23/03/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1016) (Info 730).

D) CORRETA:

A jurisprudência do STJ, consolidada no IAC 10, estabelece que a competência é absoluta para julgar as causas, individuais ou coletivas, que versem sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa portadora de deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, sendo fixada no foro do domicílio do idoso, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores

E) INCORRETA:

Para a obtenção da superpreferência no pagamento de precatórios, nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, é necessária a conjugação de requisitos: a dívida deve ter natureza alimentar e o titular deve ser idoso (ou portador de doença grave/deficiência). Se a dívida não for alimentar, ela não se enquadra na superpreferência, mesmo que o credor seja idoso.

Para a obtenção da preferência no pagamento de precatório, faz-se necessária a conjugação dos requisitos constantes do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, ou seja, dívida de natureza alimentar e titular idoso, portador de doença grave ou pessoa com deficiência. STJ. 2ª Turma. RMS 65.747/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 16/03/2021 (Info 689).

32. O Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a constitucionalidade de atos normativos federais que tratavam da organização e do funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Com base no entendimento fixado, assinale a opção correta:

- A)** As restrições normativas foram consideradas constitucionais, pois o Estado Brasileiro, ao ratificar a Convenção com *status* de Emenda Constitucional, não se comprometeu a garantir a participação plena e efetiva da sociedade civil na condução das questões públicas, mas apenas a instituir mecanismos de coordenação governamental.
- B)** Tais normas são constitucionais, pois a escolha dos representantes da sociedade civil no CONADE é matéria de conveniência e discricionariedade da Administração Pública, desde que assegurada a composição paritária do órgão.
- C)** A inconstitucionalidade foi declarada apenas naqueles pontos que violavam o princípio da legalidade, mantendo-se hígidas as restrições que estabeleciam processo seletivo, por não haver exigência expressa de eleições livres na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- D)** O CONADE, por ser um órgão consultivo e deliberativo, não possui o caráter de mecanismo independente de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o que permitiria à Administração Pública selecionar os representantes da sociedade civil.
- E)** Normas que, a pretexto de regulamentar a participação da sociedade civil no CONADE, acabam por dificultá-la, são consideradas inconstitucionais por vulnerarem o caráter independente do órgão e o direito à participação efetiva da sociedade civil nas políticas públicas.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada com *status* de Emenda Constitucional e impõe ao Estado o compromisso de garantir que as pessoas com deficiência "possam participar efetiva e plenamente na condução das questões públicas", além de envolver a sociedade civil e suas organizações representativas no processo de monitoramento. O CONADE é um dos instrumentos que permite essa participação

B) INCORRETA:

O STF afastou o argumento de que se trata de conveniência e discricionariedade da Administração Pública. A regulamentação deve implementar mecanismos de participação e representação que permitam o controle social com a devida autonomia e isenção, e não a melhor escolha para a Administração

C) INCORRETA

A inconstitucionalidade do Decreto nº 10.177/2019 e suas alterações (Decreto nº 10.841/2021) se deu primariamente por violarem o direito de participação e o caráter independente do CONADE, e, por arrastamento, os editais de processo seletivo elaborados com base neles. A obrigatoriedade de processo seletivo para a escolha dos representantes da sociedade civil foi uma das restrições centrais que o STF considerou inconstitucional

D) INCORRETA

O CONADE, embora tenha existido antes da ratificação da Convenção, atua efetivamente como um mecanismo independente de promoção, proteção e monitoramento da implementação do diploma internacional. Qualquer norma que permita à Administração selecionar os representantes da sociedade civil compromete a independência das atividades desses representantes

E) CORRETA

A alternativa está correta, pois reproduz a tese fixada pelo STF no julgamento da ADPF 936/DF: "É inconstitucional norma que, a pretexto de regulamentar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), acaba por a dificultar". O STF considerou que atos normativos que dificultam a fiscalização e a participação da sociedade civil nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência são inconstitucionais. A Corte argumentou que o estabelecimento de um processo seletivo em vez de eleições livres para a escolha dos representantes da sociedade civil no CONADE vulnerou o caráter independente do órgão e a possibilidade de participação efetiva, a qual é garantida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

33. Acerca do direito à saúde dos povos indígenas, é correto afirmar:

- A)** O Poder Judiciário não pode determinar que o Poder Executivo adote medidas necessárias à concretização dos direitos constitucionais dos indígenas, sob pena de ofensa à separação dos poderes.
- B)** Em virtude do princípio constitucional da igualdade, bem como da universalidade do acesso aos serviços de saúde, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deve utilizar o mesmo modelo previsto no Sistema Único de Saúde para a atenção à saúde indígena.
- C)** O Estado-membro é parte legítima para figurar em polo passivo de ação que busca o fornecimento de saneamento básico como meio indispensável à manutenção da saúde indígena.
- D)** As populações indígenas, desde que integradas, terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde.

E) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena será financiado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, conforme a localização dos territórios indígenas.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

O Poder Judiciário pode determinar, ante injustificável inércia estatal, que o Poder Executivo adote medidas necessárias à concretização de direitos constitucionais dos indígenas. STJ. 1ª Turma. REsp 1.623.873-SE, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/04/2022 (Info 734).

B) INCORRETA:

A Lei nº 8.080/90 prevê em seu art. 19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

C) CORRETA

A alternativa está correta, pois reproduz entendimento do STJ: Os entes estaduais são partes legítimas para figurar no polo passivo de ação que busca garantir o fornecimento regular de água potável e saneamento básico a terra indígena.

STJ. 1ª Turma. AREsp 2.381.292-PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/12/2024 (Info 838).

D) INCORRETA

Lembre-se que o paradigma da “integração” dos povos indígenas já foi superado, pois pertence à teoria assimilacionista, que faz com que a condição indígena seja enxergada como uma condição transitória. Acontece que ser indígena não é uma condição transitória, pois o pertencimento decorre de um vínculo ancestral. Ainda que o indígena habite numa metrópole e tenha acesso a bens de consumo, ele não deixa de ser indígena, pois esta é a sua essência, o seu vínculo com a ancestralidade. Esse pensamento é relevante para questionar o Estatuto do Índio e a teoria assimilacionista em provas discursivas e orais. Lei nº 8.080/90, Art. 19-H. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso.

E) INCORRETA

A alternativa está incorreta, a Lei nº 8.080/90 prevê no art. 19-C. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

DIREITO PENAL

Questão 34

Sobre os princípios e as funções do Direito Penal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A função simbólica do Direito Penal, embora criticada, busca criar a impressão de que a criminalidade está sob controle, o que, a longo prazo, leva ao fortalecimento da credibilidade do ordenamento jurídico.
- B) O princípio da fragmentariedade impõe que o Direito Penal atue apenas subsidiariamente, intervindo somente quando as demais esferas de controle social (civil e administrativo) se mostrarem insuficientes.
- C) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas por um agente público, mesmo que razoável, configura o crime de abuso de autoridade, caso comprovada a finalidade específica de prejudicar outrem.
- D) O princípio da intervenção mínima veda expressamente a utilização da interpretação extensiva em matéria penal, permitindo-a somente em benefício do réu (analogia *in bonam partem*).
- E) O Direito Penal, em sua função de garantia, tem como objetivo proteger os cidadãos e delimitar o poder punitivo do Estado, assegurando que apenas fatos expressamente previstos em lei sejam punidos.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A função simbólica do Direito Penal, embora cause a impressão de controle imediato, é criticada justamente porque, a **longo prazo, resulta na perda de credibilidade** do ordenamento jurídico, por se valer de meio inadequado para resolver problemas complexos.

B) Incorreta.

A definição apresentada é do **princípio da subsidiariedade** ("intervém apenas quando outras esferas de controle falham"), e não da fragmentariedade. O princípio da fragmentariedade determina que o Direito Penal atue somente em casos de relevante lesão ou perigo ao bem jurídico tutelado.

C) Incorreta.

A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, mesmo que em desfavor de alguém, **não configura abuso de autoridade**, conforme expressamente previsto na lei penal, sendo este um dos chamados "crimes de hermenêutica".

D) Incorreta.

A **interpretação extensiva** amplia o sentido da norma para abranger casos que se enquadram no espírito da lei, sendo admitida pela doutrina majoritária, embora criticada por alguns por violar a legalidade estrita. A analogia é que só é permitida *in bonam partem*.

E) Correta.

A função de garantia do Direito Penal é vista como a delimitação do poder punitivo do Estado, protegendo os cidadãos da arbitrariedade.

Questão 35

Uma mulher transexual (Joana) é vítima de violência psicológica e física perpetrada por seu companheiro (Pedro) no ambiente doméstico, baseada em menosprezo à sua condição de mulher. A defesa de Pedro alega a inaplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) ao caso, argumentando que a lei visa proteger apenas mulheres do sexo biológico feminino, sendo necessário um critério biológico e não de gênero para sua incidência.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e as disposições legais sobre a matéria, assinale a afirmativa CORRETA:

- A) A Lei Maria da Penha não se aplica ao caso, pois a sua incidência pressupõe que a vítima seja mulher em razão do sexo biológico, sendo a relação de gênero irrelevante para a configuração da violência doméstica e familiar.
- B) A Lei Maria da Penha é aplicável a Joana, pois o STJ entende que o conceito de "mulher" para os fins da lei abrange as mulheres trans em situação de violência doméstica e familiar, afastando-se o critério meramente biológico e priorizando a vulnerabilidade de gênero.
- C) A violência sofrida por Joana configura violência doméstica, contudo, a persecução penal depende da comprovação da hipossuficiência econômica da vítima para que o sistema protetivo da Lei Maria da Penha possa ser aplicado.
- D) Para a incidência da lei no caso de mulheres trans, é necessário que a violência física tenha resultado em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, uma vez que a violência psicológica não é suficiente para afastar a discussão sobre a natureza biológica da vítima.
- E) Embora a lei seja aplicável a Joana, a ação penal pública do crime de lesão corporal leve praticado no âmbito doméstico dependerá sempre da representação da vítima, que deve ser homologada em juízo.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O STJ já pacificou o entendimento de que a Lei Maria da Penha é aplicável às mulheres trans, prevalecendo a identidade de gênero sobre o critério biológico.

B) Correta.

O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o conceito de "mulher" para fins da Lei nº 11.340/2006, firmou o entendimento de que a lei é aplicável às mulheres trans em situação de violência doméstica e familiar, afastando-se o critério meramente biológico em favor da vulnerabilidade de gênero.

C) Incorreta.

A jurisprudência do STJ e o espírito da lei presumem a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar, sendo **desnecessária a comprovação de fragilidade física, emocional ou financeira** para a aplicação do sistema protetivo.

D) Incorreta.

O Art. 5º da Lei Maria da Penha abrange a violência física e a **violência psicológica**, e a violência contra a mulher trans não depende da gravidade da lesão para a aplicação do sistema protetivo.

E) Incorreta.

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal (leve, grave ou gravíssima) resultante de violência doméstica contra a mulher é **pública incondicionada** (Súmula 542 do STJ), independentemente de retratação da ofendida.

Questão 36

Em relação à Teoria do Erro no Direito Penal, assinale a alternativa CORRETA:

A) O erro de tipo accidental é aquele que recai sobre elementos secundários do tipo, e, quando inevitável, exclui o dolo e a culpa do agente, mas não a responsabilidade penal.

B) No erro sobre a pessoa, o agente responde pelo crime como se tivesse praticado contra a vítima pretendida, sendo consideradas as condições ou qualidades da vítima real para fins de aplicação de agravantes ou qualificadoras.

C) O erro de proibição, quando inevitável, isenta de pena o agente por excluir a culpabilidade; se for evitável, a pena será reduzida de um sexto a um terço, pois se presume que o agente agiu sem a potencial consciência da ilicitude.

D) As descriminantes putativas por erro de proibição (erro indireto) incidem sobre a falsa percepção da realidade fática, afastando o dolo e permitindo a punição por culpa, se houver previsão legal.

E) O erro sobre o nexa causal sempre afasta a responsabilidade penal, pois o resultado pretendido é alcançado por um desdobramento causal diverso do imaginado pelo agente.

GABARITO: LETRA C**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

O erro de tipo essencial inevitável exclui o dolo e a culpa, afastando a tipicidade (o fato torna-se atípico). O erro de tipo acidental não exclui o dolo nem a culpa, não isentando de pena, mas podendo afetar a dosimetria.

B) Incorreta.

No erro sobre a pessoa, o agente responde como se tivesse praticado contra a vítima pretendida, e **NÃO se consideram** as condições ou qualidades da vítima real, mas sim as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime (teoria da equivalência dos bens jurídicos).

C) Correta.

O erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), se for inevitável, isenta de pena; se for evitável, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. O erro de proibição recai sobre a **potencial consciência da ilicitude** (elemento da culpabilidade), ou seja, o agente sabe o que faz, mas acredita ser lícito.

D) Incorreta.

A descrição apresentada (falsa percepção da realidade fática) é a do **erro de tipo permissivo** (espécie de erro de tipo), e não de erro de proibição. **E) Incorreta.** O erro sobre o nexo causal, em regra, é **irrelevante** para a responsabilização penal, uma vez que o resultado pretendido é alcançado, ainda que por um desdobramento causal diverso.

Questão 37

Túlio, após uma discussão acalorada e provocado injustamente por seu vizinho, reage de imediato, sob o domínio de violenta emoção, buscando tirar a vida do vizinho. Túlio se utiliza de um meio que causa intenso e desnecessário sofrimento à vítima (meio cruel). Túlio é denunciado por homicídio, e a defesa pleiteia o reconhecimento simultâneo do homicídio privilegiado e da qualificadora do meio cruel.

Neste caso, a tipificação penal e suas consequências, segundo o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, são:

A) É incompatível o reconhecimento simultâneo do privilégio e da qualificadora do meio cruel, pois ambas possuem natureza subjetiva e se anulam mutuamente. O réu deve responder por homicídio simples, pois o privilégio afasta a qualificadora.

- B) O homicídio qualificado-privilegiado é admissível, pois a qualificadora do meio cruel tem natureza objetiva, sendo compatível com o privilégio (natureza subjetiva). O delito resultante, no entanto, será considerado hediondo, dado que a qualificadora prevalece sobre o privilégio.
- C) O homicídio qualificado-privilegiado é admissível, e o crime resultante não será considerado hediondo por incompatibilidade axiológica, sendo a pena reduzida pelo juiz na terceira fase da dosimetria.
- D) O dolo de Túlio, ao utilizar meio cruel, se confunde com o motivo torpe, devendo ser aplicada a qualificadora do motivo torpe, que é preponderante por se ligar aos motivos determinantes do crime.
- E) Túlio deve responder por homicídio simples, pois o privilégio exige que a reação ocorra "logo em seguida à injusta provocação", e o uso de meio cruel denota premeditação e intenção fria de causar dor, o que descaracteriza a violenta emoção.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O homicídio privilegiado (motivo de relevante valor moral, social ou domínio de violenta emoção) tem natureza subjetiva. A qualificadora de meio cruel (Art. 121, § 2º, III) tem natureza objetiva. É pacífico o entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre a **compatibilidade** entre o privilégio e a qualificadora de ordem objetiva.

B) Incorreta.

Embora a compatibilidade entre privilégio subjetivo e qualificadora objetiva seja aceita, o homicídio qualificado-privilegiado **não é considerado crime hediondo**, por incompatibilidade axiológica e por falta de previsão legal, prevalecendo o privilégio.

C) Correta.

O privilégio (natureza subjetiva) é compatível com a qualificadora de meio cruel (natureza objetiva). Além disso, o homicídio qualificado-privilegiado **não integra o rol dos crimes hediondos**. A pena do privilegiado é causa de diminuição, aplicada na terceira fase da dosimetria.

D) Incorreta.

O motivo torpe e o meio cruel são qualificadoras distintas. O domínio de violenta emoção (privilégio) não se confunde com motivo torpe. Além disso, se a qualificadora for ligada ao meio de execução (meio cruel, no caso), ela **não prepondera** sobre o privilégio, mas é com ele compatível, sendo a hediondez afastada.

E) Incorreta.

O uso de meio cruel pode ser compatível com o domínio de violenta emoção, pois o dolo de matar (o *animus necandi*) foi impulsionado pela emoção, e o meio (cruel) foi apenas o modo de execução escolhido, não afastando o privilégio, desde que a reação tenha sido imediata ("logo em seguida").

Questão 38

Após o julgamento do Recurso Extraordinário 635.659/SP pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tratou da constitucionalidade do Art. 28 da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), qual é o entendimento majoritário em vigor no que tange à posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal?

- A) O Art. 28 da Lei nº 11.343/06 foi declarado inconstitucional, sem redução de texto, e a posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal não constitui mais infração penal, sendo a conduta considerada lícito-administrativa e punida com medidas educativas ou advertência.
- B) O STF fixou a presunção absoluta de que a posse de até 40 gramas de *cannabis sativa* ou 6 plantas-fêmeas é para consumo próprio, sendo vedada a prisão em flagrante por tráfico para quantidades inferiores a esse limite.
- C) As sanções previstas nos incisos II e III do Art. 28 da Lei de Drogas (prestação de serviços e medida educativa) serão aplicadas pelo juiz em procedimento de natureza penal, mas sem gerar reincidência ou maus antecedentes.
- D) O STF manteve o caráter penal da conduta prevista no Art. 28, mas determinou que o juízo competente para o processamento e julgamento é a Justiça Federal, por ser o tráfico de drogas um crime transnacional.
- E) A inconstitucionalidade do Art. 28 afastou apenas a punição com penas privativas de liberdade, mantendo a advertência e as medidas educativas com natureza penal, e a competência para julgar a conduta é das Varas Criminais comuns.

GABARITO: LETRA A**COMENTÁRIOS:**

A) Correta. O STF, ao julgar o RE 635.659/SP (Tema 506), declarou a **inconstitucionalidade, sem redução de texto, do Art. 28 da Lei 11.343/06**, afastando "todo e qualquer efeito de natureza penal". A posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal deixou de constituir infração penal, sendo a conduta considerada ilícito-administrativa e passível apenas de sanções não penais (advertência e medida educativa). **B) Incorreta.** O STF fixou a quantidade de **40 gramas de *cannabis sativa* ou 6 plantas-fêmeas** como **presunção RELATIVA** de uso pessoal. A presunção relativa permite que a autoridade policial realize a prisão em flagrante por tráfico se houver outros elementos que indiquem o intuito de mercancia. **C) Incorreta.** As sanções (advertência, serviços à comunidade e medida educativa) são aplicadas em **procedimento de natureza NÃO penal**, sem qualquer repercussão criminal para o acusado, como antecedentes ou reincidência. **D) Incorreta.** A competência para julgar as condutas do Art. 28 será dos **Juizados Especiais Criminais**, segundo a sistemática atual, até que o CNJ delibere sobre o procedimento não penal. **E) Incorreta.** O STF afastou o caráter penal da conduta. A competência é dos JECRIMs, e não das Varas Criminais comuns, até que haja regulação específica pelo CNJ.

Questão 39

Um homem de 49 anos se relaciona com uma adolescente de 13 anos. O relacionamento é mantido às escondidas, sem o conhecimento ou consentimento dos responsáveis da menor. Quando o fato é descoberto, a família da adolescente aciona as autoridades, e o agressor é denunciado por estupro de vulnerável (Art. 217-A do CP). A defesa alega a atipicidade da conduta com base na ausência de violência e no consentimento da vítima.

Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o Estupro de Vulnerável (Art. 217-A do CP) e a aplicação da Súmula 593, a defesa deverá argumentar que:

A) A conduta é materialmente atípica, pois a ausência de violência real e a existência de consentimento da vítima, por si sós, afastam a vulnerabilidade presumida, devendo o caso ser reclassificado para importunação sexual.

B) A conduta é formalmente típica, mas, em casos excepcionais, o STJ tem admitido a atipicidade material, especialmente quando há pequena diferença de idade entre as partes e formação de núcleo familiar, fatores que no caso em tela, porém, não se encontram presentes, dada a grande disparidade etária e a ausência de consentimento dos responsáveis.

- C) O caso admite a figura do *distinguishing* em relação à Súmula 593/Tema 918, devendo o réu ser absolvido, uma vez que a lei penal não deve intervir em relações afetivas nas quais a vítima, mesmo menor de 14 anos, demonstra maturidade sexual e experiência anterior.
- D) O réu deve ser condenado, pois o consentimento da vítima é irrelevante, e a grande diferença de idade entre as partes (49 e 13 anos), somada à ausência de consentimento dos responsáveis, impede qualquer relativização da presunção de vulnerabilidade.
- E) O delito de estupro de vulnerável exige contato físico para a sua consumação, e, caso não haja provas de conjunção carnal ou ato libidinoso que implique toque, a conduta deve ser desclassificada para a contravenção penal de ato obsceno.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A Súmula 593 do STJ é clara ao estabelecer que o consentimento da vítima menor de 14 anos e sua experiência sexual ou relacionamento anterior são **irrelevantes** para a configuração do estupro de vulnerável, pois há presunção absoluta de violência.

B) Incorreta.

Embora o STJ admita o *distinguishing* (relativização da Súmula 593) em situações excepcionais, a casuística que autoriza essa medida envolve, geralmente, **pequena diferença de idade** (ex.: 19 anos vs. 12 anos), **consentimento familiar** e **constituição de núcleo familiar**. O caso em questão (49 anos vs. 13 anos, sem consentimento familiar e relacionamento às escondidas) é oposto ao perfil do *distinguishing* e se enquadra na regra da Súmula 593.

C) Incorreta.

A tese da atipicidade material por maturidade sexual da vítima menor de 14 anos é rechaçada pela Súmula 593 e pela jurisprudência, que consideram o consentimento infantil incapaz de afastar a tipicidade.

D) Correta.

O agressor deve ser condenado, pois o consentimento da vítima menor de 14 anos é irrelevante, e a situação descrita (grande diferença de idade e relacionamento não consensual pela família) não preenche os requisitos excepcionais que o STJ tem admitido para o *distinguishing* (relativização da Súmula 593/Tema 918),,.

E) Incorreta.

O estupro de vulnerável (Art. 217-A) se consuma com a conjunção carnal ou **qualquer ato libidinoso** praticado com o menor de 14 anos, sendo irrelevante o contato físico direto ou a penetração vaginal. O "beijo lascivo", por exemplo, pode configurar o delito.

Questão 40

Em relação ao crime de Roubo (Art. 157 do CP), analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- A) No roubo impróprio (Art. 157, § 1º), a consumação do delito só ocorre se a violência ou a grave ameaça, empregadas após a subtração do bem, forem eficazes em garantir a impunidade do crime.
- B) O emprego de arma branca (como uma faca) no crime de roubo não é mais considerado causa de aumento de pena, conforme a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), mas pode ser utilizado como circunstância judicial desfavorável para majorar a pena-base.
- C) A súbita e eficaz reação da vítima que impede a inversão da posse do bem subtraído configura a desistência voluntária por parte do agente e, por conseguinte, a absolvição do crime, pois não houve consumação.
- D) A Lei nº 13.654/2018 (anterior ao Pacote Anticrime) revogou o inciso I do § 2º do art. 157 do CP, o que levou o STJ a reconhecer a *abolitio criminis* da causa de aumento referente ao emprego de arma branca no roubo para os fatos ocorridos durante sua vigência.
- E) A circunstância do roubo praticado mediante a restrição da liberdade da vítima, configura o roubo qualificado (Art. 157, § 2º, V), no entanto não se enquadra como crime hediondo por ausência de previsão específica na Lei 8.072/90.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O roubo impróprio (Art. 157, § 1º) se consuma no momento em que o agente emprega violência ou grave ameaça para garantir a impunidade ou a detenção do bem subtraído, **independentemente de esse objetivo ser alcançado.**

B) Incorreta.

O emprego de arma branca **voltou a ser causa de aumento de pena** (majorante), na fração de 1/3 até a metade, com a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). A consideração como circunstância judicial na pena-base era feita apenas no intervalo entre a Lei nº 13.654/2018 (que revogou a majorante) e a Lei nº 13.964/2019 (que a reinseriu).

C) Incorreta.

A desistência voluntária ocorre quando o agente interrompe a execução do crime por ato próprio e espontâneo, antes de esgotar os meios de execução. A reação da vítima que impede a consumação caracteriza a tentativa, ou no máximo, o arrependimento eficaz, se a execução foi esgotada, mas não a desistência voluntária.

D) Correta.

A Lei nº 13.654/2018 revogou o inciso I do § 2º do Art. 157, o que levou o STJ a reconhecer a *novatio legis in melius* (lei posterior mais benéfica) e, conseqüentemente, a **abolitio criminis** da causa de aumento do emprego de arma branca para os fatos ocorridos durante sua vigência, antes do Pacote Anticrime.

E) Incorreta.

A restrição da liberdade da vítima é uma circunstância qualificadora do roubo (Art. 157, § 2º, V), que aumenta a pena de 1/3 até metade e o Art. 1º, II, "a", da Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90) lista o roubo **circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima** como crime hediondo.

Questão 41

Três assaltantes (A, B e C), mediante uma única ação de grave ameaça com arma de fogo, abordam os passageiros de um veículo e subtraem os pertences de duas vítimas diferentes (X e Y) que estavam no carro.

A conduta dos agentes A, B e C, e a aplicação da pena resultante, devem ser tipificadas como:

A) Crime único de roubo, sendo a pluralidade de vítimas considerada apenas como circunstância judicial negativa na primeira fase da dosimetria, a fim de evitar o *bis in idem* e proteger o princípio da ofensividade.

B) Concurso formal próprio (perfeito) de crimes, pois houve uma única ação que resultou na ofensa a patrimônios de vítimas distintas, devendo ser aplicada a pena mais grave, aumentada de um sexto até a metade.

C) Concurso material de crimes, uma vez que a pluralidade de vítimas implica a existência de desígnios autônomos por parte dos agentes, devendo as penas serem aplicadas cumulativamente, ou seja, somadas.

D) Crime continuado (Art. 71, *caput*, do CP), já que houve a prática de dois crimes da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo e lugar, devendo a pena ser a de um só dos crimes, aumentada de um sexto.

E) Latrocínio consumado, em concurso formal, se houver o resultado morte ou lesão grave em uma das vítimas, pois o roubo contra patrimônios diversos, com violência única, sempre se resolve pela regra do concurso formal.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O STJ firmou o entendimento, em recurso repetitivo (Tema 1192), de que o roubo praticado contra vítimas diferentes, em um mesmo contexto fático e mediante uma só conduta, **não configura crime único**.

B) Correta.

Quando o agente, mediante uma só ação (a grave ameaça única), atinge patrimônios de vítimas diferentes, há concurso formal (ideal) de crimes, pois houve ofensa a bens jurídicos (patrimônio) de pessoas distintas. Aplica-se o sistema da exasperação da pena: a pena do crime mais grave (ou uma delas, se iguais) é aumentada de um sexto até metade.

C) Incorreta.

O concurso material exige mais de uma ação ou omissão. No caso, a ação é única (a abordagem com a arma) que afeta mais de uma vítima, configurando concurso formal, e não material.

D) Incorreta.

O crime continuado exige a prática de *mais de uma ação ou omissão*. No caso, a ação é única, o que configura concurso formal, ainda que existam crimes da mesma espécie.

E) Incorreta.

Embora o latrocínio com pluralidade de vítimas e único patrimônio lesado constitua crime único (e não concurso formal), o caso em tela descreve a subtração de pertences de **duas vítimas diferentes** (X e Y), o que indica a lesão a dois patrimônios, sendo o latrocínio um crime complexo de roubo seguido de morte ou lesão grave. Além disso, a premissa descreve apenas a grave ameaça (roubo), não mencionando lesão grave ou morte.

Questão 42

Sobre a prescrição da pretensão executória da pena (PPE), conforme o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que o prazo prescricional começa a correr:

A) Do dia em que a sentença condenatória transita em julgado apenas para a acusação, conforme a literalidade do Art. 112, I, do Código Penal, entendimento mantido pelo STF por ser mais favorável à pretensão punitiva do Estado.

- B) Do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes (acusação e defesa), em interpretação conforme a Constituição (Tema 788 do STF), eliminando a locução "para a acusação" do Art. 112, I, do Código Penal.
- C) Do dia seguinte ao término do prazo recursal, se o réu e a acusação tiverem sido intimados pessoalmente da sentença, independentemente do trânsito em julgado para ambas as partes.
- D) Do dia em que a pena privativa de liberdade é extinta, seja pelo cumprimento integral da sanção, seja pela concessão do indulto ou da graça, conforme a regra da Súmula 631 do STJ.
- E) Do dia em que se interrompe a execução da pena, caso o condenado se evada ou tenha revogado o livramento condicional, sendo o cálculo regulado pelo tempo que resta da pena.

GABARITO: LETRA B**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

O STF, no julgamento do ARE 848.107/DF (Tema 788), declarou a **não recepção** pela Constituição Federal da locução "para a acusação" do Art. 112, I, do Código Penal, por violar o princípio da presunção de inocência.

B) Correta.

O STF, ao interpretar o Art. 112, I, do CP à luz do princípio da presunção de inocência, firmou o entendimento de que a prescrição da pretensão executória (PPE) começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado **para ambas as partes** (acusação e defesa), uma vez que o título executivo penal só se torna definitivo neste momento.

C) Incorreta.

O marco inicial é o trânsito em julgado para ambas as partes, e não o simples decurso do prazo recursal após a intimação.

D) Incorreta.

O indulto e a graça são causas de extinção da punibilidade. O prazo da PPE extinta não é relevante, pois o direito de executar a pena já foi perdido. O marco inicial da prescrição da execução é o **trânsito em julgado para ambas as partes**.

E) Incorreta.

A regra do Art. 113 do CP, que regula a prescrição nesses casos, determina que ela é regulada pelo tempo que **resta** da pena, mas o marco inicial da prescrição é o dia em que transita em julgado a sentença condenatória (para a PPE).

A Teoria da Imputação Objetiva, conforme as suas principais vertentes, introduz critérios normativos para limitar o alcance da Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais, estabelecendo quando um resultado pode ser objetivamente atribuído à conduta do agente.

Assinale a alternativa CORRETA que apresenta um princípio fundamental ou uma consequência prática dessa teoria:

- A) A imputação do resultado ao agente é justificada somente quando sua conduta cria ou incrementa um risco proibido ou não permitido ao bem jurídico, e esse risco criado se realiza no resultado típico.
- B) O cerne da teoria consiste em considerar todas as condições que contribuíram para o resultado como causas equivalentes, sendo, por isso, aplicada majoritariamente para resolver os casos de concausa relativamente independente.
- C) Na vertente de Jakobs, que foca na imputação do comportamento, o principal objetivo do Direito Penal é proteger os bens jurídicos, sendo irrelevante para a imputação a quebra das expectativas sociais ou de papéis sociais.
- D) A autocolocação dolosa em perigo por parte da vítima exclui a imputação somente se o resultado estiver fora da linha de desdobramento causal normal da conduta do agente.
- E) A Teoria da Imputação Objetiva é uma teoria puramente psicológica e, por isso, exclui a imputação do resultado quando o agente não possuía a potencial consciência da ilicitude do fato.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

A) Correta.

A Teoria da Imputação Objetiva, notadamente na vertente de Roxin (Teoria do Risco), estabelece critérios normativos para a imputação do resultado. O resultado somente pode ser imputado ao agente se a sua conduta criar ou aumentar um risco proibido ou não permitido ao bem jurídico, e se esse risco criado se realizar no resultado,

B) Incorreta.

A ideia de que "toda condição que contribui para o resultado é considerada causa" e, portanto, que todas as causas são equivalentes (não importando o quão remotas) é o princípio básico da Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais (*Conditio Sine Qua Non*), e não da Imputação Objetiva. A Imputação Objetiva, na verdade, serve para limitar a extensão da causalidade naturalista trazida por aquela teoria.

C) Incorreta.

A vertente de Jakobs foca na "imputação do comportamento" e nos "papéis sociais/expectativas", estabelecendo que a atuação conforme o papel social isenta de imputação. Para essa vertente, a função do Direito Penal é "assegurar o império da norma", e não primariamente "proteger bens jurídicos" – esta última sendo a função precípua da vertente de Roxin.

D) Incorreta.

A autocolocação dolosa em perigo por parte da vítima é, por si só, uma das hipóteses que exclui a imputação. A exclusão ocorre justamente porque o resultado está dentro da responsabilidade da vítima, e não dependendo da análise de desdobramento causal normal da conduta do agente.

E) Incorreta.

A Teoria da Imputação Objetiva é uma teoria normativa, e não puramente psicológica. Além disso, a potencial consciência da ilicitude é um dos elementos da culpabilidade, analisado na Teoria Finalista (que é normativa pura), e não um elemento da tipicidade, onde a Teoria da Imputação Objetiva atua. A exclusão da culpabilidade pela ausência de potencial consciência da ilicitude é tratada como erro de proibição.

PROCESSUAL PENAL

Questão 44

A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) introduziu o Juiz das Garantias no Código de Processo Penal, e o Supremo Tribunal Federal (STF) modulou a aplicação do instituto. Sobre as regras de competência do Juiz das Garantias, é CORRETO afirmar:

- A) A competência do Juiz das Garantias cessa com o recebimento da denúncia ou queixa, devendo o juiz da instrução e julgamento reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso no prazo máximo de dez dias.
- B) As normas relativas ao Juiz das Garantias aplicam-se aos processos de competência do Tribunal do Júri e aos casos de violência doméstica e familiar, devido à necessidade de proteção dos direitos fundamentais dos investigados.
- C) O Juiz das Garantias pode prorrogar o prazo de duração do inquérito policial com o investigado preso, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, devendo relaxar a prisão se o prazo legal for inobservado.
- D) O Juiz das Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal, mas sua competência não abrange as infrações penais de menor potencial ofensivo.

E) Embora o preso em flagrante deva ser encaminhado à presença do Juiz das Garantias no prazo de 24 horas, é vedada a realização da audiência de custódia por videoconferência, em qualquer hipótese, conforme previsão expressa do CPP.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O STF declarou a inconstitucionalidade da expressão "recebimento da denúncia", fixando que a competência do Juiz das Garantias cessa com o **oferecimento** da denúncia.

B) Incorreta.

As normas do Juiz das Garantias **não se aplicam** aos processos de competência do Tribunal do Júri nem aos casos de violência doméstica e familiar, conforme decisão do STF.

C) Incorreta.

Embora o Juiz das Garantias possa prorrogar o inquérito, a inobservância do prazo legal **NÃO IMPLICA A REVOGAÇÃO AUTOMÁTICA DA PRISÃO**.

D) Correta.

A competência do Juiz das Garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e não se aplica, também, aos processos de competência originária dos tribunais, aos processos de competência do Tribunal do Júri e aos casos de violência doméstica e familiar.

E) Incorreta.

O STF, ao dar interpretação conforme, permitiu, **excepcionalmente**, o emprego de videoconferência na audiência de custódia, desde que o meio seja apto à verificação da integridade do preso.

Questão 45

Pedro, investigado pela prática de estelionato (infração sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos), busca celebrar um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). O Ministério Público (MP) recusa a proposta sob o argumento de que Pedro já havia sido beneficiado pela Suspensão Condicional do Processo (Sursis Processual) há seis anos.

Considerando as regras do ANPP, assinale a alternativa CORRETA:

A) O MP deve oferecer o ANPP, pois o prazo quinquenal previsto na lei para vedação da proposta conta-se a partir do cometimento da infração, e o período de seis anos superou o limite legal.

B) A recusa do MP é legal, pois o Art. 28-A, § 2º, III, do CPP estabelece que o investigado não pode ter sido beneficiado por Acordo de Não Persecução Penal, transação penal ou suspensão condicional do processo nos 5 (cinco) anos anteriores ao recebimento da denúncia.

- C) Se o MP recusar a proposta, o investigado não possui mecanismos de impugnação contra a decisão, exceto a impetração de Habeas Corpus, que é o instrumento adequado para questionar a legalidade da recusa.
- D) A confissão formal e circunstancial, requisito essencial para o ANPP, deve ocorrer obrigatoriamente na fase do inquérito policial para ser válida, sob pena de nulidade do acordo.
- E) O ANPP é aplicável em casos de crimes em continuidade delitiva, mas será impedido se for reconhecida a habitualidade delitiva, pois a lei equipara essas duas situações.

GABARITO: LETRA A**COMENTÁRIOS:****A) Correta.**

A celebração do ANPP será vedada se o agente tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores **AO COMETIMENTO** da infração. Como Pedro foi beneficiado há 6 anos, a causa impeditiva não se aplica, devendo o MP oferecer o acordo se presentes os demais requisitos.

B) Incorreta.

A lei é expressa ao prever que o prazo de 5 anos é contado a partir do **cometimento** da infração, e não do recebimento da denúncia.

C) Incorreta.

Se o MP recusar a proposta, o investigado pode **requerer a remessa dos autos a órgão superior** do Ministério Público, na forma do art. 28. O Habeas Corpus não é o instrumento adequado para questionar as condições da proposta de ANPP.

D) Incorreta.

A confissão exigida pelo ANPP pode ser formalizada **no momento da assinatura do acordo**, perante o próprio órgão ministerial, não sendo um requisito exclusivo da fase de inquérito.

E) Incorreta.

A **continuidade delitiva não impede** a celebração do ANPP, mas a **habitualidade delitiva**, que é caracterizada pela prática reiterada e autônoma de delitos, **impede** o ANPP. A alternativa está incorreta ao equiparar os conceitos.

Questão 46

Em relação ao Foro por Prerrogativa de Função no Direito Processual Penal brasileiro, conforme a Constituição Federal, a legislação e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção CORRETA:

- A) A prerrogativa de foro se estende a terceiros que compartilhem o mesmo domicílio com a autoridade detentora do foro, como forma de proteção da inviolabilidade do domicílio.
- B) A competência do Supremo Tribunal Federal (STF) abrange apenas o julgamento de medidas cautelares probatórias contra parlamentares, não se estendendo à fase de investigação.
- C) Se um Desembargador de Tribunal de Justiça comete um crime comum sem relação com o cargo, a competência para processá-lo e julgá-lo é do Tribunal de Justiça (TJ) respectivo.
- D) A atração do processo do corréu para o foro por prerrogativa de função do denunciado, em virtude de conexão ou continência, não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa ou do devido processo legal (Súmula 704/STF).
- E) O foro por prerrogativa de função para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste apenas se a conduta delitiva foi cometida durante o exercício do mandato, não se aplicando se a ação penal foi iniciada após a cessação do cargo.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O STJ decidiu que a prerrogativa de foro **não se estende a terceiro** que compartilhe imóvel com a autoridade, se esta não for objeto de investigação.

B) Incorreta.

A competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar e julgar parlamentares federais (Deputados e Senadores) em infrações penais comuns, conforme estabelecido no Artigo 102, I, "b", da Constituição Federal, abrange **toda a persecução penal**, desde a fase de investigação até o julgamento final.

C) Incorreta.

Compete ao **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** processar e julgar Desembargadores, mesmo que os fatos imputados não tenham relação com o exercício do cargo, para garantir a imparcialidade.

D) Correta.

O STF sumulou que **não viola as garantias** do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função, em razão da conexão ou continência (Súmula 704/STF).

E) Incorreta.

O foro por prerrogativa de função para crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, **ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício.**

Questão 47

Uma adolescente de 13 anos é vítima de ameaças e perseguições por parte de um adulto. O inquérito policial foi instaurado pela prática de crime que não é de natureza sexual, mas a vítima é menor de 14 anos. O Ministério Público (MP) requer ao juiz a aplicação de medidas protetivas de urgência, como a proibição de contato e monitoração eletrônica do agressor.

Analizando a legislação e as medidas protetivas de urgência, a decisão judicial:

- A) É inviável, pois a aplicação das medidas protetivas de urgência previstas no Art. 350-A do CPP é taxativa e restrita aos crimes contra a dignidade sexual.
- B) É cabível, pois as medidas protetivas de urgência podem ser aplicadas, cumulativamente, quando a vítima, independentemente do crime, estiver em situação de vulnerabilidade, como no caso de criança ou adolescente.
- C) É inviável a aplicação de monitoração eletrônica cumulada com outras medidas protetivas de urgência, por se tratar de restrição excessiva à liberdade.
- D) Depende da prévia oitiva do agressor e da comprovação de que a medida cautelar de proibição de contato é adequada à gravidade do crime, conforme o rito das medidas cautelares do CPP.
- E) É inviável a imposição de monitoramento eletrônico do agressor sem que haja a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, ou que esta tenha sido decretada.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

Embora o *caput* do Art. 350-A mencione crimes contra a dignidade sexual, o § 6º do mesmo artigo estende a aplicação dessas medidas aos crimes cuja vítima esteja em **situação de vulnerabilidade**, como crianças e adolescentes, independentemente da natureza do crime investigado.

B) Correta.

As disposições sobre medidas protetivas de urgência, incluindo a proibição de contato, aplicam-se aos crimes cuja vítima esteja em situação de vulnerabilidade, como criança e adolescente, qualquer que seja o crime investigado. Além disso, a monitoração eletrônica pode ser cumulada com outras medidas protetivas.

C) Incorreta.

A monitoração eletrônica pode ser cumulada com outras medidas protetivas de urgência.

D) Incorreta.

Em casos de urgência ou perigo de ineficácia, o juiz pode decretar medidas cautelares *inaudita altera pars*, sem a manifestação prévia da parte contrária.

E) Incorreta.

As medidas protetivas de urgência podem ser determinadas pelo juiz em **qualquer fase da investigação policial ou do processo penal**, a pedido da autoridade policial, do Ministério Público ou da vítima.

Questão 48

Em relação ao *Habeas Corpus* (HC) no sistema processual penal brasileiro, assinale a opção CORRETA:

- A) A expedição de ofício de ordem de HC, individual ou coletivo, por autoridade judicial, é permitida apenas em processo de competência recursal do tribunal.
- B) Não cabe *Habeas Corpus* contra decisão que impõe pena de multa ou contra processo por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada (Súmula 693/STF).
- C) A Súmula 691 do STF, que veda o conhecimento de HC impetrado ante decisão de relator que indefere liminar em tribunal superior, não pode ser superada em nenhuma hipótese, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- D) Em caso de empate no julgamento de HC em órgão colegiado, prevalecerá a decisão do relator, devendo o presidente proferir o voto de desempate apenas se não tiver participado da votação.
- E) O assistente do Ministério Público tem legitimidade para interpor, supletivamente, recurso extraordinário de decisão concessiva de *Habeas Corpus*.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A ordem de *Habeas Corpus* pode ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal **em processo de competência originária ou recursal**.

B) Correta.

O *Habeas Corpus* não cabe contra a imposição de pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada (Súmula 693/STF).

C) Incorreta.

A Súmula 691 pode ser afastada em casos excepcionais, como quando houver teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder.

D) Incorreta.

Em caso de empate, se o presidente não tiver tomado parte na votação, ele profere voto de desempate; se tiver tomado parte, prevalece a decisão **mais favorável ao paciente**.

E) Incorreta.

O assistente do Ministério Público **não pode recorrer extraordinariamente** de decisão concessiva de *Habeas Corpus* (Súmula 208/STF).

Questão 49

Em um caso de crime contra a vida, a defesa técnica alega a nulidade do laudo pericial, pois o conteúdo integral das gravações de vídeo e das simulações que serviram de base para a perícia se tornou inacessível à defesa por falha de armazenamento do órgão policial. A acusação defende que a nulidade não se aplica, pois o vício ocorreu na fase pré-processual e não houve manipulação direta do vestígio. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a cadeia de custódia:

- A) O laudo pericial não deve ser anulado, pois o vício ocorreu na fase investigativa e a quebra da cadeia de custódia só se configura por alteração ou manipulação do vestígio em si.
- B) A defesa está correta, e a inacessibilidade do conteúdo integral das mídias por falha de armazenamento ao longo da cadeia de custódia é uma nulidade, pois compromete o contraditório e a ampla defesa.
- C) O conceito de vestígio abrange apenas o material bruto visível; as gravações de vídeo e as simulações não são consideradas vestígios, mas sim elementos informativos, e, portanto, não se submetem às regras da cadeia de custódia.
- D) A quebra da cadeia de custódia acarreta apenas a redução do valor probatório da prova contaminada, devendo o magistrado sopesar as irregularidades com os demais elementos de prova.
- E) A cadeia de custódia compreende as fases de reconhecimento, isolamento e coleta, mas não o armazenamento do material após o processamento, que é regido pelas regras gerais de arquivamento de provas.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A quebra da cadeia de custódia pode decorrer da falha no armazenamento, resultando na nulidade do laudo por inviabilizar a contraprova e o contraditório.

B) Correta.

A falha de armazenamento de mídias essenciais que compromete o acesso da defesa e a possibilidade de contraprova gera a **nulidade do laudo pericial** por violação da cadeia de custódia, ampla defesa e contraditório.

C) Incorreta.

Vestígio é **todo objeto ou material bruto, visível ou latente**, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal. A integridade das mídias é crucial para o rastreamento da posse e manuseio do vestígio.

D) Incorreta.

A quebra da cadeia de custódia pode levar à **ilicitude da prova** e sua exclusão dos autos, se a falha for essencial e comprometer a integralidade e idoneidade da prova. No caso de mídias inacessíveis à defesa, a consequência é a nulidade.

E) Incorreta.

A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio desde o **reconhecimento** (fase inicial) até o **descarte** (fase final), incluindo todas as etapas de transporte, recebimento, processamento e armazenamento.

Questão 50

Sobre o procedimento do Tribunal do Júri e a decisão dos jurados, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Na primeira fase do procedimento (sumário da culpa), a decisão de pronúncia exige um juízo de probabilidade com indícios suficientes sobre a materialidade e um juízo de certeza quanto à autoria.
- B) O quesito genérico de absolvição (Art. 483, III, do CPP) é formulado apenas se a defesa tiver sustentado alguma tese específica de clemência, como o homicídio privilegiado (violenta emoção).
- C) No caso de desclassificação pelos jurados para infração não dolosa contra a vida, o juiz presidente do Tribunal do Júri deve remeter os autos ao juízo singular competente, à disposição de quem ficará o acusado preso.
- D) A soberania dos veredictos autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo Tribunal do Júri, mesmo que a pena aplicada seja inferior a 15 (quinze) anos de reclusão.
- E) É proibida a leitura, em plenário do júri, de documentos que não tenham sido juntados aos autos com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, exceto no que se refere aos antecedentes criminais do acusado.

GABARITO: LETRA D**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

A pronúncia exige um juízo de **certeza da materialidade** e um juízo de **probabilidade** (indícios suficientes) da autoria ou participação.

B) Incorreta.

O quesito de absolvição (Art. 483, III) é formulado como quesito **genérico** (o jurado absolve o acusado?), independentemente das teses defensivas terem sido apresentadas ou serem de clemência.

C) Incorreta.

Se houver desclassificação (para crime não doloso contra a vida) ao final da primeira fase do júri, o juiz remeterá os autos ao juízo que o seja competente. Contudo, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri (em plenário), caberá ao **juiz presidente proferir a sentença**.

D) Correta.

O STF já decidiu que a **soberania dos veredictos** autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada, revogando o limite de 15 anos previsto no CPP (Art. 492, I, 'e') para este fim. Devemos sempre criticar tal entendimento.

E) Incorreta.

O Art. 479 do CPP proíbe a leitura ou exibição de documento ou objeto não juntado com 3 (três) dias úteis de antecedência. Não há exceção a essa regra para os antecedentes criminais, embora a utilização de documentos relacionados com a vida pregressa seja permitida, se observados os prazos.

Questão 51

Em relação aos recursos no Processo Penal brasileiro, e considerando o princípio da taxatividade, o Art. 579 do Código de Processo Penal (CPP) e a jurisprudência sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Ministério Público, em virtude do princípio da indisponibilidade da ação penal pública, está proibido de desistir de um recurso interposto, sendo tal proibição estendida ao seu assistente de acusação.
- B) O princípio da fungibilidade recursal (Art. 579 do CPP) permite a interposição de um recurso por outro, desde que ausente a má-fé, sendo este requisito comprovado pelo fato de o recurso incorreto ter sido interposto dentro do prazo limite do recurso cabível.

C) O princípio da *non reformatio in pejus* (vedação à reforma para pior) se aplica apenas à pena privativa de liberdade, permitindo ao Tribunal, em recurso exclusivo da defesa, aumentar a pena de multa, desde que devidamente fundamentado.

D) A decisão que rejeita a denúncia ou queixa é recorrível por meio de Apelação, devendo ser aplicada a fungibilidade se, por erro, a parte tiver interposto o Recurso em Sentido Estrito (RESE), visto que a decisão de Impronúncia também é atacada por Apelação.

E) Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, a Apelação contra decisão de condenação não possui efeito suspensivo, especialmente se a pena for igual ou superior a 15 anos, sendo vedado ao Tribunal conceder tal efeito, em respeito à soberania dos veredictos.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O Ministério Público realmente não pode desistir de recurso que haja interposto, em razão do princípio da indisponibilidade (Art. 576). Contudo, o assistente do Ministério Público pode desistir de seu recurso, uma vez que a ele se aplica o princípio da voluntariedade.

B) Correta.

O princípio da fungibilidade recursal (Art. 579 do CPP) admite a interposição de um recurso por outro, desde que a parte não seja prejudicada pela má-fé. A jurisprudência estabelece que a ausência de má-fé é evidenciada se o recurso for interposto dentro do prazo limite do recurso que seria cabível. Além disso, o erro deve ser excusável (ausência de erro grosseiro, ou seja, deve haver dúvida objetiva sobre o recurso adequado).

C) Incorreta.

O princípio da *non reformatio in pejus* proíbe que o Tribunal agrave a situação do réu quando somente ele houver apelado da sentença (Art. 617). A proibição se estende à totalidade da pena, incluindo a pena de multa, e não apenas à pena privativa de liberdade.

D) Incorreta.

A decisão que não recebe a denúncia ou queixa é atacada por Recurso em Sentido Estrito (RESE) (Art. 581, I). A decisão de Impronúncia no Tribunal do Júri é que é atacada por Apelação (Art. 416). O erro em interpor Apelação contra a rejeição da denúncia ou RESE contra a Impronúncia pode ser mitigado pela fungibilidade, mas a afirmação inverte os recursos cabíveis.

E) Incorreta.

De fato, o Art. 492, I, "e", do CPP, em sua redação anterior, previa a execução provisória (não suspensão do recurso) para penas iguais ou superiores a 15 anos de reclusão. Contudo, o STF, ao julgar o Tema 1068 (Repercussão Geral), firmou a tese de que a soberania dos veredictos autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo Júri, independentemente do total da pena aplicada. Assim, a não suspensão da apelação não está limitada apenas à pena de 15 anos.

Questão 52

Sobre a Suspensão Condicional do Processo (*Sursis Processual*), prevista na Lei nº 9.099/1995:

- A) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o beneficiário for processado por contravenção penal no curso do prazo, e o processo será retomado para prosseguir a ação penal.
- B) As condições do *sursis* processual são fixadas pelo juiz em rol taxativo (reparação do dano, proibição de frequentar certos lugares, etc.), sendo vedado ao magistrado estipular outras condições, como a prestação pecuniária.
- C) Se o réu for condenado por crime continuado e a pena mínima resultante ultrapassar o limite de 1 (um) ano, ainda assim será cabível a suspensão condicional do processo, se presentes os demais requisitos legais.
- D) O benefício da suspensão condicional do processo é inaplicável em delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- E) Não se admite a suspensão condicional do processo em caso de desclassificação do crime para outro com pena mínima inferior a 1 ano, pois o benefício deve ser analisado no momento do oferecimento da denúncia.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A revogação será obrigatória se o beneficiário for processado por **crime**, mas se for processado por **contravenção**, a revogação é **facultativa**.

B) Incorreta.

O juiz **poderá especificar outras condições**, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado, permitindo-se, por exemplo, a prestação pecuniária.

C) Incorreta.

A suspensão condicional do processo **não é aplicável** em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada ultrapassar o limite de 1 (um) ano (Súmula 243/STJ).

D) Correta.

A suspensão condicional do processo e a transação penal **não se aplicam** na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha (Súmula 536/STJ).

E) Incorreta.

É cabível a suspensão condicional do processo na **desclassificação do crime** e na procedência parcial da pretensão punitiva (Súmula 337/STJ).

Questão 53

Um investigado está preso por força de prisão cautelar decretada pelo Juiz das Garantias em um inquérito policial (IP). Após 90 (noventa) dias de prisão, o inquérito ainda não foi concluído e não houve manifestação judicial revisando a necessidade da custódia. A defesa requer o relaxamento da prisão alegando ilegalidade por excesso de prazo e ausência da revisão nonagesimal obrigatória.

Analisando o procedimento e a jurisprudência, assinale a CORRETA:

- A) O prazo de duração do inquérito (10 dias) é imperativo, e a inobservância do prazo legal, aliada à ausência de revisão nonagesimal da prisão, acarreta a revogação automática da prisão.
- B) O Juiz das Garantias não pode conceder novas prorrogações do IP para além de uma única prorrogação de 15 dias, devendo a prisão ser relaxada após o transcurso desse período.
- C) A ausência de revisão da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias pelo órgão emissor torna a prisão ilegal, mas o transcurso do prazo não acarreta a revogação automática da prisão, exigindo-se que o juízo competente seja provocado a reavaliar a necessidade da medida.
- D) A exigência de revisão nonagesimal da prisão preventiva (Art. 316, parágrafo único, do CPP) aplica-se somente aos processos de competência da primeira instância, cessando sua aplicabilidade após a prolação da sentença.
- E) O dever de revisão nonagesimal da prisão preventiva não se aplica ao investigado que esteja foragido.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O prazo regra para IP com preso é de 10 dias. O transcurso do prazo nonagesimal (90 dias) **não acarreta a revogação automática** da prisão, exigindo-se que o juízo competente seja provocado a reavaliar.

B) Incorreta.

O STF, ao interpretar o Art. 3º-B, § 2º, do CPP, assentou que o juiz pode decidir de forma fundamentada, reconhecendo a **necessidade de novas prorrogações** do inquérito, diante da complexidade da investigação.

C) Correta.

Decretada a prisão preventiva, o órgão emissor da decisão **DEVERÁ revisar** a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias. Contudo, a inobservância do prazo nonagesimal não implica a revogação automática da prisão, devendo o juízo competente ser instado a avaliar a necessidade da medida.

D) Incorreta.

A exigência de revisão nonagesimal aplica-se até o final dos processos de conhecimento, incluindo o Tribunal de segundo grau (TJ ou TRF), e não apenas à primeira instância.

E) Incorreta.

O dever de revisão nonagesimal da prisão preventiva **não se aplica** caso o acusado esteja foragido.

EXECUÇÃO PENAL

Questão 54

Sobre os requisitos objetivos para a progressão de regime prisional, de acordo com o Art. 112 da Lei de Execução Penal (LEP) em sua redação atualizada, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O apenado primário condenado pela prática de feminicídio deve cumprir 50% da pena para progredir de regime, sendo vedado o livramento condicional.
- B) O condenado primário por crime comum cometido sem violência ou grave ameaça deve cumprir 16% da pena.
- C) O apenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte deve cumprir 60% da pena, sendo vedado o livramento condicional.
- D) Para que a mulher gestante ou mãe de pessoa com deficiência tenha direito à progressão especial, o requisito objetivo mínimo é o cumprimento de 1/6 da pena no regime anterior.
- E) A progressão de regime exige o cumprimento de 2/5 (quarenta por cento) da pena se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado sem resultado morte.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O apenado primário condenado pela prática de **feminicídio** deve cumprir **55%** da pena para progredir de regime, e não 50%, conforme o Art. 112, VI-A, da LEP, incluído pela Lei nº 14.994/2024. O livramento condicional é vedado.

B) Correta.

O condenado primário por crime cometido sem violência ou grave ameaça deve cumprir **16%** da pena para progredir de regime (Art. 112, I, da LEP).

C) Incorreta.

O percentual que se aplica ao reincidente **específico** em crime hediondo ou equiparado **com resultado morte** é de **70%** (Art. 112, VIII). A vedação ao livramento condicional é mantida.

D) Incorreta.

Os requisitos para a progressão especial de mulher gestante, mãe ou responsável por criança ou pessoa com deficiência exigem o cumprimento de **1/8 (um oitavo)** da pena no regime anterior, e não 1/6 (Art. 112, § 3º, III, da LEP).

E) Incorreta.

O percentual de 40% (Art. 112, V) aplica-se a condenados primários por crime hediondo ou equiparado **sem resultado morte**. O percentual de 60% se aplicaria ao reincidente.

Questão 55

Túlio, condenado a 8 anos de reclusão em regime fechado, dedicou-se ao trabalho prisional e acumulou 150 dias de pena remida, devidamente homologados pelo Juízo da Execução. Em uma revista no pavilhão, Túlio é surpreendido com um chip de celular em seu colchão, sendo instaurado Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O Juiz da Execução, após a devida apuração da falta grave, decide aplicar a sanção de perda dos dias remidos.

Neste caso, sobre a perda dos dias remidos, é **CORRETO** afirmar:

A) O Juiz deve decretar a perda integral dos 150 dias remidos, conforme a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, uma vez que a posse de chip constitui falta grave.

B) A posse do chip de celular não configura falta grave, a menos que o aparelho completo, apto à comunicação, tenha sido apreendido, devendo ser aplicada a fungibilidade para reclassificar a conduta como falta média.

C) A posse de componentes essenciais do aparelho celular, como o chip, é considerada falta grave, mas o juiz tem o poder-dever de revogar no máximo 1/3 dos dias remidos, devendo a discricionariedade sobre a fração da perda ser fundamentada.

D) A perda dos dias remidos não pode atingir os dias trabalhados e ainda não declarados judicialmente, pois a decisão que reconhece a remição é constitutiva, exigindo homologação prévia para produzir efeitos.

E) A prática de falta grave obsta, automaticamente, a concessão de progressão de regime, mas não gera a perda dos dias remidos, a menos que o apenado tenha praticado crime doloso no curso da execução.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A perda dos dias remidos, em caso de falta grave, é limitada a **até 1/3** do tempo remido, e não integralmente, conforme a atual redação do Art. 127 da LEP. A Súmula Vinculante nº 9 do STF, que admitia a perda integral na redação anterior, foi declarada incompatível com a atual redação da LEP.

B) Incorreta.

A jurisprudência sumulada do STJ (Súmula 660) é clara ao dispor que a **posse de aparelho celular ou de seus componentes essenciais** (como o chip) já constitui **falta grave**, sendo irrelevante a perícia do aparelho (Súmula 661/STJ).

C) Correta.

A posse de chip é falta grave (Súmula 660/STJ). O Juiz tem o **poder-dever** de revogar até 1/3 do tempo remido (Art. 127 da LEP), devendo a decisão sobre a fração ser fundamentada.

D) Incorreta.

O Juiz pode revogar os dias remidos referentes ao período de trabalho ou estudo **ainda não homologado**, desde que anterior à prática da falta grave, pois a decisão que reconhece a remição é meramente **declaratória**, e não constitutiva.

E) Incorreta.

A prática de falta grave **interrompe** o prazo para a progressão de regime (Súmula 534/STJ), e **impõe** a perda de até 1/3 dos dias remidos (Art. 127 da LEP).

Questão 56

Em relação ao exame criminológico como requisito subjetivo para a progressão de regime, assinale a CORRETA:

- A) O exame criminológico é obrigatório para a progressão de regime, inclusive em casos de fatos praticados antes da Lei nº 14.843/2024, visto que a norma possui natureza processual e aplicação imediata (*tempus regit actum*).
- B) Conforme a Súmula 439 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o exame criminológico é admitido apenas em casos de crimes hediondos ou equiparados, por força do princípio da periculosidade presumida do agente.
- C) A Lei nº 15.280/2025 estabelece que o condenado por crimes contra a dignidade sexual somente progredirá de regime se o exame criminológico afirmar indícios de que não voltará a cometer crimes da mesma natureza.
- D) O juiz pode exigir o exame criminológico para a progressão de regime, mesmo que o apenado não tenha cometido falta grave, mas o laudo deve ser elaborado exclusivamente por médico psiquiatra, conforme a composição da Comissão Técnica de Classificação.
- E) A decisão que exige o exame criminológico deve ser sempre fundamentada, sob pena de nulidade, independentemente da data do fato ou da entrada em vigor de novas leis, em respeito ao princípio da individualização da pena.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A Lei nº 14.843/2024, que tornou o exame criminológico regra geral (Art. 112, § 1º), não pode ser aplicada retroativamente (*novatio legis in pejus*) para fatos praticados sob a égide da lei anterior, que o previa como facultativo e motivado (Súmula 439/STJ).

B) Incorreta.

A Súmula 439/STJ admite o exame criminológico pelas **peculiaridades do caso**, não o restringindo a crimes hediondos. Embora a Súmula Vinculante 26 trate de hediondos, a Súmula 439 é mais ampla.

C) Correta.

A Lei nº 15.280/2025, ao incluir o Art. 119-A na LEP, impôs que condenados por crimes contra a dignidade sexual somente ingressarão em regime mais benéfico ou usufruirão de benefício com saída se o exame criminológico for **favorável** quanto à ausência de indícios de reiteração criminosa dessa natureza.

D) Incorreta.

O laudo criminológico pode ser feito por psiquiatra, psicólogo ou assistente social, e não exclusivamente por psiquiatra.

E) Incorreta.

Para condutas anteriores à Lei nº 14.843/2024, a exigência do exame deve ser motivada (Súmula 439/STJ). No entanto, com a nova lei, o exame é a regra, e o juiz só precisa fundamentar a **dispensa** do exame.

Questão 57

Análise as situações hipotéticas de indivíduos em cumprimento de pena, com base na Lei de Execução Penal (LEP) e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I - João foi condenado por crime de roubo com arma de fogo, cometido em 2018 (réu primário); II - Luiz foi condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; III - Maria, em condição de gestante, foi condenada por estelionato, cometido no contexto de uma associação criminosa. Quais as porcentagens que cada um desses indivíduos deve cumprir, no mínimo, para obter a progressão de regime prisional, respectivamente?

- A) João: 25% da pena; Luiz: 60% da pena; Maria: 1/6 da pena.
B) João: 1/6 da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/8 da pena.
C) João: 1/6 da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/6 da pena.
D) João: 40% da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/8 da pena. E) João: 25% da pena; Luiz: 30% da pena; Maria: 1/4 da pena.

GABARITO: LETRA B**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

O percentual de 25% não se aplica a João (fato anterior à Lei nº 13.964/2019) e o percentual de Maria está incorreto.

B) Correta.

Os percentuais de 1/6 para João, 50% para Luiz e 1/8 para Maria são os corretos, conforme a aplicação das normas de progressão em cada caso.

C) Incorreta.

O percentual de Maria está incorreto, pois se aplica a regra de progressão especial.

D) Incorreta.

O percentual de João está incorreto, pois o crime não é hediondo (em 2018) e o percentual de 40% se aplica a crimes hediondos primários.

E) Incorreta.

Todos os percentuais estão incorretos para os respectivos indivíduos.

Detalhamento das Assertivas:

- **João (Roubo com arma de fogo, 2018):** O crime foi cometido antes da vigência da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que alterou os lapsos temporais de progressão (Art. 112, LEP). À época do fato (2018), aplicava-se a regra de **1/6 da pena** para a progressão de regime, uma vez que o roubo (crime comum com violência) não era classificado como hediondo. Como 1/6 (aproximadamente 16,66%) é mais benéfico do que os 25% previstos na lei atual para crimes com violência praticados por primários (Art. 112, III), a regra anterior mais benéfica deve ser aplicada retroativamente (princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa). ◦ **Percentual CORRETO: 1/6 (um sexto) da pena.**
- **Luiz (Constituição de milícia privada):** A prática do crime de constituição de **milícia privada** é uma das hipóteses que exige o cumprimento de **50% da pena** para progressão de regime, conforme expressamente previsto no Art. 112, VI, "c", da LEP. ◦ **Percentual CORRETO: 50% (cinquenta por cento) da pena.**
- **Maria (Gestante, Estelionato, Associação Criminosa):** A condição de gestante (ou mãe/responsável por criança) autoriza a **progressão especial** de regime, que exige o cumprimento de apenas **1/8 (um oitavo) da pena** no regime anterior (Art. 112, § 3º, III). O benefício é aplicável cumulativamente se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa (estelionato) e se a agente não tiver integrado organização criminosa (Art. 112, § 3º, I e V). A jurisprudência do STJ restringe a vedação do inciso V apenas a condenações por **organização criminosa** (Lei nº 12.850/2013), não alcançando o delito de **associação criminosa** (Art. 288 do CP ou Art. 35 da Lei de Drogas), sob pena de *analogia in malam partem*. ◦ **Percentual CORRETO: 1/8 (um oitavo) da pena.**

Questão 58

Sobre a Permissão de Saída e a Saída Temporária, previstas na Lei de Execução Penal (LEP), é CORRETO afirmar:

- A) A Permissão de Saída é concedida pelo Juiz da Execução, enquanto a Saída Temporária é concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
- B) A Saída Temporária se aplica aos condenados em regime semiaberto para frequência a curso profissionalizante, sendo expressamente vedada a sua concessão para visita familiar após a Lei nº 14.843/2024.
- C) A Permissão de Saída pode ser concedida, mediante escolta, para presos provisórios que necessitem de tratamento médico, e exige o cumprimento mínimo de 1/6 da pena se o preso for primário.

D) A prática de falta grave interrompe o prazo objetivo para a concessão da Saída Temporária, mas não o prazo para a Permissão de Saída.

E) A Saída Temporária, em qualquer hipótese de cabimento, exige vigilância direta, mas não admite a fiscalização por monitoração eletrônica.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

A **Permissão de Saída (PS)** é concedida pelo **diretor** do estabelecimento prisional, tratando-se de ato administrativo (Art. 120, parágrafo único), enquanto a **Saída Temporária (ST)** é concedida pelo **Juiz da Execução**, tratando-se de ato jurisdicional (Art. 123).

B) Correta.

Após a Lei nº 14.843/2024, que revogou os incisos I e III do Art. 122, a Saída Temporária ficou restrita praticamente à hipótese de **frequência a curso** supletivo, profissionalizante ou de instrução de 2º grau ou superior (Art. 122, II). O direito de visita à família foi revogado.

C) Incorreta.

A Permissão de Saída (PS) não exige cumprimento mínimo de pena (Art. 120). O requisito de 1/6 da pena aplica-se à Saída Temporária para primários (Art. 123, II).

D) Incorreta.

A prática de falta grave **não interrompe** o prazo objetivo para a concessão da Saída Temporária.

E) Incorreta.

A Saída Temporária é concedida **sem vigilância direta** (Art. 122, *caput*), embora a monitoração eletrônica possa ser imposta (Art. 122, § 1º).

Questão 59

Pedro, condenado por crime hediondo sem resultado morte, foi considerado reincidente genérico (condenação anterior por crime comum). A condenação transitou em julgado antes da vigência do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). O Juiz da Execução aplica o percentual de 40% da pena para a progressão de regime, com base no Art. 112, V, da LEP, e, posteriormente, concede o livramento condicional, entendendo que a vedação do Art. 112 não se aplicava.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos de retroatividade de norma penal mais benéfica e combinação de leis, é CORRETO afirmar que a decisão do Juiz:

A) É integralmente ilegal, pois se trata de reincidente, e a norma anterior (3/5), mesmo sendo mais gravosa que 40%, deveria ser aplicada para que não houvesse *combinatio legis*.

- B) É legal, pois a aplicação do percentual de 40% é retroativa e benéfica para o apenado (em comparação com 3/5 da lei anterior), sendo que a posterior concessão do livramento condicional não configura indevida combinação de leis, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo (Tema 1196).
- C) É legal a progressão com 40%, mas o livramento condicional é vedado de forma absoluta, pois se aplica a vedação do Art. 112, VI, "a", que se estende a qualquer condenado por crime hediondo com resultado morte, independentemente da reincidência.
- D) É ilegal, pois a progressão de regime só poderia ocorrer com 50% da pena, sendo este o percentual aplicado a reincidentes genéricos em crimes hediondos sem resultado morte, por analogia *in malam partem*.
- E) É integralmente ilegal, pois a progressão de regime para crimes hediondos exige a reparação do dano, que deve ser provada no momento do pleito, sob pena de negativa do requisito subjetivo.

GABARITO: LETRA B**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

A regra anterior (3/5) era de fato mais gravosa, pela aplicação da retroatividade benéfica o STJ fixou que a aplicação da nova regra (40%) é possível, e a concessão posterior do livramento condicional não configura combinação de leis, afastando a tese de ilegalidade.

B) Correta.

O STJ, no Tema 1196 de Recursos Repetitivos, decidiu que a aplicação retroativa do percentual de 50% (Art. 112, VI, "a", por analogia *in bonam partem* ao reincidente genérico em hediondo com morte) é válida, e a posterior concessão do livramento condicional não configura *combinatio legis*, pois a vedação do Art. 112 refere-se apenas ao período de progressão.

C) Incorreta.

A vedação ao livramento condicional (LC) no Art. 112 atinge crimes hediondos **com resultado morte** (Art. 112, VI, "a" e VIII). No entanto, como o crime foi **sem resultado morte**, a vedação não se aplica. Além disso, o STJ (Tema 1196) permite a concessão posterior do LC.

D) Incorreta.

Não se aplica analogia *in malam partem*. O STF estabeleceu que ao reincidente não específico em hediondo sem morte aplica-se o percentual de **40%** (Art. 112, V), inclusive retroativamente.

E) Incorreta.

O requisito de reparação do dano é subjetivo e se aplica à progressão de regime somente se constar expressamente da sentença condenatória (STJ, HC 686.334-PE).

Questão 60

Sobre o Indulto e a Comutação da pena, institutos de clemência privativos do Presidente da República, assinale a CORRETA:

- A) A pena de multa não é alcançada pelo indulto nos crimes de tráfico de drogas, mesmo na modalidade privilegiada, por se tratar de crime equiparado a hediondo.
- B) Os requisitos para a concessão do indulto e da comutação da pena são aqueles taxativamente previstos na Lei de Execução Penal (LEP), sendo vedado ao Presidente da República inovar a respeito.
- C) O descumprimento de condição imposta no livramento condicional, por não configurar falta grave, não pode ser utilizado pelo Juízo da Execução para negar a concessão de indulto, caso o apenado preencha os requisitos do decreto presidencial.
- D) A superveniência de condenação, seja por fato anterior ou posterior ao início do cumprimento da pena, altera a data-base para a concessão da comutação de pena e do indulto, por interromper o lapso temporal.
- E) A prática de falta grave interrompe o prazo para a obtenção do indulto, salvo se o próprio Decreto Presidencial prever expressamente a não interrupção.

GABARITO: LETRA C**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

O STF (Tema 1.400) e o STJ (Tema 1336), entendem que o **tráfico privilegiado** (Art. 33, § 4º, da Lei de Drogas) **não é hediondo** e, portanto, é passível de indulto, o que inclui a pena de multa, conforme o decreto.

B) Incorreta.

Os requisitos para indulto e comutação são estabelecidos **exclusivamente no Decreto Presidencial** (Art. 84, XII, da CF), sendo vedado ao Judiciário impor requisitos não previstos ou estender indevidamente o alcance da benesse.

C) Correta.

O descumprimento das condições do livramento condicional não configura falta grave e, por conseguinte, não pode ser invocado para obstar a concessão do indulto, se o decreto não o prever como requisito.

D) Incorreta.

A superveniência de condenação, seja por fato anterior ou posterior, **não altera a data-base** para a concessão da comutação de pena e do indulto (STJ, Tema 139).

E) Incorreta.

A prática de falta grave **não interrompe** o prazo para fim de comutação de pena ou indulto, **salvo se houver previsão expressa no decreto** (Súmula 535/STJ).

Questão 61

Considerando as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela) e o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no Direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA sobre os aspectos disciplinares e sua aplicação:

- A) O isolamento na própria cela, como sanção disciplinar, não pode exceder 15 dias consecutivos, conforme a vedação ao confinamento solitário prolongado estabelecida pelas Regras de Mandela, prazo que é integralmente adotado pela Lei de Execução Penal (LEP).
- B) A sanção de inclusão no RDD é aplicada pelo diretor do estabelecimento prisional mediante ato motivado, sendo o despacho judicial necessário apenas para a prorrogação da medida.
- C) O RDD pode ser aplicado a presos provisórios ou condenados sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, sendo que essa aplicação é independente da prática de falta grave.
- D) No RDD, a participação do preso em audiências judiciais, preferencialmente por videoconferência, é vedada, conforme a LEP, salvo expressa autorização judicial em contrário.
- E) A prática de crime doloso durante o cumprimento da pena constitui falta grave e sujeita o preso ao RDD, sendo o tempo máximo de permanência limitado a 1/6 (um sexto) da pena remanescente, sem prejuízo da repetição da sanção.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

As Regras de Mandela definem o confinamento solitário prolongado como o confinamento solitário por mais de 15 dias consecutivos. Contudo, a LEP permite que o isolamento (sanção) se estenda por até 30 dias, ressalvada a hipótese do RDD, o que está em claro conflito com as Regras de Mandela, que devem ser utilizadas como vetor interpretativo.

B) Incorreta.

A sanção de inclusão no RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) é uma medida grave, sendo aplicada por prévio e fundamentado despacho do juiz competente, após requerimento do diretor do estabelecimento ou de outra autoridade administrativa. As sanções de advertência, repreensão,

suspensão ou restrição de direitos, e isolamento na própria cela, é que são aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento.

C) Correta.

O RDD pode ser aplicado em duas hipóteses: como sanção, após a prática de crime doloso que ocasione subversão da ordem, ou como medida cautelar. O RDD cautelar será aplicado a presos provisórios ou condenados que se enquadrem nos critérios do Art. 52, § 1º, II, da LEP, ou seja, sobre os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

D) Incorreta.

A LEP, ao tratar das características do RDD, prevê a participação em audiências judiciais preferencialmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso. A vedação (exceto por autorização judicial) se aplica às entrevistas monitoradas, que são todas monitoradas, exceto aquelas com o defensor.

E) Incorreta.

O prazo máximo de duração do RDD foi alterado pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) para até 2 (dois) anos, sem prejuízo da repetição por nova falta grave de mesma espécie. A limitação ao máximo de 1/6 (um sexto) da pena não existe mais no regime punitivo do RDD, sendo a ausência desse limite uma das razões da crítica doutrinária sobre a inconstitucionalidade e inconveniência da medida.

Questão 62

Em relação ao Agravo em Execução, recurso cabível contra decisões do Juízo da Execução Penal, conforme o Art. 197 da LEP, assinale a CORRETA:

- A) O recurso possui efeito suspensivo e é cabível contra qualquer decisão do Juiz que conceda ou negue benefícios da execução, seguindo o rito do Agravo de Instrumento do Código de Processo Civil.
- B) O prazo para interposição é de 5 dias para o Ministério Público e de 10 dias para a Defensoria Pública, e o recurso admite o juízo de retratação, pois o seu rito é o do Recurso em Sentido Estrito (RESE).
- C) Não cabe *Habeas Corpus* como substitutivo do Agravo em Execução, por força do princípio da taxatividade recursal, sendo esta a posição consolidada de forma pacífica no STF.
- D) A decisão que determina a desinternação de preso submetido a medida de segurança possui efeito suspensivo automático, pois o Art. 179 da LEP não condiciona a liberação ao trânsito em julgado da sentença.

E) Em caso de decisão desfavorável ao réu, proferida por maioria em Agravo em Execução, não são cabíveis Embargos Infringentes, pois o recurso de Agravo segue o rito simplificado, não comportando a figura do recurso interno.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta.

O Agravo em Execução é, em regra, **sem efeito suspensivo** (Art. 197 da LEP). Seu rito é o do RESE, e não do Agravo de Instrumento.

B) Correta.

O prazo para interposição é de **5 dias** (Súmula 700/STF), que é contado em dobro para a **Defensoria Pública** (10 dias), e segue o rito do Recurso em Sentido Estrito (RESE), que prevê o **juízo de retratação**.

C) Incorreta.

Embora o STJ e a 1ª Turma do STF não admitam o *Habeas Corpus* como substitutivo (HC substitutivo), a jurisprudência permite sua impetração em caso de **ilegalidade manifesta** (ordem concedida de ofício).

D) Incorreta.

A desinternação é condicionada ao trânsito em julgado (Art. 179 da LEP) e o Agravo em Execução é, em regra, sem efeito suspensivo (Art. 197 da LEP). A doutrina e a jurisprudência sustentam que, nesse caso específico, o agravo terá efeito suspensivo por força do Art. 179 da LEP, mas a afirmação de que *todo* agravo tem efeito suspensivo é falsa.

E) Incorreta.

Em caso de decisão desfavorável ao réu e **não unânime** em Agravo em Execução, são **cabíveis** Embargos Infringentes.

Questão 63

Tício é primário e cumpre pena de 6 anos de reclusão no regime semiaberto pelo crime de furto (sem violência ou grave ameaça). Durante o cumprimento da pena, ele se dedicou ao estudo, frequentando curso profissionalizante. Em 18 meses, ele totalizou 360 horas de estudo, certificadas pela entidade educacional, e, além disso, foi aprovado no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), concluindo o Ensino Fundamental.

Com base nos requisitos para Remição e Progressão de Regime, Tício:

- A) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo, e o tempo remido será computado como pena cumprida para fins de progressão de regime, mas o acréscimo de $1/3$ pela conclusão do Ensino Fundamental somente se aplica a quem não tinha acesso à educação formal no presídio.
- B) Faz jus a 30 dias de remição pelo estudo regular e ao acréscimo de $1/3$ (10 dias) por ter concluído o Ensino Fundamental. O novo lapso de progressão de regime será calculado a partir de 16% da pena remanescente após o desconto total dos dias remidos.
- C) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo regular. Contudo, a aprovação no ENCCEJA não gera o acréscimo de $1/3$, pois a remição pela aprovação no exame e a remição por horas de frequência escolar são inacumuláveis, por se tratar de duplicidade de benefício.
- D) Deve ter o acréscimo de $1/3$ (um terço) aplicado ao total da pena a ser cumprida para fins de progressão de regime, em razão da conclusão do Ensino Fundamental.
- E) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo. Seu lapso temporal para a progressão é de $1/4$ da pena, por ter sido condenado por crime patrimonial, aplicando-se o princípio da prevenção.

GABARITO: LETRA B**COMENTÁRIOS:****A) Incorreta.**

A remição pelo estudo se dá à razão de 1 dia para cada 12 horas ($360 \text{ horas} / 12 = 30 \text{ dias}$). O acréscimo de $1/3$ é aplicado pela conclusão do ensino, e não se restringe a quem não tinha acesso à educação formal.

B) Correta.

Tício remiu 30 dias ($360\text{h} / 12$). A conclusão do Ensino Fundamental (ENCCEJA) gera o acréscimo de $1/3$ sobre os dias remidos ($30 \text{ dias} + 1/3 \text{ de } 30 = 40 \text{ dias remidos}$) (Art. 126, § 5º). O tempo remido é computado como pena cumprida para todos os efeitos. O requisito objetivo para progredir de regime é de 16% da pena, por ser primário em crime sem violência ou grave ameaça (Art. 112, I).

C) Incorreta.

A remição pela aprovação no ENCCEJA e a remição por horas de estudo (frequência) são **cumuláveis**, não havendo vedação. A conclusão do ensino formal (ENCCEJA ou ENEM) garante o acréscimo de $1/3$ sobre as horas remidas (Art. 126, § 5º).

D) Incorreta.

O acréscimo de $1/3$ (um terço) é aplicado **sobre as horas de estudo remidas**, e não sobre o total da pena a ser cumprida (Art. 126, § 5º).

E) Incorreta.

O lapso temporal de 1/4 (25%) se aplica ao primário em crime **com** violência ou grave ameaça (Art. 112, III). O furto simples, sem qualificadoras de violência, exige 16% (Art. 112, I). O princípio da prevenção não define percentual.

CRIMINOLOGIA

64. Em sua interface com o marxismo, a criminologia crítica propõe que o Direito Penal atue como instrumento de dominação e que a questão criminal deve ser analisada à luz das condições materiais e da estrutura capitalista. Sobre a Economia Política da Pena (EPP) e o contexto neoliberal de encarceramento em massa, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A EPP, desenvolvida por Rusche e Kirchheimer, defende que as variações nas tendências de punição correspondem diretamente às variações nas taxas de criminalidade, sustentando que a prisão é a instituição mais eficaz para a reeducação e reabilitação do indivíduo.
- B)** No contexto do neoliberalismo, o Estado dismantela políticas sociais, sendo substituído por um Estado penal compensatório (Leviatã Neoliberal ou Estado Centauro) que usa o poder punitivo, e o cárcere, para gerenciar a pobreza e regular o mercado de trabalho, mantendo o princípio da *less eligibility*.
- C)** A crítica da EPP está desatualizada para a realidade brasileira, pois o encarceramento em massa hoje se concentra em crimes de colarinho branco e corrupção sistêmica, comprovando que o sistema penal rompeu sua funcionalidade histórica de controle das classes subalternas.
- D)** O princípio da *less eligibility* (menos elegibilidade), central na EPP, foi totalmente superado no Brasil após o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional (ADPF 347), pois hoje as condições de vida na prisão são, em regra, superiores às condições de vida das populações periféricas livres.
- E)** O pensamento marxista na criminologia, por ser anterior à década de 1970, limita-se a analisar o Direito Penal como mera proteção da propriedade privada, ignorando a seletividade penal e o papel do sistema prisional como Aparelho Repressivo do Estado.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA.

A EPP se fundou na crítica de que as tendências de punição não correspondem à variação das taxas de criminalidade, mas sim à regulação do mercado de trabalho. A criminologia crítica considera a prisão como um fracasso institucional que não reeduca.

B) CORRETA.

O Leviatã Neoliberal (ou Estado Centauro) ilustra a substituição das políticas de assistência social pelo Estado Penal. A EPP denuncia que o cárcere é usado para gerenciar a pobreza, e o aumento do controle penal se relaciona com o mercado de trabalho, mantendo o princípio da *less eligibility* para que a vida na prisão não seja preferível à do trabalhador livre.

C) INCORRETA.

O pensamento marxista/crítico e a EPP são ferramentas atuais de análise. O sistema penal brasileiro, em sua seletividade, ainda se volta com maior rigor contra os crimes praticados pelas classes subalternizadas (como tráfico e crimes patrimoniais), enquanto crimes financeiros e de colarinho branco muitas vezes permanecem impunes. O cárcere funciona como um dispositivo de controle sobre os "excedentes" do capitalismo, especialmente a juventude negra das periferias.

D) INCORRETA.

A EPP e o princípio da *less eligibility* continuam relevantes para a crítica ao encarceramento em massa. O STF reconheceu um Estado de Coisas Inconstitucional no sistema carcerário justamente pela violação massiva e generalizada dos direitos fundamentais e pelas condições precárias de aprisionamento.

E) INCORRETA.

O pensamento marxista na criminologia, além de apontar a proteção da propriedade privada, lança luz sobre as condições materiais de existência, vendo o Direito Penal como parte do aparato repressivo e ideológico do Estado. Louis Althusser, por exemplo, viu o sistema penal como um Aparelho Repressivo do Estado. O sistema penal, para o marxismo, é uma forma de gestão da miséria, operando seletivamente sobre as classes populares.

65. A Criminologia Feminista surge como uma resposta à invisibilização das mulheres no discurso criminológico tradicional, promovendo uma análise de gênero, raça e classe, e denunciando a estrutura patriarcal do sistema penal. Sobre os principais pontos de crítica dessa vertente, assinale a alternativa CORRETA.

A) O abolicionismo feminista de Angela Davis critica o chamado “feminismo carcerário” ao sustentar que a expansão do Direito Penal para crimes de gênero, ainda que intencionada como proteção, reforça um sistema que historicamente oprime mulheres negras e periféricas.

B) A criminologia feminista, em alinhamento com a lógica abolicionista, sustenta que a seletividade penal se manifesta apenas contra a mulher autora de delito, sendo a mulher vítima um sujeito universal e neutro perante as agências de controle social.

- C)** O cárcere, por ser uma instituição total, promove a igualdade material entre os gêneros ao forçar o homem, companheiro da mulher presa, a assumir o papel de cuidador da prole e dos vínculos familiares, reequilibrando as relações de poder fora dos muros.
- D)** O conceito de interseccionalidade, conforme desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, é empregado pela criminologia feminista para isolar os marcadores de raça, classe e orientação sexual e, assim, identificar qual fator prepondera na vitimização e criminalização feminina.
- E)** A criminologia feminista tradicionalmente defendia que o "sujeito penal universal" era, na verdade, a mulher, sendo o crime visto como uma prática essencialmente feminina que foi negligenciada pelas abordagens criminológicas clássica e positivista.

GABARITO: LETRA A**COMENTÁRIOS:****A) CORRETA.**

Angela Davis critica a vertente feminista que busca soluções na expansão do poder punitivo, classificando-a como "feminismo carcerário". Segundo a autora, essa postura reforça um sistema que é estruturalmente racista e classista e que historicamente oprime mulheres negras e periféricas.

B) INCORRETA.

A criminologia feminista questiona o local da mulher no direito penal, reconhecendo a seletividade de gênero tanto para a mulher criminalizada quanto para a mulher vítima. A seletividade penal se manifesta sobre a mulher vítima pela desigualdade no reconhecimento e na proteção estatal, sendo as mulheres negras, pobres e periféricas as que mais encontram barreiras no acesso à justiça (vitimização secundária).

C) INCORRETA.

O sistema penal é criticado justamente por reforçar papéis tradicionais de gênero e a lógica patriarcal. Mães, esposas e companheiras de presos frequentemente assumem o papel de cuidadoras do encarcerado (cuidado compulsório), arcando com custos e encargos que deveriam ser do Estado. Essa assimetria contrasta com a realidade das mulheres encarceradas, que, ao contrário, são frequentemente abandonadas por seus parceiros e familiares.

D) INCORRETA.

As categorias analíticas da interseccionalidade (Crenshaw) são fundamentais para a criminologia feminista contemporânea, mas elas são usadas para demonstrar como gênero, raça, classe e outros fatores se cruzam e se reforçam para estruturar formas específicas de dominação, e não para isolá-los. O alerta é que políticas que consideram a "mulher" como categoria homogênea reproduzem a exclusão de mulheres negras, pobres e trans.

E) INCORRETA.

A Criminologia Feminista denuncia justamente que o discurso criminológico tradicional era marcadamente androcêntrico. A mulher sempre apareceu como exceção (vítima idealizada ou criminosa transgressora da moral), e o "sujeito penal universal" era, na verdade, um homem.

66. A Criminologia Crítica (Baratta, Zaffaroni, Nilo Batista) rompe com o paradigma etiológico tradicional, deslocando o foco do "delinquente" para o "sistema penal" e seus processos de criminalização. A esse respeito, analise as proposições seguintes:

I. O foco da Criminologia Crítica não está em explicar o crime, mas em quem define o crime, quem é criminalizado e com quais interesses, denunciando o caráter seletivo, classista, racista e autoritário do sistema penal como um instrumento de controle social.

II. A criminalização secundária é um processo seletivo que se traduz na seleção de fatos grosseiros (obras toscas da criminalidade) e de pessoas que causam menos problemas, o que leva à construção de um estereótipo do criminoso (jovem, negro, pobre) no imaginário coletivo.

III. A Esquerda Punitiva, fenômeno paradoxal em setores progressistas, consiste em defender mais prisões e mais penas, inclusive para crimes como corrupção e violência de gênero, em razão da falência do Estado social, reproduzindo a lógica do inimigo, ainda que em nome de causas justas.

IV. O Realismo Criminológico de Esquerda, ao contrário do Realismo de Direita (Lei e Ordem), busca respostas não punitivas para a violência real sofrida nas periferias, priorizando a prevenção social do delito, políticas redistributivas e a justiça restaurativa.

Está correto o que se afirma apenas em:

A) I e III.

B) I, II e IV.

C) II e III.

D) I, III e IV.

E) I, II, III e IV.

GABARITO: LETRA E**COMENTÁRIOS:**

Todas as proposições estão corretas, refletindo os conceitos centrais da Criminologia Crítica, do Etiquetamento e das análises contemporâneas de controle social.

I. CORRETA. A Criminologia Crítica desloca o foco do indivíduo desviante para a reação social e a atuação do sistema penal. Denuncia a seletividade penal, que é funcional para manter a ordem social desigual, atingindo principalmente os pobres, negros e periféricos.

II. CORRETA. Zaffaroni explica que a criminalização secundária é seletiva, incidindo sobre fatos grosseiros e pessoas que, por sua hipossuficiência, causam menos problemas. Essa seleção alimenta o estereótipo do criminoso no imaginário coletivo, que é geralmente o jovem, negro, pobre e morador de periferia.

III. CORRETA. A Esquerda Punitiva designa setores progressistas que, diante da insegurança, adotam o discurso e a prática de reforço do sistema penal, reivindicando mais punição, mesmo para grupos específicos (como opressores ou corruptos), reconfigurando a seletividade e reproduzindo a lógica punitiva.

IV. CORRETA. O Realismo de Esquerda reconhece a violência real nas periferias, mas se diferencia do Realismo de Direita por propor respostas não punitivas, como prevenção social, políticas redistributivas e justiça restaurativa.

67. Ao analisar a atuação das agências de controle social no Brasil, a criminologia crítica identifica a polícia como um operador político essencial na manutenção das desigualdades. Acerca da relação entre racismo estrutural, letalidade policial e a teoria do Direito Penal Subterrâneo, assinale a alternativa CORRETA.

A) A teoria do Direito Penal Subterrâneo, de Zaffaroni, refere-se exclusivamente aos crimes de colarinho branco, que operam fora da visibilidade midiática e do controle formal do Judiciário, não se aplicando à violência policial praticada nas periferias.

B) A letalidade policial desproporcional contra a população negra é a manifestação mais evidente da necropolítica no Brasil, que define, de forma racializada e territorializada, quais vidas são consideradas descartáveis e podem ser eliminadas sob o pretexto da segurança pública.

C) O racismo no sistema penal é um conjunto de desvios individuais dos agentes, o que, embora reprovável, não pode ser caracterizado como estrutural, uma vez que a Constituição Federal assegura o princípio da igualdade na aplicação da lei penal a todos os cidadãos.

D) A polícia, segundo a Criminologia Crítica, atua como mero executor técnico da lei, e sua seletividade é um reflexo direto da criminalização primária, desvinculada de um papel ativo na produção e administração do problema penal.

E) O processo de “policização”, que recruta operadores policiais nas camadas sociais com maior incidência criminalizante, serve como um mecanismo de controle para evitar a prática do direito penal subterrâneo, garantindo que a violência estatal seja menos seletiva e letal.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA.

O Direito Penal Subterrâneo é aquele exercido principalmente pela polícia, atuando fora dos limites legais, o que inclui práticas como execução extrajudicial e tortura. Embora as cifras douradas (crimes das elites) se refiram a crimes que fogem à visibilidade, o DP subterrâneo é a repressão eficiente e ilegal dos "inimigos" sociais, comumente nas periferias.

B) CORRETA.

A Necropolítica trata do controle da morte pelo Estado, decidindo quem deve viver e quem pode morrer. A letalidade policial no Brasil é uma expressão cirúrgica dessa lógica, sendo os corpos negros, periféricos e pobres os alvos preferenciais dessas políticas, que os define como descartáveis (zona do não ser).

C) INCORRETA.

O conceito de Racismo Estrutural, de Silvio Almeida, afirma que o racismo não é um desvio, mas a própria forma como o sistema penal opera, estando entranhado nas instituições e produzindo efeitos discriminatórios objetivos.

D) INCORRETA.

A Criminologia Crítica sustenta que a polícia não é um mero executor técnico da lei, mas um operador político de primeira ordem na engrenagem do controle social, sendo parte da própria produção do problema penal, e não apenas um reflexo passivo da criminalização primária.

E) INCORRETA.

A "policização" é o recrutamento de operadores policiais em camadas sociais vulneráveis, mas esse processo não evita o Direito Penal Subterrâneo; ao contrário, confere legitimidade simbólica à repressão exercida contra seus próprios pares, transformando o policial em peça descartável do sistema.

DIREITO CONSTITUCIONAL

68. Assinale corretamente as hipóteses que correspondem às respectivas forma de estado (I), forma de governo (II), sistema de governo (III) e regime de governo (IV) adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro:

a) I - república; II - federação; III - presidencialismo; IV - democracia;

b) I - federação; II - república; III - presidencialismo; IV - democracia;

- c) I - presidencialismo; II - federação; III - república; IV - democracia;
- d) I - federação; II - república; III - democracia; IV - presidencialismo;
- e) I - presidencialismo; II - federação; III - democracia; IV - república.

GABARITO: LETRA C**COMENTÁRIOS:**

A forma de Estado nada mais é do que a maneira como os elementos constitutivos do Estado se relacionam, principalmente os elementos poder (soberania) e território, o que fica bastante claro ao se compreender que, no Estado unitário, há uma única fonte de poder atuando em todo o território e, no Estado federal, há diferentes fontes de poder atuando no território. É por isso que, ao definir forma de Estado, Bernardo Gonçalves Fernandes diz que “a forma de Estado deve ser entendida como a distribuição do poder político em função de um território, ou seja, como o poder político é exercido (desenvolvido) dentro de um território.”

A forma de Estado pode se concretizar pelo Estado unitário ou Estado federal. O Brasil adota a Federação.

As formas de governo dizem respeito ao modo como um determinado governo organiza os poderes e aplica o poder sobre os governados. Por forma de governo o Estado pode ser República ou Monarquia. Assim, a forma de governo adotada no Brasil foi a República.

Sistema de governo, em uma breve definição, caracteriza-se por um conjunto de regras que determinam as relações entre o poder executivo e o poder legislativo. São eles: presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo. O Brasil adota um sistema de governo presidencialista. O presidencialismo pode ser definido como sistema de governo cujo chefe de estado e governo se concentram na figura do presidente, o qual possui um mandato fixo e independente de confiança parlamentar.

Por fim, o regime de governo pode ser qualificado tendo como referência a maneira como o poder é passado para os seus governantes, podendo ser autoritário, autocrático, democrático ou totalitário. O regime adotado pelo Brasil foi o democrático.

- a) **INCORRETA**
- b) **INCORRETA**
- c) **CORRETA**
- d) **INCORRETA**
- e) **INCORRETA**

69. “Mas o que, em absoluto, se não admite, em sistemas como o nosso, de Constituição rígida, é ação tendente a atacar norma editada pelo constituinte originário. (...) Não se admite, entre nós, como na Alemanha, a existência de normas residentes acima da Constituição, determinantes da validade desta, ou residentes na própria Constituição, mas porque hierarquicamente superiores, determinantes da validade de outras normas constitucionais (...). Vigora entre nós o princípio _____ da

Constituição. Ou seja, desde o prisma formal, todas as normas constitucionais residem no mesmo patamar hierárquico”

O texto acima são foi extraído de um voto do Ministro Relator Cezar Peluso e se refere ao:

- a) Princípio da Supremacia da Constituição;
- b) Princípio da Correção Funcional;
- c) Princípio da Presunção de Constitucionalidade;
- d) Princípio da Unidade da Constituição;
- e) Princípio da Eficácia Integradora.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

Supremacia da Constituição é a ideia de que a Constituição ocupa o ápice da pirâmide de Kelsen. Por ocupar essa posição superior, a Constituição serve como fundamento comum de validade de qualquer espécie normativa que integre o ordenamento jurídico que ela (a Constituição) inaugurou e, por conta disso, toda interpretação do ordenamento jurídico deve partir da Constituição e se irradiar para as normas hierarquicamente inferiores.

O princípio da supremacia da Constituição, então, determina que a interpretação de uma norma jurídica seja sempre feita de cima para baixo, isto é, seja realizada partindo-se do ápice da pirâmide normativa kelseniana que representa o ordenamento jurídico (ocupado pela Constituição) até se chegar à sua base (onde se localizam as normas hierarquicamente inferiores).

A correção funcional é a ideia de que os intérpretes da Constituição, no exercício da atividade que lhes é própria, devem estar atentos aos limites de suas competências, e não podem, no exercício da sua atividade hermenêutica, ultrapassar os limites que lhes são inerentes, sob pena de incorrer em uma interpretação inconstitucional.

Quando se fala em presunção de constitucionalidade, significa que toda norma tem presunção de validade, presunção essa que é RELATIVA, podendo ser elidida ou ser convertida. Essa presunção pode ser elidida, acaso haja declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo. A presunção relativa é afastada quando a lei ou ato normativo é declarado inconstitucional.

O princípio da unidade integradora é muito parecido com o princípio da unidade, motivo pelo qual há quem sustente que não se trata de um princípio autônomo.

Esse princípio diz que, na resolução de problemas jurídico-constitucionais, deve ser dada primazia aos critérios que favoreçam a integração política e social, produzindo um efeito criador e conservador da unidade.

A unidade da Constituição quer dizer que a Constituição confere caráter sistemático à ordem jurídica (a ordem jurídica é uma unidade, é um sistema), e o faz porque os valores por ela veiculados permeiam todas as normas da ordem jurídica. Todas as normas que integram a ordem jurídica devem estar permeadas por valores constitucionais (como liberdade, igualdade, direito de propriedade etc.). Além disso, por esse princípio, a própria Constituição deve ser interpretada como um sistema, de modo a se afastar eventuais antinomias. Ademais, por força desse princípio, afasta-se a ideia de hierarquia entre normas originárias da Constituição.

Nesse sentido, foi com base no princípio da unidade que o STF rechaçou a tese de inconstitucionalidade de normas originárias da Constituição, justamente por inexistir hierarquia entre elas. Ao aplicar esse princípio, a Suprema Corte concluiu pela impossibilidade jurídica do pedido e, assim, em decisão monocrática, indeferiu a petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em face de preceito originário da Lei Maior de 1988 (ADI 4097). O princípio do efeito integrador é, na verdade, uma especificação do princípio da unidade, pois trata da unidade no âmbito político e no âmbito social. Ele diz que se a Constituição é o mais importante instrumento de integração da comunidade, deve-se optar pela interpretação que favoreça essa integração.

- a) INCORRETA
- b) INCORRETA
- c) INCORRETA
- d) CORRETA
- e) INCORRETA

70.A Constituição Federal de 1988 elenca como princípios sensíveis passíveis de gerar intervenção da União nos Estados federados:

- a) Sistema representativo;
- b) Forma federalista de governo;
- c) Integridade nacional;
- d) Garantia da organização da unidade da Federação;
- e) Autonomia estadual.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

Os princípios elencados no art 34 inciso VII são os chamados princípios constitucionais sensíveis (que são muito cobrados em provas). A violação a esses princípios pode dar ensejo a uma representação interventiva.

“CF.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.”

a) **CORRETA**

b) **INCORRETA**

c) **INCORRETA**

d) **INCORRETA**

e) **INCORRETA**

71. São características dos direitos fundamentais:

a) Historicidade, prescritibilidade, constitucionalização, taxatividade e universalidade;

b) Personalidade, renunciabilidade, limitabilidade, concorrência e aplicação mediata;

c) Aplicação mediata, vinculação dos poderes, limitabilidade, imprescritibilidade e personalidade;

d) Inalienabilidade, irrenunciabilidade, aplicação mediata, indivisibilidade e não taxatividade;

e) Personalidade, concorrência, limitabilidade, interdependência e vinculação dos poderes.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

A doutrina traz muitas abordagens diferentes sobre as características dos direitos fundamentais. As características mais destacadas são as seguintes:

a) Historicidade;

b) Inalienabilidade (ou indisponibilidade);

c) Personalidade;

d) Imprescritibilidade;

e) Irrenunciabilidade;

f) Constitucionalização;

g) Inviolabilidade;

h) Vinculação dos poderes públicos;

- i) Aplicação imediata;
- j) Limitabilidade (ou relatividade);
- k) Indivisibilidade e interdependência;
- l) Não taxatividade;
- m) Proibição de retrocesso;
- n) Concorrência; e
- o) Universalidade.

Historicidade: Walter Claudius Rothenburg diz que há duas visões sobre a historicidade que devem ser mencionadas, a saber:

1ª visão: existem direitos que são comuns à história de diversas sociedades. Assim, os direitos fundamentais são históricos por estarem presentes na história de muitas sociedades.

2ª visão: cuida-se de uma concepção que Walter Claudius Rothenburg chama de otimista ou romântica. Ela é de cunho evolucionista e diz que, no curso da história, os direitos fundamentais clássicos são aperfeiçoados e novos direitos fundamentais surgem, à medida em que vão mudando os interesses da sociedade. São, portanto, novos direitos ligados a novos interesses necessários para a concretização da dignidade da pessoa humana. Essa segunda visão, portanto, significa que direitos fundamentais são reconhecidos, modificados e podem até mesmo desaparecer com o passar do tempo, em alguns contextos históricos e sociais. Nessa visão, os direitos fundamentais são históricos porque são resultado de um processo histórico de luta pela sua afirmação, não sendo um dado da natureza, mas construídos pela luta do homem por sua afirmação. Dessa forma, eles são históricos porque há uma afirmação gradual deles no decorrer da história, tendo eles uma índole evolutiva (conforme surgem novas necessidades ou novas ameaças à dignidade humana, esses novos direitos vão surgindo como novos direitos fundamentais indispensáveis à promoção/proteção da dignidade da pessoa humana).

Inalienabilidade (ou indisponibilidade): A inalienabilidade significa que os direitos fundamentais são intransferíveis, indisponíveis inegociáveis, inalienáveis. São, em suma, coisas fora do comércio, não podendo ser objeto de negócio jurídico. Eles são desprovidos de conteúdo econômico patrimonial.

Personalidade: Os direitos fundamentais são personalíssimos. Assim, eles se extinguem com a morte de seu titular. Note-se, assim, que terceiros podem herdar bens (materiais ou imateriais) sobre os quais incidia o direito de propriedade do falecido (e, a partir da morte do titular, passarão a sofrer a incidência do direito de propriedade dos herdeiros), mas não podem herdar direitos fundamentais do instituidor da herança.

Imprescritibilidade: Direitos fundamentais não prescrevem, isto é, eles não se perdem pelo decurso do tempo, ainda que nesse período não sejam exercidos. Eles são sempre exigíveis. José Afonso da Silva faz a seguinte

observação (já cobrada em provas): a prescrição atinge a exigibilidade de direitos patrimoniais comuns, não a exigibilidade de direitos fundamentais (que são personalíssimos).

Irrenunciabilidade: Não é possível renunciar a um direito fundamental. Os direitos fundamentais são irrenunciáveis. O que pode ocorrer é que alguém não exerça um direito fundamental, por força de uma autolimitação voluntária do seu titular, autolimitação essa que é revogável a qualquer tempo. Por exemplo, quando alguém passa por uma situação desagradável e decide não mais sair de casa, isso não significa que essa pessoa renunciou à sua liberdade de ir e vir, que é imprescritível e irrenunciável (essa limitação no exercício do direito fundamental de ir e vir foi feita voluntariamente pelo seu titular e é revogável a qualquer tempo).

Constitucionalização: Conforme visto, o que diferencia direitos humanos de direitos fundamentais é o fato de que os direitos humanos são previstos na ordem internacional, enquanto os direitos fundamentais são positivados no ordenamento jurídico interno, preferencialmente na Constituição (isso é a constitucionalização: os direitos fundamentais devem ser positivados no ordenamento jurídico interno no plano constitucional formal, isto é, eles devem estar previstos no texto constitucional formal).

Inviolabilidade: Os direitos fundamentais são INVIOLÁVEIS, no sentido de que eles devem ser obrigatoriamente observados. Quem os deve observar: o legislador (ao elaborar normas infraconstitucionais, pois o direito positivo deve respeitar os direitos fundamentais); os agentes do poder público; e os demais particulares (sejam pessoas físicas ou jurídicas, por força da chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais).

Vinculação dos poderes públicos: Os direitos fundamentais vinculam a TODOS (cuida-se da universalidade dos direitos fundamentais no plano da vinculação). Mas eles vinculam especialmente os poderes públicos: os atos dos poderes constituídos devem ser impregnados de uma observância dos direitos fundamentais, sob pena de serem inválidos.

Aplicação imediata dos direitos fundamentais: Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme consta do art. 5º, § 1º, da CF/88, dispositivo do qual se extrai o postulado normativo da máxima efetividade (já estudado neste curso), segundo o qual, em resumo, na interpretação constitucional, deve-se priorizar o resultado que confira a maior eficácia possível aos direitos fundamentais.

Limitabilidade (ou relatividade): Direitos fundamentais não são absolutos, eles podem sofrer limitações em face de outros direitos ou valores fundamentais, e o STF já disse isso expressamente, como ocorreu no MS 23.452, julgado em 16/09/1999.

Não taxatividade: O rol de direitos fundamentais constante da Constituição é um rol aberto; os direitos fundamentais expressos não excluem outros que estejam implícitos.

Proibição de retrocesso social: Essa vedação significa que não é possível retroceder em relação às conquistas de direitos sociais já alcançadas.

Concorrência: Segundo o Ministro Gilmar Mendes, a concorrência significa que uma determinada situação fática/conduita pode dar ensejo a muitos direitos fundamentais ao mesmo tempo, isto é, ela pode estar protegida, ao mesmo tempo, por vários direitos fundamentais. Em outras palavras: vários direitos fundamentais podem ser exercidos cumulativamente, concorrentemente por um mesmo titular, ao mesmo tempo, em relação a uma mesma conduta humana. Um bom exemplo é o ato de participar de uma procissão religiosa nas ruas de uma cidade (essa procissão a céu aberto está protegida, ao mesmo tempo, pela liberdade de crença e de culto, pela liberdade de reunião, pela liberdade de locomoção).

Universalidade: A universalidade tem algumas premissas que remontam à antiguidade clássica, mas o grande impulso dado à universalidade veio dos movimentos revolucionários do constitucionalismo norte-americano e do constitucionalismo francês, principalmente pela Declaração de Direitos da Virgínia, pela Declaração de Independência dos EUA e, evidentemente, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (da Assembleia Francesa de 1789). Esses três documentos mencionados foram fundamentais para a ideia de que há direitos universais: qualquer ser humano tem determinados direitos pelo simples fato de ser um ser humano.

a) INCORRETA

b) INCORRETA

c) INCORRETA

d) INCORRETA

e) CORRETA

72. Sobre os enunciados sumulados sobre direitos fundamentais, responda:

I - Indepe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais;

II - A garantia da irretroatividade da lei, no qual a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado;

III - É inconstitucional a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

Assinaline a alternativa correta:

a) Está correta apenas a I;

- b) Estão corretas apenas a I e a II;
- c) Estão corretas apenas a II;
- d) Está correta apenas a III;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

I - CORRETA

Súmula 403 - STJ: Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

II - CORRETA

Súmula 654-STF: A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

II - INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois é ilegal e não inconstitucional a prisão do depositário infiel. O art. 5º, LXVII, da CF/88 permite, em tese, duas espécies de prisão civil: a) devedor de alimentos; b) depositário infiel. Veja: "LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;".

Ocorre que o Brasil, por meio do Decreto nº 678/92, promulgou a Convenção Americana de Direitos Humanos - CADH (Pacto de San José da Costa Rica). Segundo este tratado internacional, somente é permitida uma espécie de prisão civil: a do devedor da obrigação alimentar (artigo 7º, § 7º). Logo, a Convenção ampliou a garantia do cidadão e diante disso passou a ser proibida a prisão do depositário infiel.

Súmula vinculante 25-STF: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

- a) **INCORRETA**
- b) **CORRETA**
- c) **INCORRETA**
- d) **INCORRETA**
- e) **INCORRETA**

73. Na hipótese de gravidez em união homoafetiva, a mãe não gestante:

- a) Não faz jus a licença maternidade;
- b) Apenas fará jus a licença maternidade de se trabalhadora do setor privado ou for servidora da

União, vez que não pode a União intervir nos regimes próprios de servidores dos Estados;

- c) Fará juz a outra licença maternidade, mesmo que a mãe gestante tiver recebido licença-maternidade;;
- d) Fará juz a licença maternidade com prazo equivalente à licença paternidade, se a gestante já tiver recebido licença-maternidade;;
- e) Diante a omissão legislativa sobre o tema, o STF determinou que o Congresso regulamentasse a situação em 18 meses, caso contrário o fará.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que os casais formados por pessoas do mesmo sexo devem receber a mesma proteção dada pela Constituição às famílias formadas por casais heteroafetivos (ADI 4.277 e ADPF 132, rel. Min. Ayres Britto, julgado em 05/05/2011).

Além disso, a jurisprudência do STF adotou interpretação não reducionista do conceito de família, incorporando uma concepção plural, baseada em vínculos afetivos. Isso em homenagem aos princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como à doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.

Nesse contexto, o Estado tem o dever de assegurar especial proteção ao vínculo maternal, independentemente da origem da filiação ou da configuração familiar.

A licença-maternidade é um benefício previdenciário destinado à proteção da maternidade e da infância, motivo pelo qual também deve ser garantido à mãe não gestante.

Negar esse benefício à mãe não gestante ofende o princípio constitucional da isonomia considerando que o ordenamento jurídico confere licença-paternidade aos pais que adotam uma criança. Além disso, ao se negar a licença quem também está sendo prejudicada é a criança, de forma que se observa uma violação ao princípio do melhor interesse do menor.

Assim, se a mãe gestante tiver recebido licença-maternidade: neste caso, a mãe não gestante terá direito à licença-maternidade com a mesma duração da licença-paternidade (5 dias*). Se a mãe gestante não tiver recebido licença-maternidade: neste caso, a mãe não gestante terá direito à licença-maternidade com prazo integral (120 dias**).

Na hipótese de gravidez em união homoafetiva, a mãe servidora pública ou trabalhadora do setor privado não gestante faz jus à licença-maternidade ou, quando a sua companheira já tenha utilizado o benefício, a prazo análogo ao da licença-paternidade.

STF. Plenário. RE 1.211.446/SP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 13/03/2024 (Repercussão Geral – Tema 1.072) (Info 1128).

- a) INCORRETA
- b) INCORRETA
- c) INCORRETA
- d) CORRETA
- e) INCORRETA

74. A defensoria pública do Estado Alfa ingressou com uma ação de reparação de danos morais em face do Estado, no seu papel de prestar assistência jurídica a hipossuficientes.

O Juiz do caso julgou procedente o pedido e condenou a Alfa a pagar indenização ao assistido no valor de R\$ 100 mil.

A defensoria, ingressou com embargos de declaração requerendo o pagamento por Alfa de honorários sucumbenciais.

Sobre o caso, responda:

- a) Devido ao seu regimento institucional, não é devido honorários sucumbenciais à defensoria;
- b) É possível o pagamento de honorários sucumbenciais à defensoria, entretanto, não será devido caso ela atue contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença;
- c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido obrigatoriamente destinado ao aparelhamento;
- d) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido rateado entre os membros da instituição, independentemente da verificação do teto constitucional;
- e) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido rateado entre os membros da instituição, devendo ser respeitado o teto constitucional.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

Em razão da autonomia e da relevância institucional das Defensorias Públicas, é constitucional o recebimento de honorários sucumbenciais quando estas representarem o litigante vencedor em demanda ajuizada contra qualquer ente público, ainda que o litígio se dê contra o ente federativo que integram. As reformas trazidas pelas EC 45/2004, 74/2013 e 80/2014 atribuíram autonomia funcional, administrativa e

financeira às Defensorias dos estados e da União. Portanto, no contexto atual, as Defensorias Públicas são consideradas órgãos constitucionais independentes, sem subordinação ao Poder Executivo. Como deixaram de ser vistas como órgãos auxiliares do governo, que integram e vinculam-se à estrutura administrativa do estado-membro, encontra-se superado o argumento de violação do instituto da confusão (art. 381 do Código Civil). Vale ressaltar, contudo, que é vedado o rateio, entre os membros da Defensoria Pública, do valor recebido a título de verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação judicial. Essa quantia deve ser destinada, exclusivamente, para a estruturação das unidades dessa instituição, com vistas ao incremento da qualidade do atendimento à população carente e à garantia da efetividade do acesso à Justiça

Teses fixadas:

1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra;
2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

STF. Plenário. RE 1.140.005/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 26/6/2023 (Repercussão Geral – Tema 1002) (Info 1100).

- a) INCORRETA
- b) INCORRETA
- c) CORRETA
- d) INCORRETA
- e) INCORRETA

75. Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- I - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de quarenta e oito horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.;**
- II - Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.;**
- III - As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.**

Assinaline a alterantiva correta:

- a) Está correta apenas a II;
- b) Está correta apenas a III;
- c) Está correta apenas a II e III;
- d) Estão correta apenas a I e III;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

I - INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva.
“CF.

Art. 53. § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

II - CORRETA

“CF.

Art. 53. § 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

III - CORRETA

CF.

Art. 53. § 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

- a) **INCORRETA**
- b) **INCORRETA**
- c) **CORRETA**
- d) **INCORRETA**
- e) **INCORRETA**

76. Quanto a Constituição do Mato Grosso, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quanto ao processo legislativo, a Constituição Estadual garante ao Governador, em caso de relevância e urgência, a possibilidade de adotar medidas provisórias;
- b) A Constituição Estadual não prevê a possibilidade de iniciativa popular para a emenda à Constituição;
- c) O Procurador-Geral da Defensoria Pública é legitimado ativo para a Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual;
- d) A Assembleia Legislativa, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar o Procurador-Geral da Defensoria Pública para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;
- e) Até a efetiva instalação da Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso, as suas atribuições eram de competência da Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria de Assistência Judiciária.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

a) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois não há previsão de Medida Provisória na CE.

CE, Art. 37. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I- emendas à Constituição;

II- leis complementares;

III- leis ordinárias;

IV- leis delegadas;

V- decretos legislativos;

VI- resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

b) CORRETA

A alternativa está correta, pois não há previsão de iniciativa popular para emenda à CE.

CE, Art. 38. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria simples de seus membros.

c) CORRETA

A alternativa está correta, pois o Procurador-Geral da Defensoria Pública é legitimado ativo.

CE, Art. 124. São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face desta Constituição:

I - o Governador do Estado;

II - a Mesa da Assembleia Legislativa;

III - o Procurador-Geral de Justiça;

IV - o Procurador-Geral do Estado;

V - o Procurador-Geral da Defensoria Pública;

VI - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

VII - partido político com representação na Assembleia Legislativa; VIII - federação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual; IX - o Prefeito, a Mesa da Câmara de Vereadores ou partido político com representação nesta, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.

d) CORRETA

A alternativa está correta.

CE, Art. 27. A Assembleia Legislativa, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada:

I - Secretários de Estado;

II - Procurador-Geral de Justiça;

III - Procurador-Geral do Estado;

IV - Procurador-Geral da Defensoria Pública;

V - titulares dos órgãos da Administração Pública indireta.

e) CORRETA

A alternativa está correta.

ADCT, Art. 7º É assegurado aos atuais Procuradores do Estado, no prazo de cento e vinte dias, contados da instalação da Defensoria Pública no Estado, o direito de opção pela carreira de Defensor Público, na categoria equivalente, formando-se, assim, o primeiro núcleo da Instituição no Estado, com observância das garantias e vedações previstas em lei complementar.

Parágrafo único. Até a efetiva instalação da Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso, as suas atribuições continuarão sendo de competência da Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria de Assistência Judiciária.

77. Nos termos da Lei 14.133/2021, é possível considerar uma licitação dispensável quando versar sobre:

- A)** nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade, para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias.
- B)** coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda.
- C)** assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- D)** restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
- E)** objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois o prazo máximo é de 1 ano, de acordo com a legislação

Lei 14.133/2021, Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

B) CORRETA

Lei 14.133/2021, Art. 75. É dispensável a licitação:

IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

C) INCORRETA

D) INCORRETA

E) INCORRETA

As alternativas estão incorretas pois são hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Lei 14.133/2021, Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

78. No Estado do Mato Grosso, foi editada a Lei estadual 9.383/2010, que alterou a nomenclatura do cargo de “Técnico Instrutivo e de Controle” para “Técnico de Controle Público Externo”. À luz da jurisprudência, assinale a alternativa correta sobre o caso.

A) A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura violação ao princípio do concurso público.

B) A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura provimento derivado de cargo público.

C) A alteração legislativa é possível, ainda que não haja similitude entre as atribuições dos cargos envolvidos, os requisitos de escolaridade para ingresso e a equivalência salarial (estrutura remuneratória) entre os cargos.

D) A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura violação aos os princípios da isonomia e da eficiência administrativa.

E) A alteração legislativa é constitucional, pois a simples modificação no nome de cargos que sequer estão previstos na Constituição não configura vício de inconstitucionalidade.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

O caso versa sobre uma alteração legislativa ocorrida no Mato Grosso. O STF entendeu que as reestruturações administrativas são comumente realizadas pelos gestores públicos em busca da eficiência administrativa e repercutem, muitas das vezes, no posicionamento de cargos e carreiras da Administração Pública. Assim, não se verifica qualquer mácula na alteração de nomenclatura de cargos públicos, havendo espaço de conformação do legislador infraconstitucional.

O Plenário concluiu que há espaço de conformação do legislador infraconstitucional quando se tratar de lei que se limita a alterar a nomenclatura do cargo, mantendo a necessária similitude entre as atribuições dos cargos envolvidos, os requisitos de escolaridade para ingresso e a equivalência salarial (estrutura remuneratória) entre eles.

Na espécie, a lei estadual impugnada, entre outras medidas, modificou a nomenclatura do cargo de “Técnico Instrutivo e de Controle” para “Técnico de Controle Público Externo” no âmbito do Tribunal de Contas local. Evidencia-se, da longa e gradual cadeia normativa e das respectivas alterações, a inexistência de provimento derivado de cargo público, pois preenchidos os requisitos jurisprudenciais acima citados.

É constitucional — e não viola o princípio do concurso público (art. 37, II, CF/88) — norma estadual que, única e exclusivamente, altera a nomenclatura (“nomen juris”) de cargo público.

STF. Plenário. ADI 6.615/MT, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 26/09/2024 (Info 1151).

A) INCORRETA:

B) INCORRETA:

C) INCORRETA:

D) INCORRETA:

E) CORRETA:

79. Quanto às ações de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a)** A prescrição intercorrente é aplicável a todas as fases da ação de improbidade.
- b)** Assim como ocorre na ação civil pública, a defensoria é legitimada ativa para a ação de improbidade.
- c)** Por ausência de autorização legal, não é possível a cassação de aposentadoria como sanção por ato de improbidade.
- d)** Na multa civil por ato de improbidade administrativa, a correção monetária e os juros de mora incidem a partir da data da citação.
- e)** A conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública deve ocorrer até a prolação da sentença.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois não há prescrição intercorrente na fase de execução do processo de improbidade.

A prescrição da pretensão executória na ação de improbidade é regida pela Súmula 150/STF, inexistindo prescrição intercorrente nessa fase.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.931.489-DF, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgado em 16/9/2025 (Info 863).

B) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois o STJ entendeu que a defensoria não tem legitimidade.

A Defensoria Pública não possui legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa.

STJ. 1ª Turma. AREsp 2.495.484-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 19/8/2025 (Info 859).

C) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois o STJ pacificou seu entendimento no sentido de ser possível, na ação de improbidade administrativa, que o juiz aplique a cassação de aposentadoria como sanção por ato de improbidade

1. A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.

2. A cassação da aposentadoria é compatível com o caráter contributivo e solidário do regime previdenciário dos servidores públicos, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.

3. A aplicação da sanção de cassação da aposentadoria não viola o princípio da legalidade, pois decorre da necessidade de se aplicar a sanção compatível com a conduta e o estado funcional do servidor.

STJ. 1ª Seção. MS 26.106-DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 5/6/2025 (Info 25 - Edição Extraordinária).

D) INCORRETA

A alternativa está incorreta, pois na multa civil por ato de improbidade administrativa, a correção monetária e os juros de mora incidem a partir da data do ato ímprobo

Na multa civil prevista na Lei 8.429/1992, a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir da data do ato ímprobo, nos termos das Súmulas 43 e 54/STJ.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.942.196-PR, REsp 1.953.046-PR e REsp 1.958.567-PR, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgados em 12/3/2025 (Recurso Repetitivo - Tema 1128) (Info 843).

E) CORRETA:

De acordo com o § 16 do art. 17 da LIA:

Art. 17 (...) § 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição

das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Essa conversão deve ocorrer no primeiro grau de jurisdição, antes da sentença, conforme interpretação teleológica e sistemática do dispositivo, com competência atribuída ao magistrado de primeira instância e decisão de conversão sujeita ao recurso de agravo de instrumento (§ 17 do art. 16).

STJ. 1ª Turma. REsp 2.139.458-SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 18/2/2025 (Info 845).

80. Ligia, servidora do Estado do MT, no exercício de suas funções em unidade de saúde caracterizada por atendimento contínuo e intenso ao público, deixou de registrar adequadamente as informações e restrições clínicas do paciente por ele atendido. Em razão dessa omissão, Pedro, servidor que a substituiu ao término do plantão administrou dose equivocada e medicamento de princípio ativo incorreto ao enfermo, o qual possuía alergia à substância aplicada. Como consequência, o paciente apresentou reação alérgica, sofrendo os danos daí decorrentes. Assinale a alternativa correta quanto a responsabilidade civil do Estado.

- A)** É aplicado a teoria do risco integral para a configuração da responsabilidade administrativa no caso, não havendo excludentes.
- B)** Além da responsabilidade civil, é possível verificar a que Pedro cometeu um ato de improbidade.
- C)** A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo.
- D)** A teoria do risco administrativo exclui a necessidade de se provar a culpa do agente estatal para fins de responsabilização civil, entretanto requer que o dano sofrido e o nexo de causalidade estejam interligados com a atividade pública.
- E)** A teoria do risco administrativo somente se aplica aos casos de responsabilização civil do Estado por condutas comissivas.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

A alternativa está incorreta, pois é aplicável ao caso a teoria do risco administrativo e não do risco integral.

B) INCORRETA:

A alternativa está incorreta, pois para a configuração de improbidade é necessário o dolo específico, o que não ocorreu no caso em análise.

art. 1º da LIA, § 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

C) INCORRETA:

A alternativa está incorreta, pois a ação de regresso não é apenas no caso de dolo.

A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral) (Info 947).

D) CORRETA:

A alternativa está correta com base na teoria do risco administrativo.

E) INCORRETA:

A alternativa está errada, pois a teoria do risco administrativo é aplicável nos casos de omissões específicas .

81. Após 15 anos da conclusão de um processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras quilombolas, o INCRA ajuizou a ação de desapropriação da área. Os proprietários da área contestaram alegando a caducidade da desapropriação. Sobre a situação, assinale a alternativa correta.

- A)** Os proprietários não assistem razão e nem era necessário a desapropriação, uma vez que trata-se de propriedade da União as terras quilombolas.
- B)** Uma vez que o expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação, os proprietários assistem razão.
- C)** Os proprietários não assistem razão, uma vez que o prazo para a efetivação da desapropriação é de 20 anos.
- D)** Os proprietários não assistem razão, uma vez que prazo de caducidade não se aplica às desapropriações para titulação de terras quilombolas.
- E)** Os proprietários não assistem razão, uma vez que a proteção da terra de quilombolas é norma de eficácia contida, dependendo de edição de lei para a sua efetivação.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

Diferentemente das terras indígenas, a terra quilombola é privada, não sendo da União

B) INCORRETA

C) INCORRETA

D) CORRETA

E) INCORRETA

Para o STJ, a desapropriação para comunidades quilombolas possui caráter reparatório e de promoção de direitos fundamentais, não se aplicando a esse procedimento os prazos de caducidade das desapropriações comuns. Isso porque esse prazo de caducidade não se aplica às desapropriações para titulação de terras quilombolas. As desapropriações quilombolas têm função reparatória e visam corrigir injustiças históricas, além de promover direitos humanos fundamentais. Por isso, não podem ser regidas pelos mesmos prazos e regras das desapropriações convencionais, sendo o instituto da decadência/caducidade incompatível com este procedimento especial de titulação de terras.

A desapropriação para comunidades quilombolas possui caráter reparatório e de promoção de direitos fundamentais, não se aplicando a esse procedimento os prazos de caducidade das desapropriações comuns. STJ. 1ª Turma. REsp 2.000.449-MT, Rel. Min. Paulo Sérgio Domingues, julgado em 26/11/2024 (Info 837).

DIREITO TRIBUTÁRIO

82. Nos termos da reforma tributária, o sistema tributário nacional deverá observar os seguintes princípios, salvo:

- a) Simplicidade;
- b) Transparência;
- c) Justiça Tributária;
- d) Livre Concorrência;
- e) Defesa do meio ambiente.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

De acordo com a CF, o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. Assim, não há o princípio da Concorrência, mas sim da cooperação.

“CF.

Art. 145. § 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

A) CORRETA

B) CORRETA

C) CORRETA

D) INCORRETA**E) CORRETA**

83. O Estado do Mato Grosso Alfa instituiu taxa relacionada à exploração e ao aproveitamento de recursos minerários em seu território. Após a instituição, Ana, exploradora de atividade minirária no Estado, realizou o pagamento que acreditava ser devido. Após algum tempo, ao perceber o equívoco no pagamento, que foi feito a maior, Ana pretende solicitar a restituição do montante pago indevidamente. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a)** Não é possível a cobrança de taxa no presente caso, pois não configura serviço público específico e divisível.
- b)** Não é possível a cobrança de taxa no presente caso, pois viola a competência da União para legislar sobre a matéria.
- c)** O direito de pleitear a restituição extingue-se em 2 anos a partir da data do pagamento do tributo.
- d)** Ana poderá ajuizar ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição no prazo de 2 anos.
- e)** Ana tem o direito de solicitar a restituição do tributo pago indevidamente, após o prévio protesto, dentro do prazo prescricional de 5 anos.

GABARITO: LETRA D**COMENTÁRIOS:****A) INCORRETA****B) INCORRETA**

Para o STF, é constitucional lei estadual que institui taxa para o exercício do poder de polícia relacionado à exploração e ao aproveitamento de recursos minerários em seu território, desde que haja proporcionalidade entre o valor cobrado e o custo da atividade estatal

Decorre dessa competência material a possibilidade de o Estado instituir taxa, nos termos do art. 145, II, da CF, para o exercício do poder de polícia relacionado à exploração e aproveitamento dos recursos minerários.

Assim, o Estado-membro é competente para a instituição de taxa que tenha como fato gerador o exercício regular do poder de polícia sobre a atividade de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, de recursos minerários.

1. O Estado-membro é competente para a instituição de taxa pelo exercício regular do poder de polícia sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, de recursos minerários, realizada no Estado.

2. É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização.

STF. Plenário. ADI 7400/MT, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 19/12/2023 (Info 1121).

C) INCORRETA**D) CORRETA**

Para o CTN, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, enquanto prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição. Estando, desta forma, a letra D correta.

CTN, Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - nas hipótese dos incisos I e II do art. 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art 3 da LCp nº 118, de 2005)

II - na hipótese do inciso III do art. 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 169. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

F) INCORRETA

A alternativa está errada pois independe do prévio protesto

CTN, Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

DIREITOS HUMANOS

84. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), em situações de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, é facultado a este adotar disposições que suspendam as obrigações do Pacto, desde que tais medidas não acarretem discriminação e sejam estritamente limitadas às exigências da situação. Todavia, a Convenção estabelece um rol taxativo de direitos que não podem ser suspensos sob nenhuma circunstância.

Assinale a alternativa que indica um direito cuja suspensão é autorizada pela CADH (Art. 27.2) em caso de emergência que ameace a segurança do Estado, ou seja, que não está expressamente listado como insuscetível de suspensão:

A) O Direito à vida (Artigo 4º).

- B) O Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (Artigo 3º).
- C) A Proibição de escravidão e servidão (Artigo 6º).
- D) O Princípio da legalidade e da retroatividade penal benéfica (Artigo 9º).
- E) A Liberdade de pensamento e de expressão (Artigo 13).

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

O artigo 27.2 da CADH proíbe a suspensão de diversos direitos, incluindo o direito à vida, a integridade pessoal e as garantias indispensáveis para sua proteção, mas não inclui a liberdade de pensamento e de expressão (art. 13) nesse rol de direitos insuscetíveis de suspensão, permitindo, em tese, a restrição ou suspensão desse direito em estados de emergência.

Artigo 27. Suspensão de garantias

1. Em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude desta Convenção, desde que tais disposições não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhe impõe o Direito Internacional e não encerrem discriminação alguma fundada em motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social.

2.A disposição precedente não autoriza a suspensão dos direitos determinados seguintes artigos: 3 (Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica); 4 (Direito à vida); 5 (Direito à integridade pessoal); 6 (Proibição da escravidão e servidão); 9 (Princípio da legalidade e da retroatividade); 12 (Liberdade de consciência e de religião); 17 (Proteção da família); 18 (Direito ao nome); 19 (Direitos da criança); 20 (Direito à nacionalidade) e 23 (Direitos políticos), nem das garantias indispensáveis para a proteção de tais direitos.

85. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) institui o Comitê de Direitos Humanos, órgão de monitoramento internacional, composto por pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

De acordo com as disposições expressas do Pacto acerca da composição e organização do Comitê, é correto afirmar que:

- A) O Comitê será composto por 15 membros eleitos para um mandato de seis anos, sendo vedada a reeleição imediata de seus integrantes.**

- B)** Cada Estado Parte no Pacto poderá indicar até três pessoas como candidatos, sendo que pelo menos um deles deverá ser de nacionalidade diferente do Estado proponente.
- C)** O mandato dos membros do Comitê é de quatro anos, sendo permitida a reeleição, mas o Comitê não poderá ter mais de um nacional de um mesmo Estado.
- D)** O quórum para as deliberações do Comitê é constituído por dez membros, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta dos votos dos membros presentes.
- E)** A eleição dos membros do Comitê é realizada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, devendo a lista de candidatos levar em consideração o critério da representação das diversas formas de civilização, mas não dos principais sistemas jurídicos.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA.

O Comitê será composto por dezoito membros. O mandato é de quatro anos, e a reeleição é permitida.

ARTIGO 28

1. Constituir-se-á um Comitê de Diretores Humanos (doravante denominado o "Comitê" no presente Pacto). O Comitê será composto de dezoito membros e desempenhará as funções descritas adiante.

ARTIGO 32

1. Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Poderão, caso suas candidaturas sejam apresentadas novamente, ser reeleitos. Entretanto, o mandato de nove dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao final de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, o presidente da reunião a que se refere o parágrafo 4 do artigo 30 indicará, por sorteio, os nomes desses nove membros.

B) INCORRETA.

Cada Estado Parte no Pacto poderá indicar duas pessoas como candidatos (não três). A exigência de que um dos candidatos seja de nacionalidade diferente se aplica ao rol de três candidatos na eleição de juízes da Corte IDH (CADH), mas não ao PIDCP.

ARTIGO 29

1. Os membros do Comitê serão eleitos em votação secreta dentre uma lista de pessoas que preencham os requisitos previstos no artigo 28 e indicadas, com esse objetivo, pelos Estados Partes do presente Pacto.

2. Cada Estado Parte no presente Pacto poderá indicar duas pessoas. Essas pessoas deverão ser nacionais do Estado que as indicou.

C) CORRETA

Os membros do Comitê são eleitos para um mandato de quatro anos e podem ser reeleitos. Além disso, o Pacto estabelece que o Comitê "NÃO PODERÁ ter mais de um nacional de um mesmo Estado"

ARTIGO 31

1. O Comitê não poderá ter mais de um nacional de um mesmo Estado.

D) INCORRETA

O quórum para as deliberações do Comitê é de doze membros, não dez. As decisões são tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

ARTIGO 39

1. O Comitê elegerá sua mesa para um período de dois anos. Os membros da mesa poderão ser reeleitos.
2. O próprio Comitê estabelecerá suas regras de procedimento; estas, contudo, deverão conter, entre outras, as seguintes disposições:
 - a) O quorum será de doze membros;
 - b) As decisões do Comitê serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

E) INCORRETA

Nas eleições do Comitê, deve-se levar em consideração a representação das diversas formas de civilização, bem como dos principais sistemas jurídicos. A alternativa afirma erroneamente a exclusão deste último critério.

ARTIGO 31

2. Nas eleições do Comitê, levar-se-ão em consideração uma distribuição geográfica equitativa e uma representação das diversas formas de civilização, bem como dos principais sistemas jurídicos.

86. O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em sua Parte V, estabelece regras para sua aplicação, incluindo a forma como suas disposições devem ser cumpridas em Estados com organização federativa.

No que concerne à Cláusula Federal (Artigo 28) aplicável aos Estados Partes constituídos como federação, o PIDESC estabelece que:

- A)** Nos Estados constituídos como federação, o governo nacional do Estado Parte cumprirá todas as disposições do Pacto relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial, enquanto as matérias de competência das entidades componentes devem ser promovidas mediante medidas cabíveis.
- B)** As disposições do presente Pacto aplicam-se, sem quaisquer limitações ou exceções, a todas as unidades constitutivas dos Estados Federais.

- C) O cumprimento das obrigações do Pacto por um Estado federal é limitado pela cláusula da "reserva do possível" em relação à capacidade orçamentária de cada uma das suas unidades constitutivas.
- D) A aplicação das disposições do Pacto se restringe aos Estados Partes que tenham declarado, no momento da ratificação, que aceitam a jurisdição do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sobre suas unidades federativas.
- E) O Pacto permite que o Estado federal invoque normas internas, incluindo a soberania das unidades federativas, para descumprir obrigações internacionais, desde que o descumprimento não afete o mínimo existencial.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

O Artigo 28 do PIDESC estabelece de forma categórica que as disposições do Pacto se aplicam "sem quaisquer limitações ou exceções, a todas as unidades constitutivas dos Estados Federais".

"Artigo 28. Aplicar-se-ão as disposições do presente Pacto, sem qualquer limitação ou exceção, a todas as unidades constitutivas dos Estados federativos."

87. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador") prevê que, sem prejuízo do sistema de relatórios periódicos, a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos podem ser acionadas para apreciar violações a certos direitos.

De acordo com o Artigo 19, parágrafo 6º, do Protocolo de San Salvador (PSS), o sistema de petições individuais regulado pela CADH (Artigos 44 a 51 e 61 a 69) é aplicável a violações imputáveis diretamente a um Estado Parte somente em relação aos direitos estabelecidos:

- A) No Artigo 6º (Direito ao trabalho) e no Artigo 11 (Direito a um meio ambiente sadio).
- B) No Artigo 7º (Condições justas de trabalho) e no Artigo 12 (Direito à alimentação).
- C) No Artigo 10 (Direito à saúde) e no Artigo 15 (Direito à constituição e proteção da família).
- D) Na alínea "a" do Artigo 8º (Direitos sindicais, exceto o direito de greve) e no Artigo 13 (Direito à educação).
- E) Em todos os direitos reconhecidos neste Protocolo, em virtude do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

O Artigo 19, parágrafo 6º, do Protocolo de San Salvador, em sua redação, limita a aplicação do sistema de petições individuais da CADH apenas para as violações dos direitos sindicais (Art. 8, alínea "a") e do

direito à educação (Art. 13), sendo a greve (Art. 8, alínea "b") expressamente excluída da judicialização direta,

88. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/11, teve como finalidade examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituição de 1988.

Sobre a atuação da CNV e as recomendações contidas em seu Relatório Final, assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** A CNV foi composta por 7 membros designados pelo Presidente da República, com mandato que perdurou até o término dos trabalhos da Comissão e a publicação de seu relatório de conclusão, quando foi extinta.
- B)** Dentre os objetivos da CNV, estava o de promover o esclarecimento circunstanciado de casos de torturas, mortes e desaparecimentos forçados, identificando suas autorias, ainda que tais fatos tivessem ocorrido no exterior.
- C)** Uma das recomendações expressas pela CNV às autoridades nacionais foi o fortalecimento das Defensorias Públicas (Recomendação n. 11), por entender que a atuação institucional é fundamental para assegurar a não repetição de abusos e promover a reconciliação nacional.
- D)** O Relatório Final da CNV comprovou o caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos, refutando a explicação de que tais violações seriam atos isolados praticados por poucos militares.
- E)** A criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) decorreu diretamente das recomendações da CNV para a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

A alternativa está CORRETA, e por isso não deve ser assinalada. A CNV foi composta por **7 membros** designados pela então Presidente da República. O mandato teve duração até o término dos trabalhos da Comissão, sendo ela extinta após a publicação do relatório de conclusão

B) INCORRETA:

A alternativa está CORRETA, e por isso não deve ser assinalada. O Artigo 3º, inciso II, da Lei nº 12.528/11 estabelece como objetivo da CNV "promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas,

mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, **ainda que ocorridos no exterior**".

C) INCORRETA:

A alternativa está CORRETA, e por isso não deve ser assinalada. O Relatório Final da CNV listou 29 recomendações, sendo a de número 11 o **Fortalecimento das Defensorias Públicas**. O material enfatiza que isso foi recomendado para **assegurar a não repetição** e promover a reconciliação nacional, dado o papel da Defensoria como fundamental para garantir o acesso à justiça e a defesa dos direitos das vítimas.

D) INCORRETA:

A alternativa está CORRETA, e por isso não deve ser assinalada. Uma das principais conclusões da CNV foi a comprovação do **caráter generalizado e sistemático** das graves violações de direitos humanos, o que refutou a explicação das Forças Armadas de que as violações seriam atos isolados de poucos militares, caracterizando-se, na verdade, como uma política de Estado.

E) CORRETA:

A alternativa está INCORRETA e por isso deve ser assinalada. Embora a CNV tenha recomendado a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura (Recomendação n. 9), a criação do **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)** pelo Brasil decorreu, primariamente, do cumprimento do **Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura (OPCAT)**. Dessa forma, o MNPCT foi elaborado em cumprimento do Protocolo Facultativo, e não é correto dizer que decorreu *diretamente* das recomendações da CNV.

89. O Direito Antidiscriminatório trata das formas sistemáticas de opressão e desigualdade baseadas na raça, cor, ou origem étnica. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância estabelece definições específicas para a discriminação.

De acordo com o Artigo 1º, parágrafo 2º, da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (incorporada ao direito interno com status constitucional pelo Decreto n. 10.932/2022), a discriminação racial indireta se configura como aquela que:

A) Ocorre explicitamente, com a intencionalidade de proibir o acesso de pessoas negras a determinados locais ou serviços, tratando-se de uma manifestação do racismo por denegação.

B) É caracterizada pela atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados, dependendo de forma fundamental do poder para efetivar o uso da força.

C) Resulta de práticas, dispositivos ou critérios que, em teoria, visam proteger grupos minoritários historicamente discriminados, mas acabam por gerar consequências desiguais entre os indivíduos de um mesmo grupo racial.

D) Manifesta-se em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas de um grupo específico, a menos que haja justificativa razoável e legítima.

E) É a consequência da aplicação de um critério aparentemente neutro que acarreta desvantagem para um grupo específico e deve ser proibida em todas as circunstâncias, pois a desvantagem particular afasta qualquer possibilidade de justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

Esta alternativa descreve a **discriminação direta**, que ocorre "explicitamente e é intencional". A discriminação indireta não é explícita e não depende de intencionalidade. O "racismo por denegação" é um conceito de Lélia Gonzales para o racismo disfarçado em sociedades de origem latina.

B) INCORRETA:

Esta é a definição de **Discriminação Racial** na visão de Silvio Almeida: "a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados", que tem o poder como requisito fundamental.

C) INCORRETA:

Esta alternativa descreve uma situação confusa e incorreta. A discriminação indireta resulta de dispositivos **aparentemente neutros** que causam desvantagem particular a grupos específicos. Além disso, a ideia de que o racismo visa proteger grupos minoritários está incorreta; o racismo é um fenômeno estrutural que busca a proteção e privilégio de grupos majoritários/dominantes.

D) CORRETA:

O Artigo 1º, parágrafo 2º, da Convenção define a **discriminação racial indireta** como aquela que se manifesta "em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério **aparentemente neutro** tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico... a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima".

E) INCORRETA:

O Artigo 1º, parágrafo 2º, da Convenção estabelece que o dispositivo ou critério aparentemente neutro **pode** ser mantido se tiver um objetivo ou **justificativa razoável e legítima**. A alternativa está incorreta ao afirmar que a desvantagem particular "afasta qualquer possibilidade de justificativa".

90. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu um plano de ação global. Sobre a estrutura, os objetivos e a natureza jurídica desse plano de ação, assinale a alternativa CORRETA:

- A)** O Brasil, reconhecendo a importância da igualdade étnico-racial, incorporou o ODS 18 ao bloco de constitucionalidade por meio do rito especial do Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal.
- B)** O primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1) visa erradicar a pobreza, sendo que o Brasil, em 2023, alcançou o cumprimento integral de todas as metas relacionadas a este objetivo, devido à retomada de programas sociais e políticas de transferência de renda.
- C)** A Agenda 2030 se constitui como um exemplo de *soft law*, pois, embora seja um plano de ação universalmente adotado pelos Estados-Membros, seu descumprimento não acarreta a aplicação de sanções formais ou econômicas imediatas pelas Nações Unidas.
- D)** O ODS 5, que trata da Igualdade de Gênero, possui aplicação restrita às mulheres cisgênero, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não pacificou o entendimento de que a Lei Maria da Penha é aplicável a mulheres transgênero.
- E)** Diferentemente do PIDCP e do PIDESC, que são *hard law* e foram ratificados por todos os membros da ONU, a Agenda 2030 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) possuem natureza jurídica de tratados internacionais vinculantes.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA:

O Brasil instituiu o **ODS 18** (Igualdade Étnico-Racial) como um objetivo voluntário e complementar. Contudo, ele foi instituído por uma Câmara Temática na Comissão Nacional dos ODS (Resolução n. 2/2023), e **não** foi incorporado ao bloco de constitucionalidade por meio do rito especial do Art. 5º, § 3º da CF/88, que é reservado a tratados internacionais de direitos humanos específicos.

B) INCORRETA:

O ODS 1 visa erradicar a pobreza. O Relatório da sociedade civil (em 2024) destacou que o Brasil teve um desempenho positivo no ODS 1 e que cinco das sete metas foram classificadas como satisfatórias. Apesar de avanços e progressos, não houve o cumprimento integral de todas as metas em 2023.

C) CORRETA:

A Agenda 2030 é um plano de ação e é classificada como **soft law**, o que significa que, apesar de universalmente adotada e politicamente obrigatória, ela **não possui natureza vinculante formal**. Consequentemente, a inobservância de seus objetivos e metas não gera sanções formais e imediatas aplicadas pela ONU.

D) INCORRETA:

A alternativa apresenta uma informação factualmente incorreta sobre a jurisprudência. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é aplicável às mulheres transgênero em situação de violência doméstica. O ODS 5 se alinha a essa interpretação.

E) INCORRETA:

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) são exemplos de tratados internacionais (*hard law*). No entanto, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** e a **Agenda 2030** são exemplos de *soft law* (direito brando). A DUDH é materialmente obrigatória, mas **não formalmente**.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

91. Quanto aos princípios institucionais, às garantias e as prerrogativas dos defensores públicos, é correto afirmar:

A) A independência funcional figura tanto como um princípio institucional quanto como uma garantia do defensor público.

B) O rol de garantias dos membros da Defensoria Pública previsto na LC nº 80/94 (independência funcional, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos) é exaustivo e deve ser repetido pelas leis de regência das Defensorias Públicas estaduais.

C) A vitaliciedade é uma das garantias dos membros da Defensoria Pública.

D) É uma prerrogativa dos membros da Defensoria Pública ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, não se aplicando aos defensores públicos eventuais vedações legais.

E) Embora o defensor público possa deixar de patrocinar ação manifestamente incabível, não lhe é permitido exercer juízo de conveniência sobre os interesses da parte sob seu patrocínio para fins de deixar de ajuizar demanda, já que a decisão acerca da conveniência ou não da ação judicial cabe apenas ao assistido, que é o titular do interesse juridicamente protegido.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

A) CORRETA

É o texto dos arts. 3º e 127, I, da LC nº 80/94.

B) INCORRETA

A LC nº 80/94 estabelece em seu art. 127. São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer:

I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;

II - a inamovibilidade;

III - a irredutibilidade de vencimentos;

IV - a estabilidade.

C) INCORRETA

A vitaliciedade não é uma garantia dos membros da DPE. Não confunda com a estabilidade (art. 127, IV).

D) INCORRETA

Está expressamente garantido na LC nº 80/94 em seu art. 128, VII - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

E) INCORRETA

A LC prevê no art. 128, XII - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder;

92. A respeito das ondas de acesso à justiça, assinale a alternativa correta:

A) As discussões acerca da desigualdade de gênero e raça nos sistemas de justiça são abordadas pela quinta onda de acesso à justiça.

B) A chamada “molecularização” do acesso à justiça é abordada pela terceira onda

C) A busca pela superação das vulnerabilidades organizacionais faz parte da sexta onda de acesso à justiça.

D) A problemática sobre o acesso às faculdades de direito e como se dá o ensino jurídico, que deve ser crítico e ético, faz parte da quarta onda de acesso à justiça.

E) A primeira onda de acesso à justiça buscou a desburocratização das estruturas e a simplificação dos procedimentos para efetivo acesso à tutela jurisdicional.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

A desigualdade de gênero e raça é abordada pela sétima onda.

B) INCORRETA

A “molecularização” consiste na busca da superação de vulnerabilidades organizacionais para o acesso à justiça. Trata-se da tutela coletiva de direitos por meio da ação civil pública e demais ações coletivas, tais como as previstas pelo CDC. A visão individualista do direito cede para a concepção coletiva. Trata-se, destarte, da segunda onda de acesso à justiça.

Por outro lado, a terceira onda diz respeito aos meios adequados de solução de litígios (mediação, conciliação, arbitragem etc.). Busca a superação das vulnerabilidades informacionais e obstáculos procedimentais, visando à desburocratização das estruturas e simplificando os procedimentos.

C) INCORRETA

Trata-se da terceira onda. Por outro lado, a sexta onda diz respeito à superação da vulnerabilidade digital.

D) CORRETA

A quarta onda é marcada pela preocupação com o “valor justiça”, abordando os aspectos instrumentais e procedimentais para um enfoque valorativo do direito. Defende-se que somente a humanização da resolução dos conflitos, por meio de uma visão crítica do sistema, pode garantir efetivo acesso à justiça. Essa dimensão ética e política do direito deve ser abordada desde a forma como se dá o ensino jurídico nas universidades, bem como tem relevância na forma de seleção para o acesso aos cargos públicos.

E) INCORRETA

Trata-se da terceira onda. A primeira onda teve como foco a superação das vulnerabilidades financeiras (justiça aos “pobres”), por meio da assistência judiciária gratuita. Nesse contexto surgiram os modelos de assistência, como o judicare e o modelo público. É exemplificada, no Brasil, pela Lei nº 1.060/50.

93. De acordo com a Resolução nº 90/2017/CSDP/MT, que fixa critérios para o deferimento da assistência jurídica pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, a assistência para pessoa jurídica que demonstre não possuir recursos para a contratação de advogado poderá ser prestada,

desde que atenda, cumulativamente, a requisitos específicos de remuneração. Nesse sentido, é condição que a pessoa jurídica:

- A)** Não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 2 (dois) salários mínimos, e não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos.
- B)** Não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 2 (dois) salários mínimos, e não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos.
- C)** Não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos, e não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 5 (cinco) salários mínimos.
- D)** Não remunere qualquer colaborador (empregado ou sócio) com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos, independentemente da natureza da remuneração.
- E)** Remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo em valor bruto mensal de até 1 (um) salário mínimo e sócios em valor bruto mensal de até 2 (dois) salários mínimos.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIOS:

B) CORRETA

A assistência jurídica para pessoa jurídica é uma previsão específica da Resolução nº 90/2017/CSDP/MT, sendo necessário observar o disposto no Artigo 1º desta resolução, além de atender a condições cumulativas.

As condições cumulativas para a pessoa jurídica ser assistida são as seguintes, conforme a fonte:

1. Não remunerar, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 2 (dois) salários-mínimos [6, I].
2. Não remunerar os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 3 (três) salários-mínimos [6, II].

Portanto, a alternativa B descreve corretamente esses limites [16, I, 16, II]. Embora o critério de hipossuficiência inicial seja voltado à pessoa física (renda líquida familiar de até três salários mínimos), a pessoa jurídica deve demonstrar não possuir recursos, observando os limites de remuneração de seus colaboradores e sócios.

É importante ressaltar que a regra de assistência à pessoa jurídica exige a observância do disposto no Artigo 1º da Resolução, que trata da hipossuficiência em geral, sendo que as condições listadas nos incisos I e II do Art. 6º são adicionais e cumulativas.

94. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 146/2003, o Defensor Público-Geral será nomeado para mandato de:

- A)** 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo escolhido em lista tríplice formada por voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 (trinta e cinco) anos.
- B)** 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, sendo a escolha feita pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- C)** 02 (dois) anos, vedada a recondução, exigindo-se apenas que o escolhido integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade.
- D)** 04 (quatro) anos, permitida recondução ilimitada, com nomeação direta pelo Governador.
- E)** 03 (três) anos, com recondução facultada por igual período, mediante eleição direta de todos os membros.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

A) CORRETA

A alternativa é a correta, pois o Art. 7º da Lei Complementar nº 146/2003, que regula a organização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, estabelece que o Defensor Público-Geral é o Chefe da instituição, e deve ser nomeado pelo Governador do Estado, escolhido em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório.

O mandato é de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Além disso, a escolha deve ser feita dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 (trinta e cinco) anos.

As demais alternativas estão incorretas:

- B, D e E erram a duração do mandato, que é de 02 anos.
- C erra ao afirmar que a recondução é vedada; ela é permitida uma vez.

- As alternativas B, D e E erram nos critérios de seleção (lista tríplice, voto direto e idade mínima)

95. De acordo com as disposições da Lei Complementar Estadual nº 146/2003, sobre o regime disciplinar aplicado aos seus membros, a imposição da penalidade de demissão depende, essencialmente, do:

- A)** Julgamento de procedência da imputação pela Corregedoria-Geral, com ratificação posterior pelo Defensor Público-Geral para a publicação do ato de demissão.
- B)** Voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, para julgar o procedimento administrativo disciplinar e aplicar a pena, dada a gravidade da sanção.
- C)** Julgamento de procedência da imputação pelo Conselho Superior, com quórum de maioria absoluta para a condenação, e da posterior publicação do ato correspondente pelo Defensor Público-Geral.
- D)** Trânsito em julgado da decisão proferida pelo Defensor Público-Geral, que possui competência privativa para aplicar a penalidade de demissão, independentemente do julgamento do Conselho Superior.
- E)** Parecer favorável do Colégio de Defensores Públicos, seguido da homologação pelo Governador do Estado, em razão da estabilidade do membro da carreira.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A alternativa correta é a C, que reflete a distribuição de competências entre os Órgãos de Administração Superior no âmbito do regime disciplinar da Defensoria Pública, conforme a LC nº 146/2003:

1. Julgamento e Condenação (Conselho Superior): Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública julgar procedimento administrativo disciplinar instaurado para a apuração de irregularidades contra membros da Defensoria Pública. Para a punição, o quórum exigido é de maioria absoluta dos membros do colegiado para condenação.

2. Aplicação da Sanção (Defensor Público-Geral): Após o trânsito em julgado da decisão condenatória do Conselho Superior, os autos são remetidos ao Defensor Público-Geral para publicação do ato correspondente. O Defensor Público-Geral é o responsável por efetuar a aplicação das sanções disciplinares após o trânsito em julgado do PAD.

As demais alternativas estão incorretas:

- A e E incorrem em erro ao atribuir o julgamento ou a participação decisória à Corregedoria-Geral (órgão de fiscalização e investigação) ou ao Colégio de Defensores Públicos (órgão revogado na estrutura atual).
- B erra o quórum. Embora o julgamento seja do Conselho Superior, a punição é imposta pelo voto da maioria absoluta, e não de dois terços, que é exigido para a recusa do Defensor mais antigo em promoção [135, III] ou para a destituição do Corregedor-Geral.
- D está incorreta, pois a competência de julgar o PAD e aplicar a penalidade (condenar) é do Conselho Superior, cabendo ao Defensor Público-Geral a mera execução (publicação do ato)

96. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 146/2003, as Subcorregedorias-Gerais e os Núcleos da Defensoria Pública do Estado são classificados, respectivamente, como órgãos de:

- A) Administração Superior e Atuação.
- B) Administração Superior e Execução.
- C) Auxiliares e Atuação.
- D) Execução e Atuação.
- E) Administração Superior e Auxiliares.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIOS:

A) CORRETA

Trata-se da literalidade da LCE 146/03. A lei prevê que:

As Subcorregedorias-Gerais: De acordo com o Art. 6º, inciso I, alínea “e”, as Subcorregedorias-Gerais são Órgãos de Administração Superior. Embora tenham funções de apoio à Corregedoria, elas integram a cúpula administrativa da instituição.

Os Núcleos da Defensoria Pública: Conforme o Art. 6º, inciso II, alínea “b”, os Núcleos são Órgãos de Atuação. É importante não os confundir com os Órgãos de Execução (que são os próprios Defensores Públicos em suas diversas classes)

B) INCORRETA.

Os Núcleos não são órgãos de execução; os órgãos de execução são os membros (ex: Defensores de 2ª Instância, de Classe Especial, etc.).

C) INCORRETA.

As Subcorregedorias não são órgãos auxiliares. Os únicos Órgãos Auxiliares previstos são a Ouvidoria-Geral e a Escola Superior.

D) INCORRETA.

As Subcorregedorias são de Administração Superior, não de execução.

E) INCORRETA.

Os Núcleos são de Atuação, e não órgãos auxiliares

97. Acerca da legitimidade ativa para a propositura de pedido de Suspensão de Segurança ou de Suspensão de Liminar e Sentença, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Defensoria Pública:

A) possui legitimidade ativa universal e irrestrita, equiparando-se ao Ministério Público por ser função essencial à Justiça.

B) carece de legitimidade ativa, uma vez que o instituto é prerrogativa processual exclusiva da União, Estados, Municípios e autarquias.

C) possui legitimidade apenas em casos especialíssimos para a preservação do interesse público primário, quando atua em defesa de suas prerrogativas institucionais próprias.

D) detém legitimidade para o pedido de suspensão sempre que a decisão judicial puder causar grave lesão à ordem e à economia públicas em prejuízo de hipossuficientes.

E) pode manejar o incidente de contracautela apenas em ações civis públicas, independentemente da natureza do interesse defendido.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

Embora a Defensoria Pública possua o status constitucional de função essencial à Justiça, o Superior Tribunal de Justiça entende que isso não é suficiente para conferir-lhe legitimidade para ingressar com todo e qualquer incidente processual sem observar requisitos legais específicos. Diferentemente do Ministério Público, que é considerado um legitimado universal pela legislação e jurisprudência, a Defensoria não possui essa prerrogativa irrestrita no incidente de suspensão. O rol de legitimados é considerado restrito e não admite interpretação extensiva

B) INCORRETA.

A jurisprudência e a lei também reconhecem a legitimidade do Ministério Público e, em casos excepcionais e "especialíssimos", da própria Defensoria Pública, quando esta atua na defesa de suas prerrogativas institucionais

C) CORRETA.

Esta alternativa reflete exatamente a tese fixada pelo STJ no Informativo 816. A Corte Especial decidiu que a Defensoria Pública não possui legitimidade ativa ordinária, salvo em casos especialíssimos, voltados à preservação do interesse público primário, especificamente quando a instituição atua "em defesa de prerrogativas institucionais próprias do poder público", agindo como o próprio ente estatal

D) INCORRETA.

O STJ analisou um caso concreto onde a Defensoria tentou suspender uma liminar de reintegração de posse que afetava 450 famílias. O Tribunal decidiu que, embora o direito à moradia dos assistidos seja relevante, ele configura um interesse secundário ou coletivo do grupo assistido, e não o "interesse público primário" exigido para o pedido de suspensão

E) INCORRETA.

A legitimidade para o pedido de suspensão não é definida apenas pelo tipo de ação (como a Ação Civil Pública), mas sim pela natureza do legitimado e pelo interesse defendido (interesse público primário). Além disso, o incidente de contracautela pode ser manejado em diversas classes processuais, como mandado de segurança, ação popular e ação cautelar, e não apenas em ACPs

98. Em relação à autonomia da Defensoria Pública e à instituição de regimes fiscais estaduais, o entendimento do Supremo Tribunal Federal define que:

A) a autonomia funcional e administrativa da instituição possui caráter absoluto, impedindo a imposição de tetos de gastos por emenda constitucional.

B) a participação da Defensoria Pública no processo legislativo que institui regime fiscal é obrigatória, sob pena de inconstitucionalidade formal.

C) é constitucional a emenda à Constituição estadual que institui regime fiscal temporário aplicável indistintamente aos Poderes e órgãos autônomos.

D) a fixação de limites de despesas primárias para a Defensoria Pública caracteriza retrocesso social por atingir o núcleo essencial do direito à assistência jurídica.

E) a validade de emenda constitucional estadual sobre matéria financeira exige intervalo mínimo de dez dias entre os dois turnos de votação na Assembleia Legislativa.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

Conforme o entendimento do STF, a autonomia institucional da Defensoria Pública para elaborar sua proposta orçamentária não possui caráter absoluto. Ela deve observar as limitações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na própria Constituição.

B) INCORRETA.

O STF decidiu que a oitiva da Defensoria Pública não é obrigatória no processo de aprovação de emenda constitucional de ajuste fiscal. Condicionar a competência legislativa à concordância de órgãos autônomos feriria a legitimidade dos Poderes Legislativo e Executivo.

C) CORRETA.

Segundo o entendimento do STF (ADI 6.061/CE), é constitucional a criação de regime fiscal transitório por emenda estadual, visando o equilíbrio das contas públicas, desde que preservadas as atribuições constitucionais da instituição.

D) INCORRETA.

Para o STF, o equilíbrio fiscal é condição para a efetivação de direitos fundamentais. Assim, o teto de gastos não caracteriza retrocesso social nem atinge o núcleo essencial do direito à assistência jurídica gratuita, pois apenas condiciona o crescimento das despesas à receita ou inflação.

E) INCORRETA.

O STF entende que a ausência de intervalo (interstício) mínimo entre os turnos de votação de emenda estadual é matéria interna corporis. A Constituição Federal exige apenas dois turnos e quórum qualificado, não havendo inconstitucionalidade se o regimento interno da Assembleia permitir votações mais céleres.

99. De acordo com a Resolução nº 79/2015/CSDP, alterada pela Resolução nº 169/2024/CSDP/MT, sobre a atuação da Defensoria Pública em feitos criminais:

A) O Defensor Público deve aceitar nomeação para atuar como defensor dativo em processos nos quais o advogado constituído, embora intimado, não compareça ao ato processual.

B) É obrigatória a atuação do Defensor Público em cartas precatórias, independentemente de haver advogado constituído no processo de origem.

- C)** Na inércia do advogado constituído, o membro da Defensoria Pública deve assumir o patrocínio da causa imediatamente, dispensando nova intimação da parte.
- D)** O exercício da assistência jurídica criminal a quem não constituiu advogado independe da necessidade econômica do beneficiário, devendo-se, porém, requerer o arbitramento de honorários se o assistido possuir recursos.
- E)** O Defensor Público poderá ser constrangido a agir em desconformidade com sua consciência ética ou profissional, desde que por determinação expressa da autoridade judiciária.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

É defeso (proibido) ao Defensor Público aceitar nomeação como dativo quando o acusado já possui advogado constituído que apenas faltou ao ato processual. O Defensor só aceitará a nomeação se o réu informar que não tem condições de manter advogado e que necessita da assistência da Instituição.

B) INCORRETA.

Segundo o Art. 3º, é defeso ao Defensor Público atuar em cartas precatórias nas quais haja atuação de advogado no processo originário.

C) INCORRETA.

Em caso de inércia ou renúncia do advogado, o Defensor Público deve requerer que a parte seja intimada para indicar outro profissional de sua confiança ou declarar hipossuficiência antes de assumir o caso.

D) CORRETA.

Conforme o Art. 2º da Resolução, se o investigado/denunciado não constituir advogado, a Defensoria deve atuar independentemente de sua necessidade econômica. Contudo, se for verificado que o interessado possui recursos (não atendendo aos critérios de hipossuficiência), o Defensor deve requerer ao juízo o arbitramento de honorários em favor da Defensoria Pública.

E) INCORRETA.

É prerrogativa do Defensor Público não ser constrangido, de qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com sua consciência ética ou profissional

100. Nos termos da Resolução nº 018/2023/DPG, a ocorrência de conflito de interesses no exercício de cargo ou função na Defensoria Pública de Mato Grosso:

- A) depende, obrigatoriamente, da comprovação de lesão efetiva ao patrimônio público.
- B) pressupõe o recebimento de vantagem econômica ou ganho financeiro pelo agente público ou por terceiro.
- C) configura-se, após o exercício do cargo, pelo uso de informação privilegiada apenas pelo período de seis meses.
- D) independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho.
- E) restringe-se aos membros da carreira, não se aplicando aos servidores ocupantes de cargos comissionados.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIOS:

A) INCORRETA

Conforme o Art. 4º, § 2º, a ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público.

B) INCORRETA.

A norma estabelece expressamente que o conflito se caracteriza mesmo sem o recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente ou por terceiros.

C) INCORRETA.

De acordo com o Art. 7º, inciso I, o uso ou divulgação de informação privilegiada obtida em razão das atividades configura conflito de interesses após o exercício do cargo "a qualquer tempo", não se limitando ao prazo de seis meses aplicado a outras vedações.

D) CORRETA.

Esta alternativa reproduz fielmente o disposto no Art. 4º, § 2º, da Resolução, que desvincula a caracterização do conflito da existência de prejuízo material ou lucro ilícito.

E) INCORRETA.

O regime da Resolução aplica-se a membros (Defensor Público-Geral, Subdefensores), ocupantes de cargos comissionados, funções de confiança e servidores ligados a aquisições e decisões com impacto econômico